

MARCELA MACIEL SANTANA

**AS BORDAS DA CIDADE COLONIAL: UM ESTUDO DA PAISAGEM TOMBADA DE
OURO PRETO-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S232b
2012

Santana, Marcela Maciel, 1986-

As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem
tombada de Ouro Preto-MG / Marcela Maciel Santana.
– Viçosa, MG, 2012.
xiv, 113f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 109-113

1. Planejamento urbano - Ouro Preto (MG). 2. Crescimento urbano - Ouro Preto (MG). 3. Patrimônio cultural.
4. Ouro Preto (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151

MARCELA MACIEL SANTANA

AS BORDAS DA CIDADE COLONIAL: UM ESTUDO DA PAISAGEM TOMBADA
DE OURO PRETO-MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister *Scientiae*.

APROVADA: 31 de julho de 2012.

Regina Esteves Lustoza
(Coorientadora)

Geraldo Browne Ribeiro Filho
(Coorientador)

Júlio César Ribeiro Sampaio

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
(Orientador)

"[...] o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões postais ilustrados que mostram como esta havia sido [...] Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças [...]" (Ítalo Calvino)

À minha querida cidade de Ouro Preto.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela oportunidade de aprender cada dia mais e me permitir concretizar mais esta etapa. Agradeço ao meu pai e à minha mãe pelo incentivo e apoio incondicional. Aos meus irmãos, cunhado e sobrinho por fazerem parte da minha vida e por torcerem por mim. Ao Vinícius, namorado e melhor amigo, pelo carinho e principalmente por compreender minhas ausências. Aos meus familiares, amigos de Viçosa, aos amigos e "azamiga" de Ouro Preto, e à sempre presente turma da ARQ 2004, que compartilharam meus dramas e me proporcionaram momentos felizes.

Algumas pessoas tiveram contribuição direta neste trabalho, e agradeço em especial às meninas da minha turma do mestrado, pelo companheirismo tão importante nos momentos aflitos de dúvidas e inseguranças. Agradeço também ao Wander, meu sócio, e acima de tudo um amigo com quem eu pude contar nas horas em que mais precisei, à Tamara, grande amiga, moradora do bairro Vila Aparecida, por sua colaboração indispensável.

Aos funcionários do IPHAN, IFAC, da Prefeitura de Ouro Preto, e aos entrevistados pelos dados fornecidos, pelas conversas esclarecedoras, e principalmente pela disponibilidade em colaborar com o trabalho.

Aos professores do programa de mestrado, em especial aos meus coorientadores, Regina e Geraldo, pela contribuição nas disciplinas e na finalização da dissertação.

E por fim, ao Ítalo, meu orientador, por seus ensinamentos, questionamentos, e por conduzir as orientações sempre de forma bem humorada, fazendo com que os obstáculos e desafios deste trabalho fossem encarados da maneira mais tranquila possível.

Lista de ilustrações

Figura 1 - Croqui - "bordas da cidade colonial"	3
Figura 2 - Croqui - "bordas da cidade colonial"	3
Figura 3 - Vila Aparecida aos fundos da igreja de São Francisco de Assis	6
Figura 4 - Panorâmica da cidade na década de 1980	6
Figura 5 - Implantação das igrejas em locais privilegiados da topografia	28
Figura 6 - Foto aérea: Implantação da Igreja em largo	28
Figura 7 - Primeiros arraiais interligados pelo "caminho tronco"	29
Figura 8 - Mapa de Vila Rica entre 1775 e 1800	31
Figura 9 - Edificações em estilo eclético	32
Figura 10 - Chalé adornado com lambrequins	32
Figura 11 - Projeto de bulevar para Ouro Preto, 1891	33
Figura 12 - Foto aérea da cidade com a localização do bairro Saramenha	34
Figura 13 - Vista Parcial do bairro Bauxita	35
Figura 14 - Imagem ilustrativa do relevo de Ouro Preto	38
Figura 15 - Rua São José	39
Figura 16 - Rua Direita	39
Figura 17 - Largo do Rosário durante o Triunfo Eucarístico	40
Figura 18 - Edificações no bairro Antônio Dias	41
Figura 19 - Fundos das edificações no bairro Antônio Dias	42
Figura 20 - Sobrado de esquina em estilo eclético	44
Figura 21 - Mesmo sobrado com cobertura colonial	44
Figura 22 - Fotografia utilizada pelo IPHAN para análise de projeto	45

Figura 23 - Solução proposta pelo IPHAN para projeto de edificação	46
Figura 24 - Grande Hotel de Oscar Niemeyer em 1948	46
Figura 25 - Exemplo de edificação com arquitetura híbrida	50
Figura 26 - Exemplo de edificação com arquitetura híbrida	50
Figura 27 - Bairro Padre Faria nas primeiras décadas do século XX	53
Figura 28 - Ocupação atual das encostas do Padre Faria	53
Figura 29 - Vista a partir do bairro Antônio Dias em 1948	54
Figura 30 - Vista atual do mesmo local, com ocupação da Vila Aparecida	54
Figura 31 - Delimitação do perímetro tombado	56
Figura 32 - Ocupação irregular próxima à Igreja de Santa Efigênia	63
Figura 33 - Ilustração das "faces de quadra"	64
Figura 34 - Foto aérea da cidade com localização da Vila Aparecida	75
Figura 35 - Foto panorâmica da cidade com localização da Vila Aparecida	76
Figura 36 - Panorâmica de Ouro Preto em 1965	79
Figura 37 - Capela de Nossa Senhora Aparecida	80
Figura 38 - Panorâmica de Ouro Preto em 1975	81
Figura 39 - Panorâmica recente de Ouro Preto	82
Figura 40 - Foto aérea da Vila Aparecida em 2003	83
Figura 41 - Foto aérea da Vila Aparecida em 2011	83
Figura 42 - Vista panorâmica da Vila Aparecida	88
Figura 43 - Jardim no início da Rua Rodrigo Silva	89
Figura 44 - Mobiliário urbano na Vila Aparecida	89
Figura 45 - Largo na Vila Aparecida durante festividade religiosa	89

Figura 46 - Disposição dos lotes em quadra na Vila Aparecida	91
Figura 47 - Exemplo de imitação do estilo colonial na Vila Aparecida	92
Figura 48 - Exemplo de imitação do estilo colonial na Vila Aparecida	92
Figura 49 - Sobrado com pavimentos diferenciados na Vila Aparecida	93
Figura 50- Sobrado com pavimentos diferenciados na Vila Aparecida	93
Figura 51 - Corte esquemático de rua da Vila Aparecida	98
Figura 52 - Croqui da rua Cachoeira do Campo	99
Figura 53 - Edificações na rua Santo Antônio do Salto	99

Lista de Mapas

Mapa 1 - Evolução urbana em Ouro Preto	30
Mapa 2 - Planta de Macrosetorização - IPHAN	66
Mapa 3 - Zoneamento do Distrito Sede	74
Mapa 4 - Vila Aparecida - Histórico das ruas	77
Mapa 5 - Vila Aparecida - Topografia	77
Mapa 6 - Vila Aparecida - Arruamento e acessos	87
Mapa 7 - Vila Aparecida - Uso do solo	90
Mapa 8 - Vila Aparecida - Materiais das coberturas	94
Mapa 9 - Vila Aparecida - Materiais das esquadrias	95
Mapa 10 - Vila Aparecida - Cores das alvenarias	96
Mapa 11 - Vila Aparecida - Sobreposição dos mapas 8, 9 e 10	100
Mapa 12 - Vila Aparecida - Gabarito	101
Mapa 13 - Vila Aparecida - Densidade de Ocupação	102

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1 - Evolução dos modelos de intervenção no patrimônio	14
Quadro 2 - Quadro resumo - Cartas Patrimoniais	21
Tabela 1 - Crescimento da PEA e pedidos de aprovação de projetos	48
Tabela 2 - Parâmetros urbanísticos, 2006 e 2011.	73

Lista de abreviaturas e siglas

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

GAT - Grupo de Assessoramento Técnico

IEF-MG - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

IEPHA - MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

GT - Grupo Técnico

COMPURB - Conselho Municipal de Política Urbana

Resumo

SANTANA, Marcela Maciel, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2012. **As bordas da cidade colonial: Um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto-MG.**
Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Coorientadores: Regina Esteves Lustoza e Geraldo Browne Ribeiro Filho.

Esta dissertação tem como objeto de estudo as ocupações que surgiram no entorno das áreas de origem colonial da cidade de Ouro Preto, que teve sua paisagem tombada em nível federal nos anos 1930 e reconhecida em nível internacional nos anos 1980. O trabalho teve como objetivo compreender os desafios do planejamento urbano de uma cidade de pequeno porte demográfico com amplo patrimônio urbano tombado, relacionando as iniciativas de planejamento urbano com as ações pela preservação e manutenção da paisagem da cidade por parte do IPHAN e da Prefeitura Municipal. Para isso, buscou-se na literatura as mudanças pelas quais as noções de patrimônio passaram ao longo dos anos, para contextualizar a atuação destes órgãos. Para representar os bairros recentes que fazem parte da paisagem tombada de Ouro Preto, foi feita uma análise da morfologia urbana do bairro Vila Aparecida, escolhido como um exemplo representativo por seus aspectos históricos e por seu impacto visual na cidade de origem colonial. Pelo estudo realizado, se percebeu que ao longo dos anos houve grande desarticulação entre os órgãos responsáveis pelo controle da ocupação do solo na cidade - Prefeitura e IPHAN, com ações descoordenadas, além da ausência de legislação urbanística, que permitiu que o crescimento da cidade se desse de forma desorganizada nas encostas do centro histórico, transformando a paisagem tombada de forma significativa.

Abstract

SANTANA, Marcela Maciel, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2012. **The surrounding areas of the colonial city: A study of Ouro Preto's recognized landscape.** Adviser: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Co-advisers: Regina Esteves Lustoza and Geraldo Browne Ribeiro Filho.

This dissertation focuses on forms of occupation that have emerged surrounding the colonial areas of the city of Ouro Preto, which overthrew the landscape at the national level in the 1930s and were recognized internationally in the 1980s. The study aims to understand the challenges of urban planning in a small town with rich heritage, linking urban planning initiatives with the actions for the preservation and the landscape maintenance of the city by IPHAN and the municipality. Therefore, we searched the changes of notions of patrimony throughout the years to evaluate IPHAN's and municipality's actions. To represent the most recent developed neighborhoods, which are part of the landscape in Ouro Preto, an analysis of urban morphology of Vila Aparecida, chosen for its historical and visual impact on the original city. We realized that over the years there have been major disagreements between the agencies responsible for control of land use in the city. Both municipality and IPHAN had uncoordinated actions. The absence of town planning legislation allowed the growth of the city to grow haphazardly on the slopes of the historical center, transforming the landscape significantly.

Sumário

1. Introdução	1
2. Discutindo alguns conceitos	8
2.1. Patrimônio: um conceito em transformação	8
2.1.1. Primeiras noções de intervenção no patrimônio	9
2.1.2. Pós-Guerra - Ampliação dos conceitos	11
2.1.3. Noções contemporâneas	13
2.2. O discurso internacional nas Cartas Patrimoniais :sobre o patrimônio das cidades	14
2.2.1 As Cartas Patrimoniais urbanas: Amsterdã, Nairóbi, Washington e Petrópolis	18
2.3. A origem do IPHAN	23
3. Sobre a cidade de Ouro Preto	27
3.1. A formação da cidade	27
3.1.1. Breve Histórico	27
3.1.2. Análise da Forma Urbana	36
3.2. O Controle da ocupação e a preservação da paisagem	43
3.2.1. Os primeiros anos do IPHAN: "fachadismo" e "estilo patrimônio"	44
3.2.2. Os Planos Urbanos: um novo tratamento para a cidade tombada	51
3.2.3. Crescimento desordenado	53
3.2.4. Quadro Atual do controle do solo em Ouro Preto	60

3.2.4.1.	Normativas do IPHAN	63
3.2.4.2.	Legislação Municipal	78
4.	As bordas da cidade colonial: Um estudo do bairro Vila Aparecida	75
4.1.	Entendendo o bairro	75
4.2.	Legislação para a área	84
4.3.	A forma urbana da Vila Aparecida	85
4.3.1.	O Traçado do bairro	86
4.3.2.	As praças do bairro	88
4.3.3.	O uso do solo	91
4.3.4.	Padrão Fundiário	91
4.3.5.	Volumetria e estética das construções	92
4.3.6.	A ocupação do solo	98
4.4.	Análises gerais do bairro	103
5.	Considerações Finais	105
	Referências Bibliográficas	109

1. Introdução

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela estruturação do pensamento sobre a preservação patrimonial, com o surgimento das primeiras iniciativas e legislações que colocaram em prática tais ideias. Segundo Rodrigues (2005), a preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico no Brasil teve início nas primeiras décadas do século XX, quando o país passava por uma crise política e de identidade. Os intelectuais modernistas, a partir da década de 1920, buscavam a valorização do que era realmente brasileiro, e defendiam a arquitetura e a arte coloniais como bens "autenticamente nacionais".

Nesta época foi dada especial atenção às cidades coloniais mineiras, como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rey, Diamantina e Serro, algumas delas consideradas obsoletas e abandonadas, e que mais tarde tiveram seus acervos tombados pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vale ressaltar que, a exemplo de outros autores, neste trabalho será utilizada a sigla IPHAN para fazer referência ao órgão federal de preservação nas diversas épocas desde sua criação, que também já foi conhecido pelas siglas nas respectivas épocas¹: SPHAN (1937); DPHAN (1946); IPHAN (1970); SPHAN (1979); IBPC (1990) E IPHAN (1992).

O presente trabalho trata especificamente da cidade de Ouro Preto, possuidora de um dos mais emblemáticos conjuntos arquitetônicos coloniais do país, foi a primeira cidade brasileira receber o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO². Ouro Preto foi palco de muitas ações significativas do IPHAN, que foi durante décadas, o único órgão realmente atuante no controle das formas de ocupação da cidade.

Em Ouro Preto, desde a recuperação econômica proveniente da industrialização e da intensificação da atividade turística, a partir da segunda metade do século XX, conciliar o patrimônio com o desenvolvimento urbano é o maior desafio que a cidade enfrenta. As áreas, que até então se encontravam intactas nos arredores do centro de origem colonial,

¹ SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IBPC- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

² *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

passaram a ser ocupadas de forma ilegal e descontrolada, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Para Grammont (2006), Ouro Preto enfrenta os mesmos problemas que a maioria das cidades brasileiras, como a ineficiência do planejamento urbano, porém com o agravante de que a expansão para as encostas do centro histórico geram grande impacto visual e prejudicam o patrimônio tombado. Além disso, a ocupação desordenada dessas encostas também acarreta grandes riscos para a população.

A partir da Constituição Federal de 1988, passa a ser atribuída aos estados e municípios, além da União, a competência na gestão do patrimônio cultural das cidades. Segundo Feres (2002), nas últimas décadas no Brasil, a influência municipal ganhou força, com a criação de planos diretores e leis de uso e ocupação do solo que regulamentam os assentamentos nas áreas urbanas, visto que só o tombamento não basta para controlar o crescimento urbano.

A ocupação desordenada de Ouro Preto é, dentre outros fatores, fruto de uma atuação ineficiente por parte do IPHAN e da municipalidade que, por muitos anos ignoraram esse crescimento e as populações que se aglomeravam nas periferias da cidade. Segundo Maricato (2000) há, muitas vezes, uma representação ideológica da cidade, onde as ocupações ilegais são ignoradas, que passa a ser vendida. No caso de Ouro Preto, que atualmente tem como principal vocação econômica o turismo, é possível perceber essa visão idealizada, onde a imagem da cidade é identificada e divulgada por sua parcela colonial. Configura-se então na paisagem, uma “ilha urbana” cercada pela “não-cidade” - ilegalizada e ocupada de forma desordenada - os termos são usados por Maricato (2000), para expressar o cenário produzido pelas elites em São Paulo, mas são adequados à situação de Ouro Preto, em que a “não-cidade” é representada pelas ocupações “não-coloniais”.

Parte desta “não-cidade” em Ouro Preto está localizada nas encostas visíveis que configuram a moldura dos bairros de origem colonial e por isso, fazem parte da área tombada, sendo objeto de controle legal do IPHAN. Tais regiões se situam nas “bordas”, às margens da “cidade colonial” e serão o objeto deste estudo. (ver figuras 1 e 2)



Figura 1: Esquema ilustrativo dos principais bairros que surgiram nas encostas visíveis a partir do núcleo de origem colonial: "as bordas" da cidade colonial. Em cinza, ocupações não visíveis. Fonte: Croqui da autora, 2012.



Figura 2: Representação esquemática da posição dos bairros nas "bordas" da cidade colonial. Fonte: Croqui da autora, 2012.

As bordas nesse caso, são entendidas como as áreas de fronteira, entre a cidade antiga e a contemporânea, conforme descreve Lynch (1985) ao colocar os elementos marcantes da paisagem urbana:

"São as bordas características dos setores e marcam visualmente seu término. [...] Muitas vezes os limites se confundem com barreiras ao crescimento (antigas ou atuais), o que faz sentido, uma vez que elas são elementos importantes na formação do tecido." (LYNCH, 1985)

O termo "borda" também foi utilizado por Oliveira (2003b), para representar o crescimento desordenado de Ouro Preto nas áreas do entorno do núcleo colonial: "[...]pode-se considerar que Ouro Preto vem sofrendo um processo sistemático e permanente de destruição pelas bordas [...]". (OLIVEIRA, 2003b)

O estudo das áreas contemporâneas da cidade se justifica ao se reconhecer que "[...] as cidades intituladas como históricas não se resumem ao 'centro histórico', mas possuem uma dinâmica que extrapola os limites hierárquicos criados pelos mecanismos de preservação, pela mídia ou pelo turismo." (CASTRO *et al*, 2005, p.80) Essas áreas abrigam uma parcela significativa da população ouropretana, e no início do século XXI, a parte antiga de Ouro Preto configura-se como a menor parcela da cidade, assim como descreve Panerai (2006):

"Ao longo do século XX, constata-se nas cidades uma inversão da relação entre o centro antigo e sua periferia, esta última passando a representar, em superfície e população, a parcela maior da aglomeração. Tal inversão ocorre não apenas nas grandes metrópoles e nas capitais, mas alcança também cidades menores." (PANERAI, 2006, p.13)

Este trabalho busca, ainda, compreender os desafios de planejar o crescimento de uma cidade de pequeno porte, como tantas outras cidades brasileiras, porém, com um diferencial: seu amplo patrimônio urbano tombado. O planejamento urbano, no caso de Ouro Preto, tem o papel de controlar o crescimento desordenado, manter a paisagem preservada, e principalmente conferir qualidade ao espaço como um todo, ao dar soluções para a ocupação de vazios urbanos e de novos bairros, bem como para suprir as necessidades contemporâneas do município.

Para tratar do processo de crescimento e adensamento da cidade, é necessário considerar que, segundo Maricato (2000), embora as cidades brasileiras possuam um "aparato regulatório exagerado", este convive com uma "radical flexibilidade", ou seja, não é por falta de leis que as cidades brasileiras crescem de modo predatório, mas pela falta de aplicação destas. É cabível então, o questionamento a respeito da atuação do IPHAN e da efetividade

do planejamento urbano na cidade, bem como sobre seus reais benefícios para o ordenamento territorial e para a formação da paisagem.

Nesse sentido, este trabalho objetivou compreender o contexto no qual os bairros da "borda" foram ocupados e consolidados, em termos de controle da ocupação do solo, tanto por parte da prefeitura quanto do IPHAN. Foi analisada a relação entre a cidade colonial e estas "bordas", verificando como as áreas, de ocupação mais recente, convivem com a parcela de origem colonial, ambas presentes na paisagem tombada. Buscou-se também, avaliar os efeitos do planejamento urbano e principalmente da atuação do IPHAN nas questões referentes à preservação da paisagem e à qualidade urbana dos bairros de ocupação recente.

Ao se tratar de um estudo a respeito do planejamento urbano e sua relação com o patrimônio cultural, buscou-se inicialmente pelas origens do pensamento que acarretou nas primeiras ações no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, e que logo foram aplicadas em Ouro Preto. Essas informações foram encontradas principalmente em autores como Choay (2001), Castriota (2007 e 2009), Chuva (2009), dentre outros. Além disso, foram feitas leituras e análises das cartas patrimoniais, documentos internacionais que exerceram grande influência em todo o mundo. Levantou-se nestes documentos as propostas para o tratamento das paisagens urbanas, e também os conceitos relacionados a estas, como o de sítio histórico, ambiência, vizinhança, etc.

Para compreender a formação da cidade de Ouro Preto, foi feito um levantamento histórico da formação da cidade e uma análise da evolução urbana, a partir da coleta de bibliografia, mapas e fotografias para expressar a transformação da paisagem ao longo dos anos. O processo de planejamento urbano e a história da atuação do IPHAN na cidade foi estudado por meio de pesquisas bibliográficas, em compilação de estudos já realizados por diversos autores sobre o tema, tais como Castriota (2009), Simão (2006) e Motta (1987). Já para compreender o quadro do controle da ocupação do solo na cidade, foram analisadas as legislações de origem mais recente, buscando nestas, as soluções propostas para o crescimento desordenado e os problemas urbanos do município. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o atual chefe do escritório do IPHAN de Ouro Preto, visando esclarecer o papel atual e as novas perspectivas do órgão com relação às áreas do entorno do núcleo colonial da cidade.

A fim de analisar os efeitos do planejamento urbano e das ações do IPHAN na conformação das áreas confrontantes com o centro histórico, foi selecionado um recorte urbano representativo dessas áreas: o bairro Vila Aparecida, que "[...] é um dos mais significativos exemplos de bairros oriundos do processo de periferização de Ouro Preto, cujo adensamento se deu a partir da década de 1950, com a instalação da Alcan [...]" (COSTA, 2011). A Vila Aparecida foi escolhida também por sua proximidade ao centro histórico e por suas características de implantação, que lhe conferem uma enorme significância na paisagem urbana tombada, sendo um dos bairros mais citados por autores, ou mostrado em fotografias que ilustram o crescimento desordenado da cidade. (Ver figuras 3 e 4)



Figuras 3 e 4: Igreja de São Francisco de Assis, com a Vila Aparecida ao fundo; panorâmica da cidade em que a Vila Aparecida ilustra o crescimento desordenado. Fonte: Oliveira (2003b) e Motta (1987), respectivamente.

A Vila Aparecida se encontra dentro do perímetro tombado pelo IPHAN, fazendo limite com áreas não tombadas, sendo representativa do conflito - cidade histórica x cidade contemporânea. Além disso, o bairro possui diversas características comuns a outras áreas periféricas da cidade, principalmente no que se refere às suas origens e às formas de ocupação, desorganizada e sem planejamento.

Para compreender o recorte urbano escolhido, foram levantados dados históricos, por meio de bibliografia, fotografias e entrevistas com antigos moradores do bairro. E ainda, foi feito um estudo morfológico a partir da dimensão urbana - escala do bairro, apoiada

principalmente nos autores Lynch (1985) e Lamas (2004), para o estudo, foram elaborados mapas a partir de dados levantados *in loco*. Por essa análise buscou-se entender os processos de transformação ocorridos na paisagem - das tipologias arquitetônicas, uso do solo, infraestrutura urbana, densidade, arruamentos – permitindo verificar a aplicação das legislações no bairro e as relações deste, com o centro colonial.

Por seus objetivos, esta pesquisa pode ser classificada segundo Moreira e Caleffe (2008), como uma pesquisa exploratória e descritiva: é exploratória por desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, o que proporciona uma visão mais geral do tema, pois baseou-se em levantamentos bibliográficos e documentais, entrevistas e coletas de dados qualitativos; e descritiva por tratar da descrição de um determinado fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis, por meio da morfologia urbana.

Por fim, pela natureza dos questionamentos gerados a pesquisa pode ser classificada conforme Moreira e Caleffe (2008) como uma pesquisa histórica:

"[...] o pesquisador sistematicamente investiga e analisa documentos e outras fontes de dados sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado. O pesquisador assim o faz para determinar como a história influenciou as práticas atuais, para prever tendências ou para sugerir maneiras pelas quais as práticas atuais podem ser modificadas à luz de eventos da história. A moderna pesquisa histórica tende a enfatizar mais a interpretação do que o mero relato." (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p.75)

2. Discutindo alguns conceitos

O conceito de patrimônio, assim como sua abrangência, vem sendo modificado ao longo da história. Traçar uma trajetória desses conceitos é necessário para que se possa compreender como o pensamento a respeito do patrimônio evoluiu ao longo dos anos e é fundamental para contextualizar as implicações que essas mudanças tiveram nas discussões a respeito do patrimônio no Brasil e por sua vez, nas suas cidades históricas.

2.1. Patrimônio: um conceito em transformação

Segundo Choay (2001), as primeiras ações voltadas para a preservação surgiram em meados do século XVII e no século XVIII, com os interesses pelos objetos do passado por parte dos antiquários. Para Chuva (2009), a ideia de preservação de um patrimônio comum a um grupo social aconteceu entre o final do século XIX e início do século XX, com a formação dos Estados Nacionais, que trouxe consigo um sentimento de otimismo em relação ao futuro e a ideia de rompimento com o passado, em que o sentimento de pertencimento a um novo tempo se fazia fundamental:

" [...]a noção de patrimônio pressupunha uma consciência de historicização e de ruptura com o passado. Embora a pretensão fosse de preservar a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado de perda." (CHUVA, 2009, p. 43)

Segundo Chuva (2009), diante de todo progresso técnico iniciado no século XVIII com a Revolução Industrial na Europa, os países do mundo ocidental buscavam um auto conhecimento e o reconhecimento de suas culturas. O "patrimônio nacional" passou a servir como base da identidade dos povos, e surgiu para demarcar as distinções culturais de cada nação. (Chuva, 2009, p.69)

A França revolucionária do final do século XIX foi a matriz do fenômeno preservacionista, em um momento em que havia a necessidade de romper com o passado recente, que deveria ser esquecido. Contudo, para gerar o senso de pertencimento local à sociedade, foi fundamental a busca pela valorização de um passado mais distante, o que levou à valorização da Idade Média como a verdadeira origem da nação.

Neste contexto, os "monumentos" passaram oficialmente a ter significado de símbolos nacionais. Choay (2001) define monumento como: "[...] tudo aquilo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças". Para Chuva (2009), a ideia de monumento no início do século XX era de: "[...] obra ou construção feita para transmitir à posteridade a memória de fato ou personagem notável". Ou seja, o patrimônio cultural, segundo essas definições, deveria se constituir daquilo que foi feito com o objetivo de durar e significar algo comum para uma população.

No Brasil, como na França, a criação do "patrimônio histórico e artístico nacional" coincidiu com a constituição da nação e com as políticas de nacionalismo. O país, que no início do século XX, passava por uma crise de identidade, também negou o passado recente, em que a arquitetura recebia forte influência europeia, e buscou no passado colonial o elo com o Brasil independente. Segundo Chuva (2009) evitava-se tocar em feridas recentes.

Outra similaridade com a França é o fato de que a preservação dos monumentos no Brasil se deu de forma centralizada pelo Estado, diferentemente de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, em que essas ações eram dominadas por associações privadas. Vale ressaltar que esse processo se desenvolveu, no Brasil, dentro de um regime autoritário, como foi o do Estado Novo, se efetivando dentro de uma instituição federal - o IPHAN.

Segundo Grammont (2006b), no início, ainda que houvesse um consenso da importância do Patrimônio Histórico, não era garantida a conservação dos monumentos selecionados para tal. Na Europa, se questionavam os métodos e técnicas envolvidas na preservação e restauro, pois "[...] o despreparo dos arquitetos provocou atitudes deturpadoras e destrutivas nas intervenções das edificações medievais [...] resultando em demolições e reconstruções arbitrárias". (GRAMMONT, 2006 (b), p. 438)

2.1.1 Primeiras noções de intervenção no patrimônio

No século XIX, contra o tratamento que se tinha até então, a respeito dos monumentos históricos, Viollet-Le-Duc (1814-1879) se destacou, ao propor suas teorias a respeito do restauro e da conservação desses bens. O arquiteto restaurador, em seu método, propunha a utilização de elementos idênticos aos originais, e inseria elementos novos mais coerentes com o estilo original da construção.

Em oposição às teorias de Viollet-Le-Duc que, em atitudes de reconstrução, ameaçava a autenticidade dos monumentos, outras correntes teóricas surgiram no âmbito da restauração como as teorias do inglês John Ruskin (1819-1900), que consideravam qualquer forma de restauração um atentado à autenticidade e, portanto, os monumentos deveriam ser objetos de cuidadosa manutenção. Essas correntes são denominadas por Choay (2001) como "anti-intervencionistas", onde a restauração equivaleria a "ressuscitar um morto". As teorias de Ruskin foram reforçadas pelas ideias do também inglês William Morris (1834-1896).

De forma ponderada entre as ideias de Ruskin e Le-Duc, se destacou o italiano Camillo Boito (1856-1914). Para ele, a restauração deveria ser adotada como forma extrema de intervenção, somente depois de atitudes como manutenção e consolidação mostrarem-se ineficazes. Boito considerava a necessidade de respeitar os acréscimos de outras épocas e criticava a reconstituição de partes desaparecidas. Segundo Oliveira (2009), Boito acreditava que os monumentos não poderiam ser relegados à ruína ou à morte, como sugeria Ruskin e também não poderiam chegar a uma unidade formal baseada em analogias estilísticas, conforme as ideias de Le-Duc. Segundo Grammont (2006b), embora a maioria das restaurações na Europa no século XIX e no início do XX tivessem sido inspiradas nos princípios de Le-Duc, foram as ideias de Boito que criaram as bases para o conceito moderno de restauração incorporados na Carta de Atenas de 1931.

Ao longo dos anos as noções de patrimônio no mundo ocidental, bem como as posturas em relação às intervenções neste patrimônio passaram por muitas modificações. Segundo Castriota (2007), no início do século XX, o patrimônio era percebido como uma "coleção de objetos", que eram elegidos pela excepcionalidade à qual se atribuía valor histórico e/ou estético.

A ideia de proteger o patrimônio das cidades estava atrelada à noção de preservação, que segundo a Carta de Burra de 1980, significa: "[...] manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada." (ICOMOS, 1980, *in* CURY, 2004, p.248), ou seja, uma noção ainda limitada, relativa à manutenção do bem tal qual se encontrava. O instrumento legal para que algum bem fosse reconhecido como patrimônio era o tombamento. No Brasil, "[...]preservar se identificava, quase que automaticamente, como 'tombar' ".(CASTRIOTA, 2008, p.13)

Nesse período, se protegia basicamente edificações, obras de arte, e artefatos individuais com caráter limitado, sem grandes possibilidades de intervenção. Segundo Chuva (2009),

os arquitetos tiveram um papel fundamental na origem da preservação do patrimônio das nações ocidentais, juntamente aos historiadores, pois as noções de patrimônio estavam atreladas aos monumentos e a obras arquitetônicas. No entanto, no Brasil, quando do início da atuação do IPHAN, cidades inteiras foram tombadas e, como o conceito inicial de patrimônio era restrito e imobilizador, estas foram tratadas como obra de arte, ignorando qualquer possibilidade de crescimento urbano.

2.1.2 Pós-Guerra - Ampliação dos conceitos

Segundo Waisberg (2004), com as enormes destruições provocadas pela Segunda Guerra Mundial, a noção de patrimônio passou por importantes transformações, proveniente de um período de intensa reflexão sobre as atitudes anteriores de preservação. Nesse período, surgiu, segundo Grammont (2006b), o conceito de restauração como um ato crítico-criativo, em que a restauração poderia eliminar aquilo que não fizesse parte da singularidade ou diferencial da edificação. Essa restauração permitiria também o julgamento de valor, em que se mantivesse o que fosse considerado importante. Essas ideias fazem parte das teorias de restauração do italiano Cesare Brandi (1906-1988) e foram incorporadas no fundamento das novas práticas de conservação no mundo ocidental.

Nesse novo contexto, a própria concepção do patrimônio arquitetônico único e isolado foi ampliada, passando-se a considerar também conjuntos arquitetônicos e espaços públicos como objetos de proteção. Para Chuva (2009), são tomados como patrimônio histórico os objetos arquitetônicos e a manutenção dos espaços incluindo cheios e vazios, ou seja, paisagens arquitetônicas. Para tratar das cidades tidas como monumento de forma mais adequada do que o conceito anterior, surgiu o conceito de patrimônio ambiental urbano.

"Pensar na cidade como um "patrimônio ambiental" é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos "excepcionais", mas o próprio processo vital que forma a cidade."
(CASTRIOTA, 2007, p.17)

Com essas mudanças, os critérios para intervenção no patrimônio deixaram de ser apenas estilísticos e históricos, e incluíram-se as noções de entorno, de ambiência (que serão tratadas mais adiante), devendo ser levadas em conta também questões relativas à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. Para Castriota (2007), a modificação do conceito permitiria conservar o equilíbrio da paisagem de uma forma geral, em que ela é pensada pelas inter-relações entre infraestrutura, forma e dimensão dos lotes, edificação, linguagem urbana, usos, perfil histórico e a pela paisagem natural.

A excepcionalidade e a homogeneidade deixaram de ser os principais critérios para a seleção do patrimônio. Para Choay (2001), o “valor universal excepcional” do ponto de vista da história, da arte, da ciência, da conservação, e da beleza natural é um critério vago e difícil de aplicar. Nesse contexto, a excepcionalidade foi substituída pelo IPHAN, pela tradição. Por exemplo, no caso da arquitetura residencial da maioria das cidades brasileiras até o século XIX, construídas por mestres artesãos e construtores que repetiam as mesmas soluções inúmeras vezes, não poderiam ser consideradas excepcionais, e não se justificava para a proteção do IPHAN. A visão mais recente - que considera essa arquitetura tradicional - permite que uma série de bens não monumentais, mas igualmente importantes para representar a formação do Brasil, sejam reconhecidos como Patrimônio Nacional. (CASTRIOTA, 2007),

A ampliação desses conceitos também permitiu considerar manifestações que até então não podiam ser entendidas como patrimônio por não fazerem parte da cultura erudita. Essa visão é considerada na Carta de Veneza, de 1964, que coloca a importância de não se considerar somente grandes obras, mas também as construções mais modestas, porém igualmente importante no contexto da preservação. Dessa forma, obras de arquitetura vernacular e arquitetura rural também passaram a compor o patrimônio cultural brasileiro. Além disso, no Brasil, as etapas da história e estilos arquitetônicos desprezados até então, também ganharam significado cultural, como as obras em arquitetura eclética, neoclássica, *art nouveau*, e as expressões arquitetônicas produzidas por imigrantes italianos e alemães.

O critério de homogeneidade que até então se buscava para a proteção nas cidades tombadas, também não caberia mais ao novo contexto. Na década de 1930, a homogeneidade havia sido garantida pela decadência econômica e consequente "abandono" pelo qual as cidades coloniais mineiras passaram, o que fez com que elas mantivessem os mesmos estilos arquitetônicos, e mesmos padrões construtivos ao longo de muitos anos. Porém com o crescimento urbano das cidades em geral, a partir da segunda metade do século XX, essa visão ficou inviabilizada. Homogeneizar a paisagem de uma cidade em crescimento, significaria induzir à mera imitação.

Segundo Castriota (2007), essa transformação ocorrida a partir dos anos 1960, faz parte de um segundo modelo de intervenção sobre patrimônio, que passa da ideia de preservação para a de conservação, que segundo a Carta de Burra de 1980:

"O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a

conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção [...]" (ICOMOS, 1980, *in* CURRY, 2004, p.247)

Desta forma, a noção de conservação, aponta para uma dimensão mais dinâmica, e se integra às políticas mais amplas de desenvolvimento. Neste contexto, o Estado continua como protagonista, mas se considera a necessidade de participação das comunidades e da iniciativa privada dentro deste processo.

O autor coloca como marco legal desse segundo modelo a delimitação de "áreas de conservação". Essas zonas são citadas em diversas Cartas Patrimoniais elaboradas a partir dos anos 1960, que enfatizam a importância do Planejamento Urbano para a preservação do patrimônio. Nesse contexto, surge dentre os profissionais envolvidos nas questões patrimoniais, a figura do planejador urbano, tendo em vista a necessidade de ordenar o crescimento decorrente do desenvolvimento pelos quais as cidades históricas tendiam a passar ou já estavam passando.

2.1.3 Noções contemporâneas

A partir dos anos 1980, surgiu, segundo Castriota (2007), o terceiro modelo de intervenção no patrimônio no Brasil e no mundo. Não há grandes mudanças com relação à concepção de patrimônio, nem com relação ao tipo de objeto protegido, as transformações ocorrem com relação aos atores envolvidos e às ações de proteção. A esse terceiro modelo ele denomina Reabilitação do Patrimônio Urbano.

Neste contexto, o Estado passa a ter o papel de articular projetos de desenvolvimento e deixa de atuar sozinho. A sociedade e a iniciativa privada ganham um papel decisivo na gestão do patrimônio. O marco legal desse novo modelo não se trata mais de apenas delimitar as áreas de conservação, mas também de articular planos de desenvolvimento para essas áreas. São exemplos deste modelo o "Corredor Cultural" no Rio de Janeiro e o "Projeto Reviver" em São Luiz, Maranhão.

Segundo Waisberg (2004), nesse período, a preocupação entorno do patrimônio também se centra em aspectos de qualidade de vida das populações. Além disso, a questão do patrimônio começou também a ser discutida pelo ponto de vista econômico, principalmente focada na sua principal vocação - o turismo - como forma de atrair recursos para a conservação e para a reabilitação das áreas históricas. Surge então, segundo Castriota (2007), o chamado empreendedorismo urbano, e outros profissionais, além dos arquitetos,

historiadores e planejadores, são agregados dentro deste processo: os gestores e administradores.

Castriota (2007) conclui de forma sistemática essas transformações pelas quais as noções de intervenção no patrimônio passaram ao longo do século XX, da seguinte forma:

Quadro 1: Evolução dos modelos de intervenção no patrimônio.

	1º Modelo PRESERVAÇÃO	2º Modelo CONSERVAÇÃO	3º Modelo REABILITAÇÃO
Concepção de patrimônio	Coleção de objetos Excepcionalidade Valor histórico/ estético Cultura Erudita	Ampliação "Patrimônio ambiental urbano" Valor cultural/ambiental Cultura em sentido amplo/processo	Ampliação "Patrimônio ambiental urbano" Valor cultural/ambiental Cultura em sentido amplo/processo
Tipo de Objeto	Edificações, estruturas e outros artefatos individuais	Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e os espaços públicos	Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e os espaços públicos
Marco Legal	Tombamento	"Áreas de conservação"	Novos instrumentos urbanísticos
Atores/ ações	Estado Reação a casos excepcionais	Estado Parte integral do planejamento urbano	Papel decisivo da sociedade e iniciativa privada - parcerias
Profissionais envolvidos	Arquitetos e historiadores	Arquitetos, historiadores + planejadores urbanos	Arquitetos, historiadores + planejadores urbanos + gestores

Fonte: Castriota, 2007.

Com o crescimento urbano no Brasil, das últimas décadas, tornou-se inevitável que o IPHAN tivesse uma nova percepção, na qual a proteção do patrimônio cultural deixasse de ser vista como assunto contraposto ao desenvolvimento, e passou apontado como novo lema do Instituto: " [...] o IPHAN não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p.6)

2.2. O discurso internacional nas Cartas Patrimoniais: sobre o patrimônio das cidades

Como já foi mostrado, os conceitos que envolvem o patrimônio foram se transformando ao longo dos anos. A evolução desses conceitos dentro do discurso internacional também foi

verificada através da interpretação das cartas patrimoniais. Primeiramente, foi feita uma seleção das cartas que trataram especificamente da questão urbana: conceitos de vizinhança, ambiência e por fim de sítios históricos e cidades históricas, não sendo consideradas aqui, questões relativas a restauro, arqueologia, patrimônio imaterial, etc. Pela análise dessas cartas, foi possível identificar a ampliação dos conceitos e a busca pela sistematização do tratamento das áreas urbanas, para posteriormente, compreender o reflexo dessas transformações nas legislações brasileiras, e na abordagem das cidades históricas.

As cartas patrimoniais são recomendações desenvolvidas por órgãos internacionais de preservação, e são na sua maioria, conclusões de reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural em diversos países ocidentais. Esses documentos têm como característica uma abordagem plurinacional, cabendo a cada nação aplicar essas recomendações aos seus respectivos contextos. Tais documentos "representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais." (CURY, 2004, p.7)

A primeira carta contendo ideias com amplitude internacional a respeito da preservação foi escrita em 1931, em Atenas, pelo Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Nessa carta não foram colocadas recomendações específicas para os sítios históricos, embora já houvesse uma preocupação com a vizinhança dos monumentos - entendida como a relação entre o monumento e a cidade ao redor. A carta recomenda a preservação da vizinhança com suas perspectivas que compõem o conjunto, considerando também, as áreas de vegetação no entorno dos monumentos. Porém, à vizinhança não era atribuído valor patrimonial, era valorizado o monumento isoladamente.

A carta de Atenas II, do CIAM de 1933, embora seja mais conhecida por tratar de questões do urbanismo moderno, também trata a respeito da preservação do patrimônio. A carta apresenta visão de segregar alguns bens em detrimento de outros, escolhendo o que deve ou não ser preservado. A Carta defende que destruir a ambiência de monumentos se justifica como inevitável para a construção de uma cidade moderna, e mantém a ideia de valorização do monumento isoladamente.

No Brasil, influenciado por essas ideias, o decreto-lei nº 25 de 1937 que regulamentava o patrimônio histórico e artístico nacional, considerava, assim como nas Cartas de Atenas, que a vizinhança não possuía valor patrimonial, só não deveriam interferir na visibilidade do bem tombado:

"Artigo 18: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na **vizinhança** [grifo da autora] da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-o neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto." (SPHAN, 1937)

Além das transformações no pensamento sobre as questões patrimoniais ocorridas após o fim da Segunda Guerra, Araújo *et al* (2002), também coloca que as ampliações sobre questões conceituais em sociologia, antropologia, arquitetura e urbanismo resultaram em novos olhares sobre os espaços urbanos e conseqüentemente em novas abordagens em relação à proteção do patrimônio. Além disso, a partir dos anos 1960, percebe-se também uma considerável mudança na paisagem das grandes cidades mundiais, o que levou a uma nova discussão a respeito do patrimônio das cidades.

Nesse contexto, foi elaborada em 1962, pelo Escritório Internacional dos Museus da UNESCO, uma carta específica para paisagens e sítios - a primeira Recomendação de Paris. Nessa recomendação foram colocadas, pela primeira vez, questões referentes ao planejamento urbano das cidades ameaçadas pelo desenvolvimento e também questões relativas à "ambiência" dos bens tombados - ou seja, ao meio onde estão inseridos. A carta considera o crescimento urbano das cidades e dá recomendações para novos projetos dentro dos sítios históricos que, deveriam respeitar exigências estéticas, mas sem cair na imitação gratuita das formas tradicionais.

A ideia de "áreas de conservação" como marco legal do segundo modelo de intervenção no patrimônio abordado por Castriota (2007), aparece nesta carta. Recomenda-se que a proteção legal aconteça por "zonas" da cidade, devendo-se atentar para prescrições de caráter estético referentes ao uso de materiais, cores, alturas, etc. É recomendado também que haja controle por parte das autoridades competentes com relação a novos planos de urbanização e loteamentos. As normas de proteção dos sítios devem ter força de lei, cabendo aos Estados a criação de órgãos especializados.

No contexto dos anos 1960, os princípios da primeira Carta de Atenas de 1931, precisaram ser reexaminados, o que resultou na Carta de Veneza, elaborada em 1964 que, ainda continua sendo referência. Nessa carta, além das obras arquitetônicas isoladas, a noção de monumento passa a abranger também os sítios urbanos ou rurais, além de se estender também às obras modestas que tenham adquirido com o tempo, significação cultural. Apesar de considerar os conjuntos urbanos entre os bens patrimoniais, na recomendação

não há nenhuma diretriz específica para esses bens, sendo mencionado que devem ser objeto de cuidados especiais.

Mais tarde, em 1968 em Conferência Geral da ONU, foi elaborada outra recomendação, em Paris. Essa recomendação discute a relação dos monumentos, sítios, bairros históricos com seu entorno - que passa a ser considerado como parte do bem cultural, não mais apenas como vizinhança. Além disso, a criação de "áreas de conservação" aparece nesta recomendação de forma mais detalhada que na anterior, mais focada na questão urbana: os bairros históricos dos centros urbanos ou rurais e os conjuntos tradicionais devem ser registrados como zonas protegidas e para isto deve haver uma regulamentação adequada para preservar o entorno e seu caráter.

Em 1964 foi fundado o ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios³, ligado à UNESCO. Formado por instituições não governamentais de diversos países, a criação do ICOMOS teve por finalidade a propagação das normas internacionais e a elaboração de recomendações em âmbito regional nos países de origem. Com isso, algumas recomendações foram feitas considerando as peculiaridades nacionais e regionais dos países e continentes. Na América Latina algumas recomendações foram elaboradas pela OEA - Organização dos Estados Americanos e pelos comitês dos ICOMOS locais.

Dentre as cartas latino-americanas mais importantes, destacam-se as Normas de Quito, a primeira das recomendações internacionais a dar grande destaque à questão econômica. Elaborada na "Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico" da OEA em 1967, a carta discorre sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, frente ao empobrecimento da maioria dos países latino-americanos, e conseqüente estado de abandono que encontravam suas riquezas monumentais e artísticas. Segundo a Normas de Quito, as Cidades ibero-americanas estavam sofrendo mutilação e degradações em nome de "[...] um mal entendido e pior administrado progresso urbano".(OEA, 1967 in CURY (org.), 2004, p.108)

Algumas considerações das Normas de Quito demonstram a mudança pela qual a noção de monumento estava passando na década: a ideia de espaço circundante é tida como inseparável do conceito de monumento, ou seja: "[...] a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra." (OEA, 1967 in CURY, 2004, P.106) Nesse sentido, a recomendação dispõe

³ Originalmente: *International Council on Monuments and Sites*

algumas diretrizes para a elaboração dos "planos reguladores", como por exemplo, a importância de zonear as áreas de proteção do espaço urbano onde os conjuntos históricos estão inseridos, dentre elas: zona de proteção rigorosa; zona de proteção ou respeito; zona de proteção da paisagem urbana (no sentido de integrar a natureza circundante).

A nova "Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural" , de 1972, elaborada em conferência geral da UNESCO, expressa com mais evidência uma modificação no conceito de patrimônio, em que as áreas preservadas deixam de ser tratadas considerando apenas questões estéticas ou artísticas, mas devendo ser consideradas também a qualidade de vida e as possibilidades de desenvolvimento humano. Nesse momento, foi incluído o patrimônio natural e os conjuntos urbanos. Definiu-se como conjunto urbano:

“ [...] grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.” (UNESCO, 1972, *in* CURY (org.), 2004, p.178)

2.2.1 As cartas patrimoniais urbanas: Amsterdã, Nairóbi, Washington e Petrópolis

A partir da ampliação dos conceitos relativos à intervenção no patrimônio nos anos 1970, as cidades e os sítios urbanos passam a ser centro das discussões internacionais. Dentre as cartas patrimoniais que colocam em foco a questão urbana vale enfatizar as principais delas que surgem neste período: o Manifesto de Amsterdã, a Recomendação de Nairóbi, a Carta de Washington, e em âmbito nacional, a Carta de Petrópolis.

A primeira delas, o Manifesto de Amsterdã, de 1975, vem a completar a discussão a respeito das áreas urbanas, apontando a conservação como um dos pressupostos do planejamento urbano e regional, incluindo também possibilidade de crescimento das cidades, e que novas construções se integrem aos conjuntos urbanos: " [a arquitetura contemporânea] deverá ter na maior conta o entorno existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição de volumes, assim como os materiais tradicionais." (COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA, 1975, *in* CURY (org.), 2004, p.214)

A Recomendação de Nairóbi, elaborada pela UNESCO em 1976 diz respeito aos "Conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea". Esta é uma das recomendações mais importantes no contexto das cidades históricas, por sistematizar, com orientações mais sólidas a conservação das áreas urbanas.

Nessa recomendação, se reconhece que os conjuntos históricos fazem parte do cotidiano, constituem presença viva do passado e são testemunhos tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade. E ainda, a recomendação reforça noção de "ambiência" dos bens, devendo essas áreas se relacionar de forma coerente aos conjuntos urbanos. Define-se como "ambiência": " [...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais." (UNESCO, 1976, *in* CURY (org.), 2004,p.220)

Alegando a falta de legislações eficientes em muitos países a respeito do patrimônio e sua relação com o planejamento físico-territorial outro ponto importante abordado na Recomendação de Nairóbi é sobre a responsabilidade dos Estados em relação à salvaguarda, proteção e revitalização dos conjuntos históricos e de sua ambiência, devendo essas questões ser contempladas no planejamento nacional, regional ou local.

Ainda a respeito do planejamento urbano, há na Recomendação de Nairóbi um alerta para a urbanização que de forma geral, produz um aumento na escala e na densidade das construções, o que pode vir a prejudicar indiretamente a ambiência e o caráter dos conjuntos históricos nas áreas adjacentes. É colocada a necessidade de que os conjuntos se integrem à vida contemporânea, devendo ser assegurado que as novas arquiteturas se enquadrem harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos. Para tal, devem ser analisadas características do contexto urbano: alturas, cores, materiais, formas, fachadas, telhados, volumes, proporções, implantação dos edifícios e dimensão dos lotes, deve-se evitar efeito de massa, prejudicial à harmonia.

Mais tarde, foi elaborada a Carta de Washington, em 1986, e se refere à salvaguarda das Cidades Históricas. Inicialmente são feitas considerações importantes em relação ao termo cidade histórica: "[...] todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas." A Carta diz respeito mais precisamente:

"[...]às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que, além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais." (ICOMOS, 1986, *in* CURY (org.), 2004, p.281)

A recomendação considerou que a industrialização o caráter cultural, social e econômico das cidades históricas, e completa a Carta de Veneza (1964), definindo princípios, objetivos,

métodos e instrumentos de salvaguarda, defendendo que as cidades históricas tenham um desenvolvimento coerente e harmonioso com a vida contemporânea.

Essa recomendação apresenta de forma prática e sistemática alguns métodos e instrumentos para a conservação das cidades históricas, ressaltando como fundamental o planejamento da salvaguarda das cidades, afim de determinar o que deve ser protegido, o que deve ser conservado em certas condições, e os que em circunstâncias excepcionais, podem ser demolidos. Esse plano deve ser precedido de estudos aprofundados e multidisciplinares e ter participação e apoio da população, e ainda: "O plano de salvaguarda" deverá empenhar-se para definir uma articulação harmoniosa entre os bairros históricos e o conjunto da cidade". (ICOMOS, 1986, *in* CURY (org.), 2004) Nesta carta percebe-se que o planejamento urbano participativo é tido como indispensável nas cidades históricas.

No Brasil, após o golpe de 1964, houveram mudanças relevantes nas políticas públicas federais e no campo da proteção do patrimônio, que teve grande importância ideológica durante a ditadura. Nesse período⁴ foram elaboradas as primeiras Cartas Patrimoniais Brasileiras, nas Reuniões de Governadores, e foram baseadas nos parâmetros e diretrizes internacionais. Segundo Meira (2004), essas reuniões tratavam de assuntos relacionados ao patrimônio e especialmente a necessidade de estender aos estados e municípios as ações de salvaguarda. Sendo assim, em âmbito nacional, é importante enfatizar a elaboração de uma carta específica para a salvaguarda do patrimônio das cidades brasileiras: a Carta de Petrópolis.

Precedida pelo "Compromisso de Salvador", de 1971, documento que já demonstrava as preocupações com a ambiência dos bens tombados frente à ameaça do crescimento das cidades, a Carta de Petrópolis foi elaborada durante o "1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos" em 1987. A referida carta faz definições fundamentais para a compreensão e tratamento das cidades históricas no Brasil, e conceitua "Sítio histórico urbano":

"[...] espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por ocasião a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico." (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, *in* CURY, 2004, p.285)

E completa:

⁴ O primeiro encontro foi em Brasília, 1970.

"[o sítio histórico urbano] é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens naturais e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação". (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, in CURY, 2004, p.285)

Por essa conceituação, é possível perceber uma mudança no pensamento a respeito da cidade histórica, e seu papel na vida contemporânea, entendida aqui como organismo vivo, dinâmico, diferente da visão inicial do IPHAN desde a década de 1930, que considerava essas cidades como obra de arte e um todo acabado. Como também presente nos documentos anteriores, é fundamental que a conservação destes sítios seja precedida de um planejamento urbano contínuo e permanente, e que haja integração entre as ações dos órgãos federais, estaduais e municipais, além de participação da comunidade, confirmando a inserção de novos atores no processo, até então protagonizado pelo Governo Federal.

Na década de 1980, os conceitos em relação à proteção patrimônio histórico foram aprimorados quanto às questões legais de proteção, as questões de qualidade ambiental dos núcleos históricos, ao papel do Estado e da participação da população nesse processo. Segundo Pessoa (2005), a cidade como objeto de proteção através do tombamento, passou também a ser identificada na sua importância documental, não apenas pela ótica da homogeneidade estilística. Com isso, a lista de centros históricos tombados no Brasil, aumentou enormemente, pela possibilidade de inserção de outras áreas não mais homogêneas estilisticamente.

Quadro 2: Quadro resumo - Conteúdo das Cartas Patrimoniais Analisadas.

Data	Documento	Conceitos/Definições abordadas	Recomendações
1931	Carta de Atenas I	Vizinhança dos monumentos, mas sem valor patrimonial;	Preservar a vizinhança dos monumentos com suas perspectivas que compõem o conjunto;
1933	Carta de Atenas II	Vizinhança dos monumentos, mas sem valor patrimonial;	Defende a destruição da ambiência de alguns monumentos como inevitável para a construção de uma cidade moderna;

1962	Recomendação de Paris	"Áreas de Conservação";	Planejamento Urbano ; Exigências estéticas para novos projetos em sítios históricos, mas sem imitação gratuita;
1964	Carta de Veneza	Sítios urbanos ou rurais, obras modestas com significado cultural;	Não há recomendações específicas para os conjuntos/sítios urbanos;
1968	Recomendação de Paris	Relação entre monumentos, sítios, bairros históricos e seu entorno - que passa a ser parte do bem cultural;	Proteção dos bairros e conjuntos tradicionais protegidos por zonas com regulamentação adequada;
1967	Normas de Quito	Conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico; Ideia de espaço circundante inseparável do monumento;	Elaboração de "Planos Reguladores" com zonas de proteção;
1971	Compromisso de Salvador	Ameaça da ambiência dos bens tombados pelo crescimento urbano;	Planos Diretores municipais - contar com orientação do IPHAN; Legislações urbanísticas complementares;
1972	Recomendação de Paris	Patrimônio Natural; Conjuntos Urbanos;	Áreas protegidas associadas a questões de qualidade de vida e desenvolvimento humano;
1975	Manifesto de Amsterdã	Possibilidade de crescimento das cidades e integração de novas construções aos conjuntos;	Conservação como um dos pressupostos do planejamento urbano;
1976	Recomendação de Nairóbi	Define "ambiência";	Controle do aumento da escala e da densidade das construções; Integração dos conjuntos históricos à vida contemporânea;
1980	Carta de Burra	Obras de reconstrução ou adaptação para necessidades práticas do monumento; Define "conservação".	Proíbe a inserção de elementos nas áreas de entorno dos bens culturais que venham a prejudicar sua apreciação;

1986	Carta de Washington	Define "cidades históricas"	Cidades históricas com desenvolvimento coerente com a vida contemporânea; Planos de Salvaguarda das cidades históricas;
1987	Carta de Petrópolis	Define "Sítio histórico urbano"	Planejamento urbano contínuo e permanente; Integração entre órgãos federais, estaduais e municipais; Participação da comunidade.

Para Grammont (2006b), deve se evitar críticas arbitrárias ao tratamento do patrimônio de outras épocas sem que haja devida contextualização histórica. Pela análise das Cartas Patrimoniais em questão, foi possível perceber o avanço das ideias de proteção do patrimônio das cidades, tanto para seus núcleos históricos como para suas áreas de entorno. Apesar de que as Cartas apresentam ideias bastante genéricas e em alguns quesitos pouco aplicáveis e detalhados, elas demonstram a transformação considerável da abordagem e do tratamento inicial que se dava a esses espaços, de acordo com o pensamento de cada época.

Contudo, no Brasil, o avanço conceitual no tratamento das cidades históricas por parte do IPHAN, ficou muitas vezes restrito ao discurso. Em Ouro Preto, algumas ações foram adotadas de acordo com o pensamento internacional, a partir dos anos 1960, como será visto posteriormente, foram elaborados planos de ordenamento territorial de acordo com as recomendações, mas não obtiveram sucesso. Apesar da absorção pelo seu discurso de novos conceitos, o trabalho do IPHAN continuou na mesma linha, "[...] não conseguindo tampouco elaborar estratégias que lograssem compatibilizar preservação e desenvolvimento". (CASTRIOTA, 2007, p.16)

2.3 A origem do IPHAN

No Brasil, o primeiro órgão voltado para a preservação foi criado em 1934: a Inspeção de Monumentos Nacionais, que era vinculada ao Museu Histórico Nacional. A inspeção, a princípio tinha como finalidades impedir a saída de objetos antigos do Brasil e proteger edificações monumentais da destruição muitas vezes advinda das inúmeras reformas urbanas pela qual o país passava. Nesse contexto, Ouro Preto foi consagrada "monumento nacional" pelo Decreto nº 22.928/1933. Para Castriota (2009), essa consagração pode ser

entendida como um gesto simbólico, pois não havia ainda nenhum instrumento legal para regulamentação e preservação do patrimônio urbano ou dos monumentos da cidade.

Três anos depois da Constituição Federal de 1934, foi criado o SPHAN⁵, um organismo federal de proteção ao patrimônio, que foi, mais tarde, instituído oficialmente pela Lei nº 378 de janeiro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas. O órgão era inicialmente vinculado ao Ministério da Educação, que na época tinha como ministro o mineiro Gustavo Capanema. Ao poeta Mário de Andrade, ícone da Semana de Arte Moderna de 1922, ficou a incumbência da elaboração de um anteprojeto de Lei⁶ para salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro. A implementação do Serviço do Patrimônio - SPHAN, que foi confiada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Importantes nomes das artes, da literatura e da arquitetura moderna fizeram parte do início da atuação do órgão, como Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, etc.

Logo no início da atuação do IPHAN, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25/1937, que organizou a "proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", segundo Meira (2004), o Brasil foi precursor na América Latina, ao instituir essa regulamentação em forma de lei. O Decreto definiu o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, que fossem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil por sua excepcionalidade, fosse ela etnográfica ou arqueológica, bibliográfica ou artística. O reconhecimento do valor desse patrimônio se dava pelo tombamento, a partir do momento em que estes bens fossem inscritos em um dos quatro livros do tomo, agrupados de acordo com suas devidas categorias:

- Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico;
- Livro do Tombo Histórico;
- Livro do Tombo das Belas Artes;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas;

O tombamento é, até os dias atuais, o principal instrumento que impede a destruição e a descaracterização dos bens culturais, não implicando na perda de propriedade do bem, mas sendo sua conservação responsabilidade do proprietário. No caso das obras de arte e bens

⁵ Como já exposto, neste trabalho terá a nomenclatura de IPHAN.

⁶ Porém, segundo Meira (2004), essa proposta não chegou a ser adotada.

móveis em geral, o tombamento impede que estas sejam retiradas do país sem autorização do órgão responsável pela salvaguarda.

Dentre os bens inscritos nos Livros do Tombo em 1938, destacam-se os conjuntos urbanos de algumas cidades mineiras do período colonial - Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rey, Diamantina e Serro - que estavam de certa forma abandonadas, por sua obsolescência ou decadência econômica. Segundo Simão (2006), nessas cidades os modernistas encontravam o que procuravam: monumentos e núcleos urbanos que mantinham a integridade estilística original e que refletiam a tradição do período colonial.

Em um processo seletivo da definição dos bens culturais nacionais, centralizado e monopolizado pelo IPHAN, os monumentos históricos do estado de Minas Gerais, como colocado por Chuva (2009), a "mineiridade", tornaram-se símbolos da "brasilidade". Ou seja, esses monumentos deveriam ser símbolo da identidade de todos os brasileiros, como os verdadeiros "tesouros nacionais". Esses monumentos, que até então estavam esquecidos e eram desconhecidos por muitos, se tornaram um modelo de qualidade a ser buscado no IPHAN.

"Esse precioso patrimônio foi constituído daquilo que os agentes institucionalizados denominavam de arquitetura tradicional do período colonial - as construções coloniais descendentes da arquitetura portuguesa ou nela inspiradas e transformadas a partir de novas apropriações de seu conteúdo técnico, conceitual, quer fosse instintivamente, como a produção vernacular, quer fosse racionalmente, com a produção erudita. Erigidas segundo valores, representações e funções específicas da época de sua construção, tornaram-se, num tempo absolutamente posterior, quadros de referência, e foram fixadas na memória pelo exercício de um poder estatizado que visava identificar a nação brasileira." (CHUVA, 2009, p.79)

Para Chuva (2009), a escolha dos monumentos - muitas vezes de maneira arbitrária por parte do Estado - pode ser entendida como um exercício de violência simbólica. Castriota (2009) ressalta que essas políticas passam pela "dialética lembrar-esquecer": alguns elementos são escolhidos para ser salvaguardados, em detrimento de outros. O não tombamento dos núcleos urbanos de algumas cidades coloniais mineiras, deixa claro que houve essa dialética: a cidade de Sabará, em Minas Gerais, por exemplo, que ainda se apresentava íntegra na década de 1930, não teve seu núcleo urbano inscrito nos livros do tomo, foram inscritos apenas alguns monumentos isolados, assim, as demais construções históricas, bem como a paisagem da cidade ficaram à margem da preservação. A justificativa de Lúcio Costa para tal, era a proximidade da cidade com Belo Horizonte, que ameaçava a integridade desse núcleo pelo desenvolvimento.

"Outras cidades históricas, mais distantes da ameaça do desenvolvimento, garantiriam a identidade nacional, sem expor o novo e frágil Decreto-Lei 25 — isto é, o próprio instituto do tombamento. O restante ficaria à própria sorte". (MOTTA, 2002, p.129)

Desse modo, nas grandes cidades brasileiras os imóveis foram tombados apenas isoladamente. O IPHAN mantinha uma postura de valorização das cidades pela uniformidade de aspectos estilísticos, e com isso desconsiderou os conjuntos urbanos dessas cidades, que em muitos casos já haviam perdido sua integridade e homogeneidade estilística, decorrente da modernização.

Cabe ressaltar que os conjuntos arquitetônicos e urbanos das cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro, Diamantina, São João Del Rey e Tiradentes foram inscritos na década de 1930 no Livro do Tombo de Belas Artes. Essa inscrição demonstra a abordagem inicial do IPHAN nessas cidades, que eram vistas como grandes obras de arte, sendo valorizadas apenas pelas questões estéticas e estilísticas. Para Castriota (2009), essa visão idealizada das cidades ignora o ponto de vista documental, a trajetória e diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído.

Dentro dessa visão, o IPHAN, no início de sua atuação, começou uma ação de homogeneização das cidades, eliminando parte das transformações recentes, demonstrando que os núcleos urbanos eram ignorados enquanto organismos dinâmicos e complexos. Para Simão (2006), pouco foi considerado acerca do uso dos núcleos urbanos, talvez pelo fato de que a estagnação dessas cidades parecia irreversível. Tal tratamento persistiu em Ouro Preto durante muitos anos, o que influenciou fortemente na transformação da paisagem da cidade, como será visto a seguir.

3. Sobre a cidade de Ouro Preto

3.1 A formação da cidade

Para tratar da cidade de Ouro Preto do século XXI, é necessário que se entenda a história de sua formação, que foi marcada tanto por períodos de ocupação intensa e acelerada, como por longas fases de estagnação econômica. Essas fases deixaram suas marcas no tecido urbano e na arquitetura proveniente das diversas épocas, o que resultou na paisagem e na forma urbana que se tem atualmente.

3.1.1. Breve histórico

O início do povoamento da cidade de Ouro Preto se deu ao final do século XVII, pelos bandeirantes na busca pelo ouro no interior de Minas Gerais. O ouro era encontrado abundantemente às margens dos rios e nas encostas dos morros, atraindo inúmeras expedições de paulistas e portugueses para essas áreas.

Os primeiros arraiais - primeiras formas de ocupação - se desenvolveram a partir dos acampamentos primitivos que se formavam nas margens dos riachos onde se encontrava o ouro e dos pontos onde se instalavam o comércio. Para Vasconcellos (1977), o comércio teve maior influência na configuração urbana que a mineração propriamente dita, tendo em vista que não eram necessárias construções permanentes à margem dos rios, já que as lavras esgotavam-se após um tempo.

O espaço urbano nesse período era configurado por caminhos e estradas de acesso às minerações, que deram origem aos primeiros arruamentos, configurando um traçado alongado e sinuoso, adaptado às condições topográficas locais. A Igreja tinha papel fundamental na organização do espaço urbano desse período. Segundo Marx (1991):

"[...] se a aglomeração surgia espontaneamente, e ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja até o momento decisivo da criação do município." (MARX, 1991, p.12)

Na paisagem, a igreja tinha lugar de destaque, segundo Marx (1991), conforme direito Canônico, a igreja deveria se fundar e edificar em lugares decentes e acomodados, em sítio alto e livre de umidade (ver figura 5). "O costume de se destacar o templo na paisagem transcendia, por isso, uma questão lógica, uma força da tradição, uma vontade plástica [...]" obedecia na verdade a uma legislação clara a ser cumprida se quisesse sacração [...]" (MARX, 1991, p. 22).



Figura 5: Implantação das igrejas em locais privilegiados da topografia. Fonte: Croqui da autora.



Figura 6: Igreja implantada no tecido urbano isolada das demais edificações. Fonte: Imagem do Google Earth (2011), modificada pela autora.

Haviam também recomendações que determinavam que as igrejas estivessem livres de casas particulares e de outras paredes, para que as procissões pudessem andar ao redor dos templos, conforme figura 6. Para Marx (1991), essa recomendação tornou-se imediatamente um condicionante para o tecido urbano, é possível perceber no traçado de Ouro Preto, que as igrejas sempre se situam em largos ou praças, em contraponto ao traçado das vias estreitas e sinuosas.

No início do século XVIII, com o aumento da produção aurífera, e consequente aumento demográfico, os arraiais se uniram a partir dos caminhos que os interligavam - esse trajeto é denominado por Vasconcellos (1977) de "caminho tronco" (ver figura 7). A interligação dos arraiais pelo "caminho tronco" deu origem à Vila Rica, criada juridicamente em 1711, pelo governador Antônio de Albuquerque, quando esta era o mais importante centro populacional das Minas Gerais. Em 1720, Vila Rica se tornou a capital da Capitania das Minas Gerais.

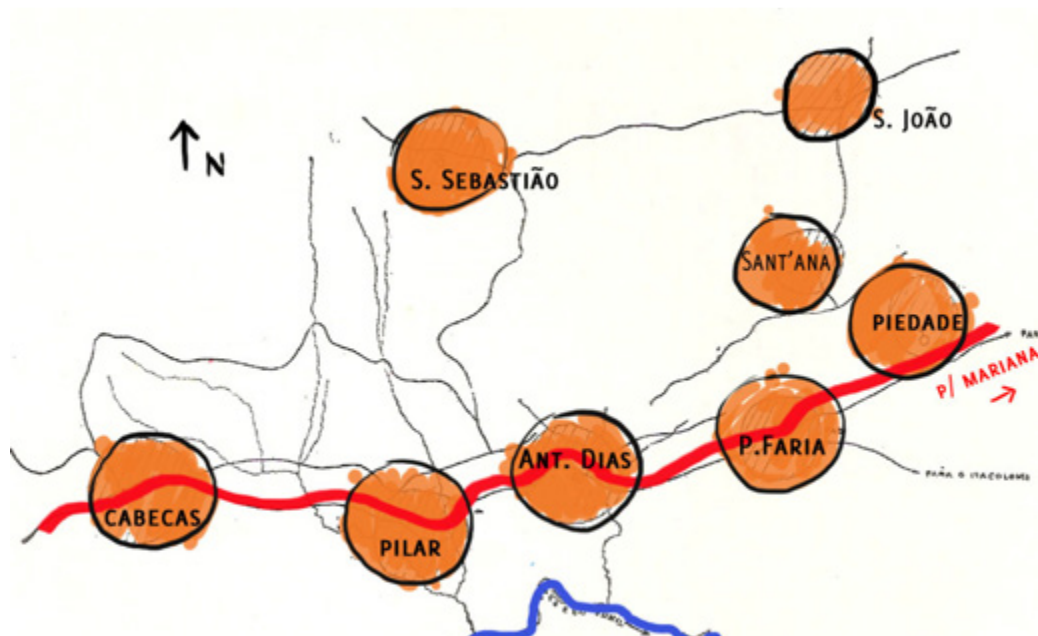


Figura 7: Primeiros arraiais interligados pelo "caminho tronco". Fonte: Vasconcellos, 1977, p. 104, modificado pela autora.

Segundo Silva (2006) a vila foi formada a partir de duas freguesias principais, segundo jurisdição religiosa: a de Ouro Preto (Matriz do Pilar) e a de Antônio Dias (Matriz de Nossa Senhora da Conceição). O centro administrativo foi localizado na porção média das duas freguesias, no morro de Santa Quitéria, onde é a Praça Tiradentes, local onde foi construído o Palácio dos Governadores e mais tarde, do lado oposto, a Casa de Câmara e Cadeia.

O período compreendido entre 1730 e 1765 foi marcado pela consolidação da vila. Segundo Oliveira (2006), essa foi a fase de maior esplendor econômico e construtivo, em que a urbanização se intensificou, e foi construída a maioria das obras públicas: datam desse período, a maior parte das pontes e chafarizes. (Ver mapa 01, p. 30 - Evolução urbana)

MAPA1 OURO PRETO - EVOLUÇÃO URBANA



Vista panorâmica da cidade entre 1880 e 1890. Fonte: Acervo Público Mineiro. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?idd=29...



Vista panorâmica da cidade entre 1923 e 1950. Fonte: Acervo IFAC/UFOP



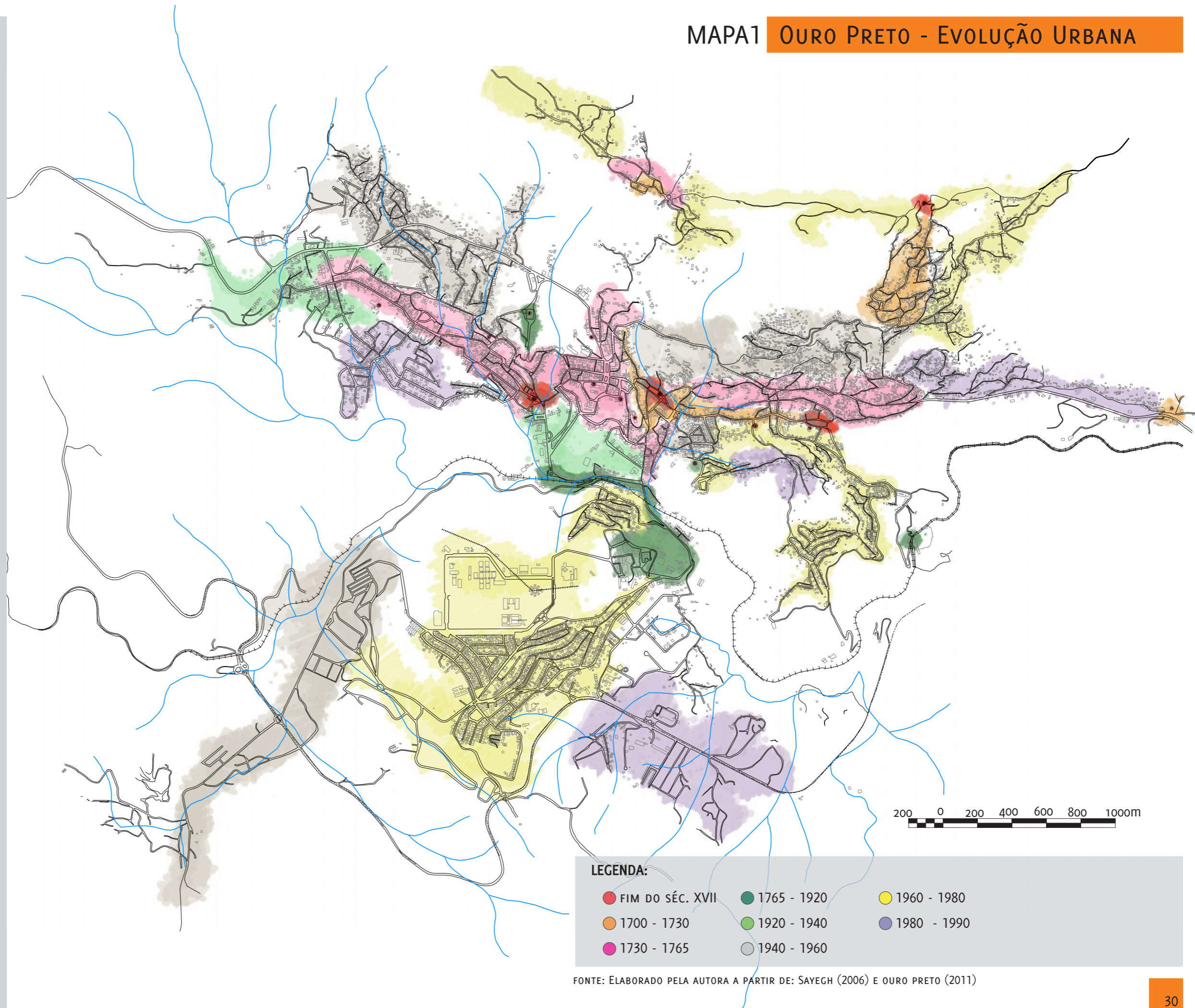
Vista recente da cidade. Fonte: Acervo da autora, 2008.



Vista parcial da cidade em 1935. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.



Vista da cidade com ocupação da Vila Aparecida. Fonte: Acervo da autora, 2008.



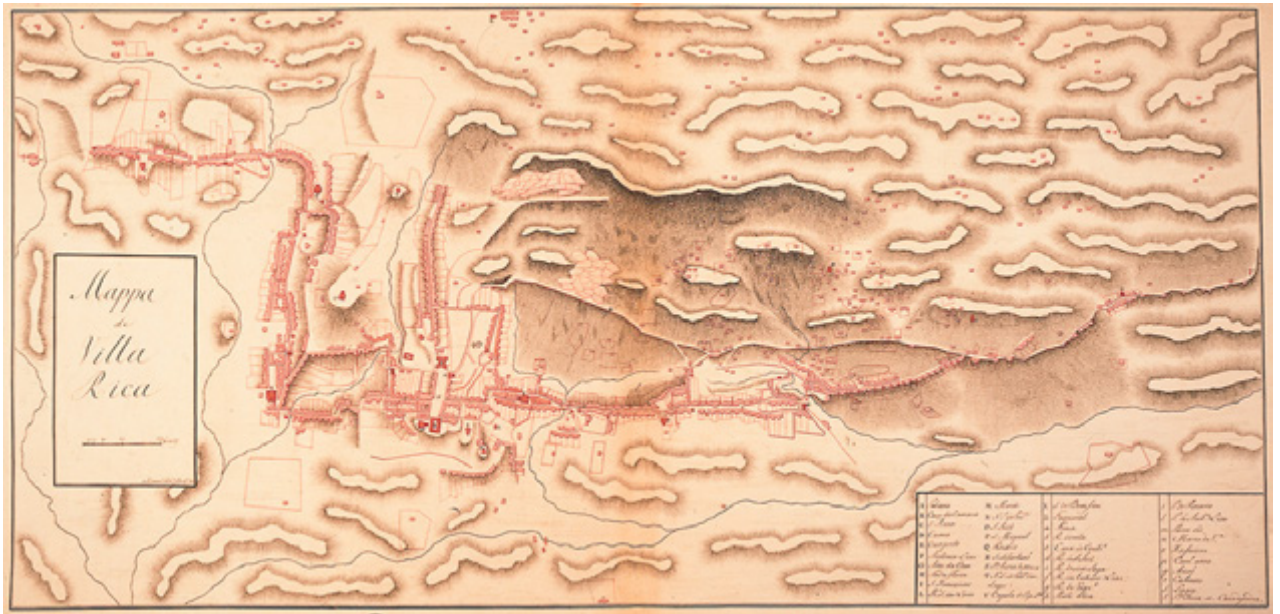


Figura 8: Mapa de Vila Rica entre 1775 e 1800. Fonte: REIS FILHO (2000), p.215.

Segundo Oliveira (2006), a mão de obra responsável pelas construções era composta majoritariamente por mestres de obra de origem portuguesa, atraídos para as Minas Gerais pela riqueza econômica e desenvolvimento urbano das vilas recém criadas. Os portugueses dominaram praticamente toda a encomenda arquitetônica e artística no período áureo da mineração, e tiveram grande influência na arquitetura das Minas Gerais, treinando também a mão de obra local, formada em sua maioria por negros forros e mulatos. Em contraponto à riqueza dos templos ou a grandiosidade dos edifícios públicos do século XVIII, a arquitetura residencial/comercial era simples. As fachadas frontais eram compostas de materiais mais rústicos, como o pau-a-pique, pedra e madeira e eram consideradas elementos autônomos da construção.

No século XIX, a Vila começou a sofrer com a queda da produção de ouro, o que deu início a um processo de declínio e estagnação da economia e queda na demografia. Somente em 1823 Vila Rica foi elevada à "Imperial Cidade de Ouro Preto", juntamente com as demais capitais de províncias. No período compreendido entre 1815 e 1900, ocorreu um lento processo de expansão do tecido urbano, quando foram construídas algumas edificações em estilo neoclássico e eclético, chalés com lambrequins e adornos em ferro, além de

infraestrutura de telefonia, iluminação, água e esgoto, estes fatores demonstraram uma lenta modernização da cidade. (ver figuras 9 e 10)



Figura 9: Edificações na rua São José em estilo eclético. Fonte: Acervo da autora, 2010.



Figura 10: Chalé adornado com lambrequins. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/61740198?source=wapi&referrer=kh.google.com> acesso em 12/05/2012.

Com a decadência da mineração, o perfil econômico da cidade mudou, como Ouro Preto ainda era capital de Minas Gerais, sua função ficou apenas administrativa. Além dessas funções, foram criadas na cidade enquanto capital em 1839, 1876, 1892, respectivamente, as Escolas de Farmácia, de Minas e a Faculdade de Livre Direito. No ano de 1889 foi inaugurada a estação ferroviária da cidade.

Após a proclamação da República, os ideais modernos de cidade levaram à transferência da capital do estado de Minas Gerais para Belo Horizonte em 1897, uma cidade planejada, ao contrário da antiga e obsoleta cidade de Ouro Preto.

É importante ressaltar que o final do século XIX no Brasil, segundo Vilaça (1999), foi marcado por uma série de planos de melhoramento e embelezamento das cidades, em que as grandes cidades brasileiras estavam sofrendo transformações importantes no seu tecido urbano. Influenciados por ideais europeus, esses planos adotavam formas urbanas monumentais e exaltavam a burguesia, negando as formas coloniais até então existentes.

Segundo Lima (2009), ainda entre 1891 e 1893, enquanto os estudos sobre o espaço para a nova capital ainda estavam em andamento, houveram tentativas para que a cidade de Ouro Preto mantivesse a condição de capital do estado. As tentativas foram no sentido de adaptar-se às diretrizes urbanas de melhoramento e embelezamento disseminadas na época, para isto, foi criada a Empresa de Melhoramentos da Capital. Dentre os melhoramentos propostos para a cidade, estavam a criação de bulevares, grandes avenidas e viadutos, linhas de bondes, elevadores de planos inclinados, etc; além de melhoria no saneamento, calçamento, alargamento, e arborização das ruas existentes, e mesmo substituição dos chafarizes e pontes antigos, entre outras iniciativas.

A figura 11 ilustra alguns desses projetos, em que se transformaria por completo o estilo arquitetônico das construções da cidade, e o desenho das vias com a criação de bulevares, arborização e jardins. No entanto, tais obras foram inviabilizadas pela falta de recursos financeiros e principalmente pela dificuldade de se implantar tais ideias na topografia existente, e Ouro Preto deixou de ser a capital do estado de Minas Gerais.

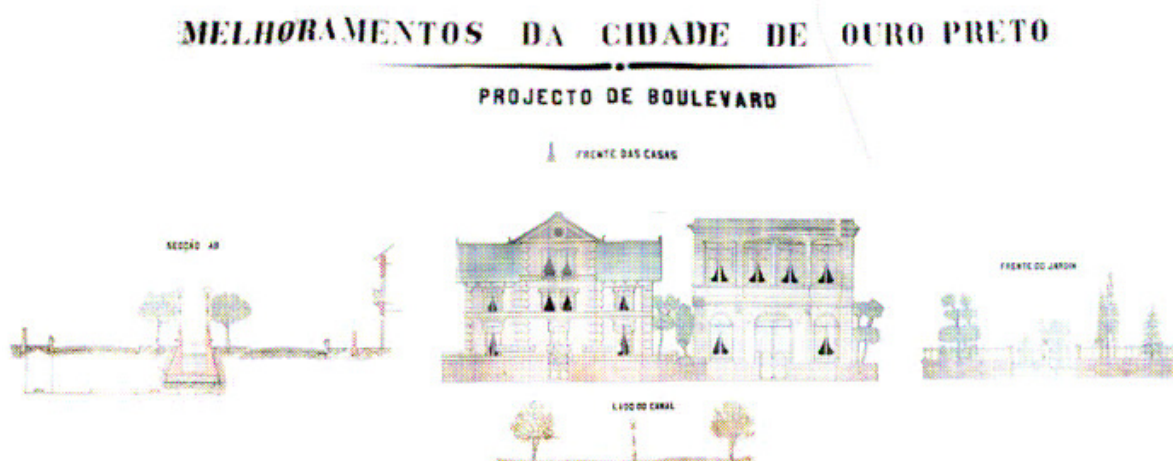


Figura 11: Parte do projeto de um boulevard para Ouro Preto, autor desconhecido, 1891, onde se vê uma seção da rua, projeto para fachada das edificações e jardins. Fonte: Lima, 2009, p. 6.

Com a mudança da sede da capital, a cidade passou por um significativo período de declínio econômico e demográfico, com a emigração de 45% da população. Segundo Oliveira (2003) esse certo “abandono” tornou-se a salvação do patrimônio histórico e garantiu a preservação dos monumentos e da paisagem colonial. “Como outros exemplos na história das cidades, Ouro Preto teve preservadas sua integridade física e formal em função do seu afastamento do desenvolvimento que estimula renovações urbanas.” (OLIVEIRA, 2003)

Em 1934, foi instalada na cidade a Eletro-Química Brasileira, ao sul do núcleo original da cidade, mais tarde incorporada pela multinacional canadense - a Alcan Alumínio do Brasil

S/A. A partir dos anos 1960, com o crescimento do mercado externo para os subprodutos do alumínio, e com a ampliação das instalações da empresa, essa industrialização representou uma significativa recuperação econômica do município.

Com isso, a partir dos anos 1960 e 1970, o crescimento demográfico se intensificou, aliado também ao desenvolvimento da atividade turística na cidade. Segundo Lima *et al* (2010) entre as décadas de 1950 e 1970, a população na sede de Ouro Preto praticamente triplicou, passando de 8.751 para 25.252 pessoas. Costa (2011), associa o crescimento inicial às migrações da população rural de alguns distritos para a sede do município, o crescimento, a partir da década de 1960 já se fez através de migrações de regiões extramunicipais. Foi nesse período que os reflexos da recuperação econômica passaram a ser sentidos no tecido urbano. (Ver mapa 01 - Evolução urbana, p.30)

Para suprir a demanda de moradia de seus funcionários, a Alcan criou um novo bairro - Saramenha, na área sul da cidade, articulado à indústria, e independente da malha urbana de Ouro Preto (ver figura 12). Contudo, este bairro não foi suficiente para suprir a crescente necessidade de moradia da população que chegava à cidade, o que, segundo Castriota (2009) acarretou uma pressão inusitada no núcleo histórico que até então estava praticamente inalterado. O autor apresenta um dado que representa bem esse crescimento: em 1938, haviam aproximadamente 1.000 edificações no arruamento setecentista, já entre 1938 e 1985, foram aprovadas cerca de 3.000 novas construções na área. Foram ocupadas por novas construções os vazios no arruamento, o que para o autor alterou significativamente a relação de cheios e vazios no conjunto.



Figura 12: Foto aérea da cidade com a localização da Praça Tiradentes (1) e do bairro Saramenha (2), que foi implantado afastado da malha urbana da cidade. Fonte: Google Earth (2011), modificado pela autora.

Além do adensamento e dos bairros centrais, novas áreas urbanas surgiram nas encostas⁷ do núcleo colonial, para suprir a necessidade de habitação da população com poder aquisitivo mais baixo, tendo em vista que o núcleo histórico - dotado de infra-estrutura - havia valorizado. Os problemas gerados pela ocupação das periferias nos morros da cidade por uma população de baixa renda, ocorreram a exemplo de muitas outras cidades brasileiras, porém com o agravante de que em Ouro Preto, essas áreas ainda representam a descaracterização da ambiência do patrimônio tombado.

Apesar de alguns esforços por um planejamento urbano que ordenasse esse crescimento, como será visto mais adiante, o quadro vem se agravando com o passar dos anos. A população da cidade continuou crescendo, assim como a demanda por moradia. A atividade turística se consolidou como importante força econômica, e o crescimento da cidade, a partir das décadas finais do século XX, também se deve ao aumento das ofertas de vagas na UFOP e IFMG, que colabora para uma ocupação massiva na parte sul da cidade (ver figura 13), mas essa, sem impactos visuais no núcleo histórico.



Figura 13: Vista Parcial do bairro Bauxita. Fonte: Google Street View, 2012.

⁷ Embora o adensamento das encostas da cidade seja proveniente de um crescimento demográfico recente, alguns de seus primeiros povoamentos datam do início da exploração do ouro na cidade. As ocupações dos Morros São João, São Sebastião e Queimada, por exemplo, surgiram dos séculos XVII e XVIII.

Para controlar o adensamento do núcleo colonial e a expansão das periferias, houveram algumas iniciativas para ordenar o crescimento da cidade, por parte da Prefeitura e principalmente por parte do órgão responsável pela preservação do patrimônio - o IPHAN. O tratamento que foi dado em resposta a esse crescimento urbano e às questões referentes à proteção do patrimônio da cidade, será exposto mais adiante.

3.1.2. Análise da Forma Urbana

As mudanças sociais e econômicas ocorridas ao longo dos anos em Ouro Preto, representaram enormes reflexos sobre forma urbana da cidade. Pretende-se neste tópico, reconhecer os elementos mais marcantes que constituem a paisagem da cidade correspondente à ocupação anterior ao século XX. Este recorte temporal foi feito tendo em vista que mais adiante será analisado o caso específico de um bairro que surgiu no período de recuperação econômica da cidade, como uma amostra das formas de ocupação mais recentes.

A análise da forma urbana foi apoiada na Morfologia Urbana, que "[...] é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e sua produção e transformação no tempo" (LAMAS, 2004, p. 37). O autor ressalta que o estudo morfológico não tem como objeto de estudo o conjunto de fenômenos sociais e econômicos que provocaram o processo de urbanização, porém estes fenômenos são importantes para explicar a produção das formas urbanas. Ainda para o autor, a morfologia estuda a configuração e a estrutura exterior de um objeto, a partir das formas interligadas aos fenômenos que lhe deram origem.

Foram analisados aspectos da cidade conforme propõe Lynch (1985), por seus elementos físicos perceptíveis. Vale ressaltar que para o autor, a cidade deve ser entendida como produto das modificações cotidianas produzidas no espaço "[...]a cidade não é apenas um objeto perceptível [...] é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. " (LYNCH, 1985, p.12)

As formas urbanas foram tratadas neste trabalho de acordo com as escalas e dimensões urbanas estabelecidas por Lamas (2004), são elas: dimensão territorial - escala da cidade; dimensão urbana - escala do bairro; dimensão setorial - escala da rua. Os elementos morfológicos são as partes a serem analisadas na leitura da forma urbana. Segundo o autor, não importa qual seja o contexto histórico, os elementos que compõem a forma urbana são

sempre os mesmos: ruas, edifícios, fachadas, planos marginais, etc. As diferenças estão no modo como estes se articulam e se relacionam para constituir o espaço urbano.

A dimensão territorial trata da estrutura global da cidade, que pode se assimilar a alguns tipos reconhecíveis: linear, radioconcêntrica, em malha ortogonal, entre outros, encontrados em quase todos assentamentos urbanos. Na dimensão territorial são levados em conta os seguintes elementos morfológicos: os bairros, grandes infraestruturas viárias, áreas verdes que se relacionam com o suporte geográfico e as estruturas físicas da paisagem.

Já as partes que compõem a cidade, são estudadas a partir da dimensão urbana, pela escala do bairro. Esta dimensão pode tratar tanto de um bairro, como de uma parte homogênea identificável da cidade. Os elementos que são levados em conta para a análise da escala do bairro são: traçado, praças, quarteirões, monumentos, jardins, áreas verdes, e os elementos de análise da escala da rua.

A menor unidade ou porção do espaço urbano que possui forma própria é a rua, que corresponde à dimensão setorial, também é utilizada para a análise de praças, largos, becos, etc. Os elementos que compõe essa porção do espaço são: fachadas, volumes, lotes, mobiliário urbano, vegetação, sinalização, e monumentos isolados.

O Meio físico

Segundo Pinheiro *et al* (2004), a cidade está implantada em um vale situado entre as serras de Ouro Preto - que para os autores é o principal elemento da paisagem urbana - a norte, e Itacolomi ao sul, "[...] a morfologia local caracteriza-se por altas montanhas de desenvolvimento linear, áreas aplainadas com altitudes diversas e vales alongados [...]" (PINHEIRO, *et al*, 2004)

O relevo da cidade é acidentado com encostas íngremes e vales profundos, fatores determinantes da forma urbana da cidade. Inicialmente ocuparam-se algumas áreas na encosta da serra de Ouro Preto, na região dos Morros São João e São Sebastião em função da localização do ouro. Os principais arraiais - Antônio Dias e Pilar, no entanto, ocuparam áreas no fundo dos vales, mais próximas aos cursos d'água. O relevo também foi condicionante da divisão da ocupação entre estes arraiais.

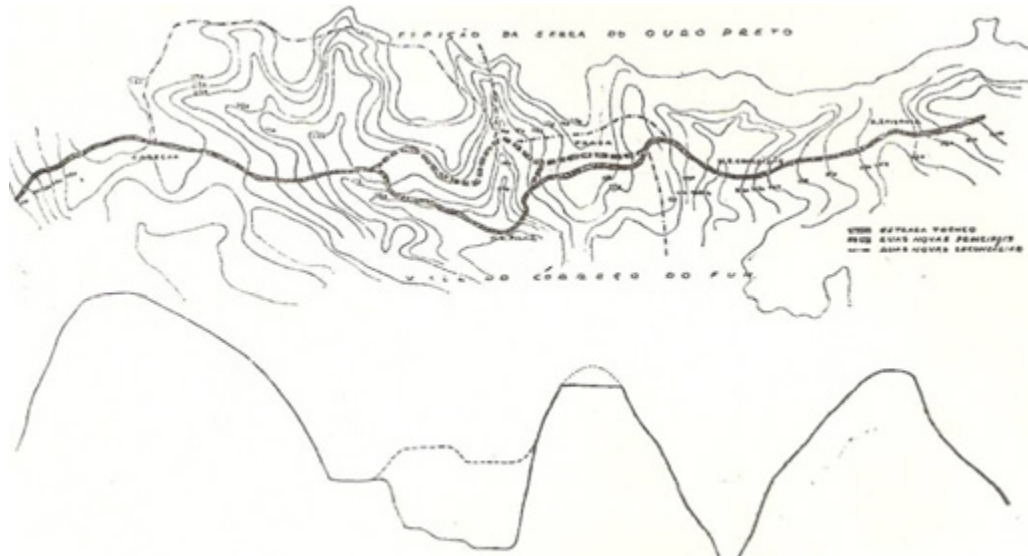


Figura 14: Imagem ilustrativa do relevo da cidade com o caminho tronco, em planta e corte, respectivamente. Fonte: Vasconcellos, 1977, 106.

O traçado

Segundo Lamas (2004) o traçado é um dos elementos mais claramente identificáveis da cidade. Assentado num suporte geográfico preexistente, o traçado regula a disposição dos edifícios, quarteirões, faz a ligação entre os espaços da cidade, etc. Outro ponto importante apontado pelo autor é o carácter permanente do traçado, que não é facilmente modificável, como as construções, os materiais, etc., que lhe permite resistir às transformações urbanas. Este é o caso de Ouro Preto, onde embora a cidade colonial tenha sofrido algumas alterações nas edificações, e adensamento de algumas áreas, o traçado se manteve em sua forma original.

O traçado das primeiras ocupações era formado de ruas estreitas que inicialmente seguiam o desenho das curvas de nível, conformando terrenos retangulares de meia encosta. Mais tarde, para interligar os arraiais, ou dar acesso às igrejas, implantadas no alto dos morros, foram traçadas ruas ortogonalmente às curvas de nível, formando algumas das típicas ladeiras de Ouro Preto.

A malha urbana da cidade é linear, e a forma de ocupação do território pode ser caracterizada, de acordo com Panerai (2006), por um crescimento descontínuo, pois a ocupação foi de forma aberta. Ao contrário das cidades com crescimento contínuo ela não se originou de um único polo que se expandiu, mas sim da ligação entre arraiais dispersos.



Figura 15: Rua São José, exemplo de rua que segue a curva de nível. Fonte: acervo da autora, 2011.



Figura 16: A rua direita como é conhecida, é um exemplo de ladeira, que surgiu como via de ligação à Praça Tiradentes. Fonte: Wander Gomes, 2008.

Para Panerai (2006), as cidades localizadas em sítios íngremes em geral, "[...] seguem as linhas de cumeadas, insinuam-se pelos vales, franqueiam desfiladeiros, ocupando um território onde sua aparente continuidade ao longo das vias contorna e mesmo dissimula vastas áreas não construídas."(PANERAI, 2006, p.18) O autor coloca Ouro Preto como exemplo deste tipo de urbanização "em forma de dedos", condicionadas pela relação caminho/cidade, em que a cidade parece ser uma sucessão de estradas em torno das quais se organiza o tecido urbano.

As praças

Segundo Lamas (2004), se a rua é o local de circulação, a praça é o lugar do encontro, de permanência, dos acontecimentos. A praça Tiradentes em Ouro Preto, construída na época da constituição da Vila Rica foi feita para abrigar a sede do governo, e representa o elo de ligação entre os arraiais.

Contudo, em Ouro Preto, a praça nem sempre é uma praça típica, projetada para ser uma praça. A configuração urbana, neste aspecto, se assemelha às cidades islâmicas, onde a praça, propriamente dita, não existe.

"Outros espaços como o largo, o terreiro, não podem ser assimilados ao conceito de praça. São de certa maneira espaços acidentais: vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados. Mas nunca adquirem significação igual ao da praça porque não nasceram como tal." (LAMAS, 2004, p.102)



Figura 17: Largo do Rosário durante o Triunfo Eucarístico. Fonte: http://turismooouropreto.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html (acessado em 26 de março de 2012)

Os largos, configurados a partir do cruzamento de ruas, ou as áreas reservadas no entorno das igrejas, assumem o papel de praça, como locais de encontro e acontecimentos (ver figura 17). Aqueles dotados de chafarizes serviam de local de abastecimento e ponto de comércio, já os existentes em frente das igrejas, são de fundamental importância nos eventos festivos e religiosos.

Os edifícios

Os edifícios são os elementos mínimos que conformam a cidade, e são de fundamental importância na análise da forma urbana. "É através do edifício que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com forma própria: a rua, a praça, o beco, a avenida ou outros [...]" (LAMAS, 2004, p.84)

Como já foi descrito anteriormente, em Ouro Preto, as igrejas possuem papel de destaque na paisagem. Além da implantação em sítio elevado, a volumetria das igrejas pode ser vista em sua totalidade, e é independente das demais edificações, o que não acontece com a

arquitetura residencial. As casas apenas apresentam sua fachada principal para a rua, e são implantadas sem afastamentos frontais e laterais, ordenadas ao longo da via pública.

Apesar de os telhados serem apenas partes dos edifícios, segundo Lamas (2004) eles são determinantes na forma da cidade e no caso das edificações coloniais de Ouro Preto, as coberturas são fundamentais na sua leitura. Os telhados cerâmicos de duas águas seguem desenho um dos outros, formando um todo homogêneo característico da paisagem, conforme figura 18.



Figura 18: Edificações no bairro Antônio Dias, telhados voltados para a rua em composição harmônica. Fonte: Acervo Público Mineiro. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29 Acesso dia 20 de dezembro de 2011.

Segundo Lamas (2004), as fachadas, como principal elemento de comunicação entre a edificação e o espaço urbano, exprimem além da linguagem arquitetônica e expressão estética, o programa e as funções dos espaços ali existentes. Em Ouro Preto, nas áreas de maior poder aquisitivo, há maior predominância de sobrados em relação à casas térreas. Oliveira (2006) ressalta a diferenciação de materiais e de ornamentos das fachadas que existe de um pavimento para outro. Os pavimentos superiores são mais adornados, com balcões protegidos por guarda-corpos decorados, em oposição aos térreos, reservados à depósitos, comércio ou alojamento para escravos, expressando dessa forma, o programa da edificação.

As edificações setecentistas de Ouro Preto, tem como característica, pelas questões construtivas e estruturais, que os vãos superiores fossem abertos exatamente sobre os vãos inferiores. A composição das fachadas das ruas formam um ritmo marcado pela presença de cheios e vazios, com aberturas verticalizadas e os contrastes entre as cores escuras das esquadrias e elementos estruturais e o branco das alvenarias. Nota-se nas fachadas do arruamento setecentista, homogeneidade e harmonia na composição.

O lote - a parcela fundiária

Não é possível analisar os edifícios, nem suas formas de implantação, sem que se conheça também a forma dos lotes. "O lote não é apenas uma porção cadastral: é também a gênese e fundamento do edificado ". (LAMAS, 2004, p.86) As edificações são condicionadas pela forma dos lotes, que por sua vez, são dependentes do traçado urbano.

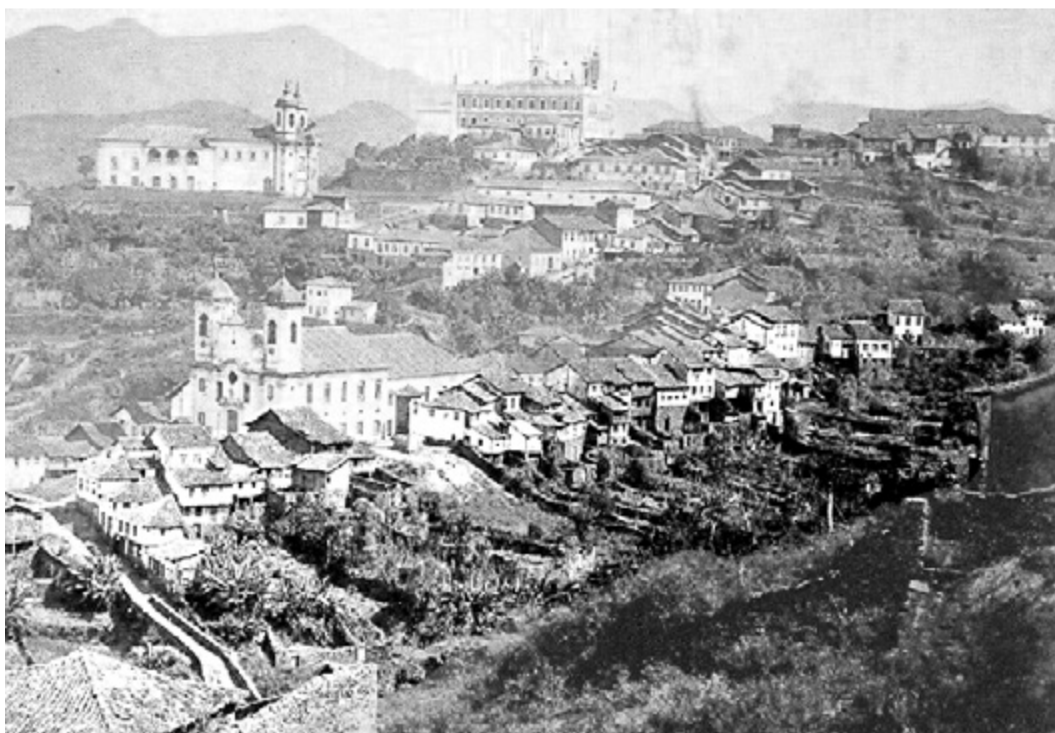


Figura 19: Fundos de edificações no bairro Antônio Dias entre 1870 e 1875. Fonte: <http://www.ouopreto-ourtownworld.jor.br/OPantigo.htm> modificado pela autora. Acessado dia 25 de março de 2012.

O traçado das ruas ao longo das curvas de nível, criou na Ouro Preto colonial, terrenos retangulares de meia encosta, sendo um lado aclive e outro em declive. Os lotes são, em sua maioria, estreitos e profundos, fazendo com que as edificações possuam enormes quintais aos fundos, com hortas e pomares. Ao contrário das fachadas principais, os fundos

das casas não são harmoniosamente ordenados, nem tão pouco adornados (ver figura 19). Para Vasconcellos (1977), pela dificuldade de implantação nos declives, cada construção se adaptava da forma mais utilitária: com varandas ou “puxadinhos”, porões e escadarias que levam aos quintais, de acordo com as necessidades dos moradores. O autor afirma que construções casam perfeitamente com a topografia local, em um movimento propriamente barroco, não nos elementos, mas na “orgânica simetria”.

3.2. O controle da ocupação e a preservação da paisagem da cidade

Pretende-se neste tópico abordar algumas questões referentes à trajetória do órgão do Patrimônio em Ouro Preto - o IPHAN e do planejamento urbano na cidade, ao longo do século XX. Paralelamente à atuação do órgão buscou-se entender o trabalho da municipalidade, que também foi responsável pelo que se resultou na paisagem atual da cidade.

Antes mesmo da criação do IPHAN, e ainda do recebimento do título de "Monumento Nacional" através do Decreto nº 22.928 de 1933, já havia em Ouro Preto uma iniciativa municipal pela preservação da cidade. Em 1931, foi publicado o Decreto nº 13 de 19 de setembro de 1931, durante o mandato do prefeito João Veloso, esse decreto tinha por finalidade preservar "facies" coloniais da cidade, o que equivalia de certa forma, a uma noção de tombamento. O decreto instruía sobre o modo de construir na cidade:

"art 1º - Não é permitida, no perímetro urbano, a construção de prédios e edifícios em desacordo com estilo colonial da cidade;

art 2º - Os atuais prédios, existentes no perímetro urbano, em desacordo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando estas tenham de receber reparos."
(OURO PRETO, 1931)

Ainda no âmbito municipal, em 1932, o decreto de nº 25 reiterou as disposições anteriores e ampliou as normativas, foi reforçada por iniciativa da prefeitura, a ideia de manter o estilo colonial nas construções. Silva (2006), ressalta que os aspectos de imitação do estilo colonial, quase sempre vinculado à ação do IPHAN na cidade, foi antecipado por uma postura municipal.

3.2.1 Os primeiros anos do IPHAN: "fachadismo" e "estilo patrimônio"

Apesar das iniciativas municipais, a preservação do patrimônio de Ouro Preto foi mais marcada pela atuação do IPHAN na cidade, a partir de sua criação em 1937. Como já exposto, os primeiros anos de atuação do IPHAN em Ouro Preto foram marcados pela interpretação da cidade como uma grande obra de arte - reflexo da noção que ainda se tinha sobre o patrimônio das cidades neste período. O monumento era entendido pelo somatório das partes da cidade, como chafarizes, pontes, edificações, praças, paisagens, etc. Dessa forma, qualquer alteração ou nova edificação que se inserisse neste conjunto eram entendidas como "retoques" na obra de arte já consolidada.

Ainda tratando a cidade como obra de arte, o trabalho do IPHAN previa ações corretivas nas alterações de um passado mais recente, e na remoção de alguns desses elementos. As poucas edificações em estilo eclético ou neoclássico, resultantes da tímida evolução de Ouro Preto após século XVIII foram rejeitadas pelos profissionais do órgão. Essa arquitetura de forte influência europeia - que para o IPHAN não poderia ser considerada arquitetura brasileira - era tratada como "bastarda". Segundo Motta (1987) e Castriota (2009), muitas eram as iniciativas do órgão pela remoção de frontões e platibandas, correções nas fachadas das edificações e até mesmo pela demolição de algumas construções não consideradas de "boa arquitetura". As ações eram pela homogeneização estético-estilística, para manter as características coloniais idealizadas como patrimônio da nação. (Ver figuras 20 e 21)



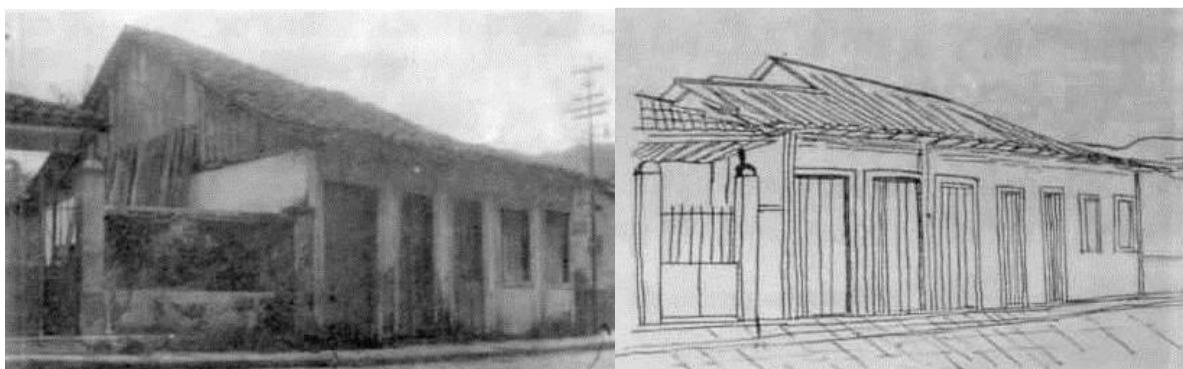
Figura 20: Sobrado de esquina em estilo eclético. Autor: Luiz Fontana. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.



Figura 21: O mesmo sobrado com cobertura colonial. Fonte: PESSOA, 2005, p.12.

Para Castriota (2009), essas atitudes do IPHAN, ao "apagar" o século XIX, demonstravam descaso com a população, tendo em vista que importantes referências da história local estavam sendo suprimidas em prol de valores estéticos. Simão (2006) completa, ao afirmar que as atitudes referentes ao tombamento e à preservação do patrimônio não pressupunha o aval popular: "A população foi posicionada passivamente no processo, em concordância com os parâmetros primeiros estabelecidos: foram tombadas obras de arte, prontas, cujo uso ocorra de maneira a mantê-las e admirá-las." (SIMÃO, 2006, p.34)

No cotidiano do órgão na cidade durante as primeiras décadas do século XX, havia pouca demanda por novas construções ou por reformas nas edificações existentes. Quando haviam, as análises eram feitas caso a caso, e muitas vezes o próprio IPHAN fazia sugestões e até mesmo projetos para o desenho das fachadas. Segundo Motta (1987), se utilizava de fotografias, buscando integração nas peculiaridades de cada trecho da cidade. As figuras 22 e 23 exemplificam um projeto em que o IPHAN, apoiado em uma fotografia do local, propôs a fachada para a construção de um imóvel no bairro Antônio Dias.



Figuras 22 e 23: Solução proposta pelo IPHAN para edificação no bairro Antônio Dias a partir da fotografia. Fonte: MOTTA, 1987, 113.

Essa atuação do órgão não era padronizada, havendo grande recusa dos projetos apresentados. Porém, frente a baixa demanda de pedidos de aprovação, era possível que se analisasse cada projeto individualmente e se fizesse sugestões de mudanças. Ou seja, não havia necessidade de se colocar critérios ou normas para os projetos de intervenção, tendo em vista que eram arquiteturas de menor porte e que seriam poucos pedidos, pois a cidade não dava sinais de crescimento.

Nos poucos projetos apresentados na época, buscava-se uma unidade estilística com o conjunto, a convivência harmoniosa entre o novo e o preexistente. Para isso, as novas arquiteturas deveriam se inspirar no estilo colonial, porém sem imitá-lo. Segundo Motta (1987), nos casos de arquitetura popular dentro do centro histórico, quando apresentados ao IPHAN com algum elemento que caracterizasse "imitação" da arquitetura colonial, o IPHAN intervinha com propostas alternativas, como por exemplo, a substituição de vergas curvas por vergas retas, buscando proporções e linhas de um colonial simplificado.

Ainda segundo a autora, também eram aceitas pelo órgão edificações em estilo moderno, pois se entendia que a arquitetura colonial era o verdadeiro passado da arquitetura brasileira, sendo a arquitetura moderna, a continuidade. Essa visão gerou polêmica na época, inclusive dentro do próprio IPHAN. Um exemplo foi a aprovação do projeto modernista de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto. (figura 24)



Figura 24: Vista parcial da cidade em 1948, com destaque para o Grande Hotel de Oscar Niemeyer. Autor: Luiz Fontana. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.

Em 1937, o Governo do Estado de Minas Gerais resolveu construir um hotel, para atender às primeiras demandas relativas ao turismo, impulsionado pela visita dos modernistas à Ouro Preto na década de 1920. O local encontrado para a construção foi uma área próxima à praça Tiradentes, porém era elevada e isolada das construções vizinhas, onde então foi

proposto um edifício com linhas modernas, muito diferente da arquitetura tradicional da cidade.⁸

Lúcio Costa defendeu o projeto moderno de Oscar Niemeyer, em carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do IPHAN, com o argumento de que uma obra de arte - no caso, a cidade de Ouro Preto, não haveria de estranhar a vizinhança de outras obras de arte, como o projeto moderno de Niemeyer. Ele argumenta que ao colocar objetos de épocas diferentes no mesmo espaço se destaca o passado do objeto antigo, como no caso de um ventilador sobre uma mesa do século XVIII, que não representaria constrangimento algum. Para Lúcio Costa:

"[...] a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior - o que não combina com coisa nenhuma é falta de arquitetura." (Lúcio Costa, *in* MOTTA, 1987, p. 109)

Essa polêmica mostra a difícil posição, as vezes contraditória, em que o IPHAN se encontrava ao defender a presença da arquitetura moderna em Ouro Preto e ao mesmo tempo controlar a transformação da paisagem da cidade, vista de forma idealizada como um objeto já acabado.

Depois de alguns anos, o aumento da demanda por aprovação de novas construções e a grande recusa de projetos por parte do IPHAN, deram origem às primeiras normas de edificação na cidade. A atenção da instituição ainda era com relação às fachadas, não se considerava questões de volumetria e implantação das edificações nos lotes. Segundo Motta (1987), se apresentava uma planta com a disposição dos cômodos - única exigência da prefeitura, e a fachada principal. As normas exigiam a utilização de madeira nos elementos estruturais das fachadas, caixilhos, cachorros, cores claras nas alvenarias etc. e, não valiam apenas para as edificações no núcleo histórico, mas também para as novas ocupações que aos poucos foram surgindo nas periferias. Para Motta (1987), com o tempo, as normas e o "estilo patrimônio"- como era chamado pelos próprios moradores - foram se

⁸ A primeira proposta para o hotel foi elaborada pelo arquiteto Carlos Leão, um projeto de estilo neocolonial, que buscava harmonia estética com o conjunto arquitetônico. Apesar de a ideia ter sido acolhida com entusiasmo pela prefeitura, sua construção não foi imediata por falta de recursos financeiros e problemas no programa arquitetônico do projeto. O projeto de Oscar Niemeyer ao contrário do apresentado por Carlos Leão, era moderno e não buscava a unidade de estilo com o conjunto, mas que na defesa do arquiteto mantinha dentro da nova técnica, aquele ar simples e puro da arquitetura local, e um projeto moderno não enganaria o turista com um fingimento colonial. Como resposta à toda reação causada pela polêmica dos dois projetos, foi solicitado a Oscar Niemeyer, modificações na proposta que enfatizassem na solução plástica, aspectos relacionados com as edificações antigas. O terraço-jardim foi substituído por um telhado cerâmico, e os brises por treliças de madeira. O projeto com tais modificações foi construído.

incorporando à rotina de construção dos ouro-pretanos, para a autora: "[...] aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição." (MOTTA, 1987, p.113)

Com o crescimento demográfico iniciado nas décadas de 1940 e 1950, e intensificado nos anos 1960 e 1970 como já apresentado, os vazios no núcleo urbano de origem colonial começaram a ser ocupados, sofrendo também um processo de adensamento e expansão. Nesse período, também ocorreram os primeiros pedidos de aprovação de novos loteamentos. Motta (1987) aponta para o fato de que haviam poucas exigências do órgão do patrimônio em relação aos parcelamentos do solo - em alguns casos se indicou apenas a necessidade de arborização, em um único caso houve exigência quanto ao tamanho dos lotes, gabaritos e taxas de ocupação. Simão (2006) confirma que o IPHAN não atuava na questão urbana, que ficava à revelia das ações do governo do Estado ou da Prefeitura que pouco ou nada intervinha nessas questões, o que fez com que a cidade sofresse uma expansão desordenada a partir da segunda metade do século XX.

Tabela 1: Crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) e pedidos de aprovação de projetos.

	Crescimento da PEA	Pedidos de obras novas
Década de 1940	70%	15
Década de 1950	19%	124
Década de 1960	131%	495

Fonte: Fonte: MOTTA (1987).

Pelos dados da tabela1 é possível perceber o acelerado crescimento pelo qual a cidade passou entre as décadas de 1940 e 1960, quando o número de pedidos de aprovação de projetos aumentou consideravelmente. Vale ressaltar, que muitas obras também foram feitas sem passar pela aprovação do IPHAN.

Segundo Motta (1987) a década de 1960 se caracterizou por novas formas de morar e de ocupar o solo urbano: novos formatos de lotes, nova relação com a rua, novas demandas para as edificações e até mesmo na disposição dos cômodos no interior das residências. Essa transformação induziu a uma arquitetura diferente da arquitetura tradicional até então vigente na cidade, por seus volumes, formas de telhados, alturas, etc.

O desenho dos novos bairros que surgiram no entorno imediato do centro histórico, fossem eles de parcelamentos aprovados ou de ocupações espontâneas, pouco se assemelhavam ao traçado urbano tradicional da cidade. Segundo Simão (2006), estes obedeciam à lógica

moderna do máximo aproveitamento do solo, alterando a leitura da cidade. Os lotes na maioria das vezes eram quadrados, e conseqüentemente sem os quintais típicos de lotes retangulares tradicionais, além disso, a forma do lote também se tornava condicionante de uma nova volumetria.

Frente à grande demanda por aprovação de projetos para novas construções na cidade, as normas foram ficando cada vez mais detalhadas, segundo Motta (1987), nessa fase se consolidaram exigências específicas e rígidas para o detalhamento das novas edificações: as normas especificavam a forma e material do telhado, que deveriam ser de duas águas e com telha do tipo canal, o beiral deveria ser acachorrado, as janelas em guilhotina com medidas especificadas pelo órgão (1,00 x 1,50m) e cerdura de 10cm ou 12 cm, as alvenarias deveriam ser pintadas de branco (antes a recomendação era apenas por cores claras) e as madeiras em cores escuras e contrastantes.

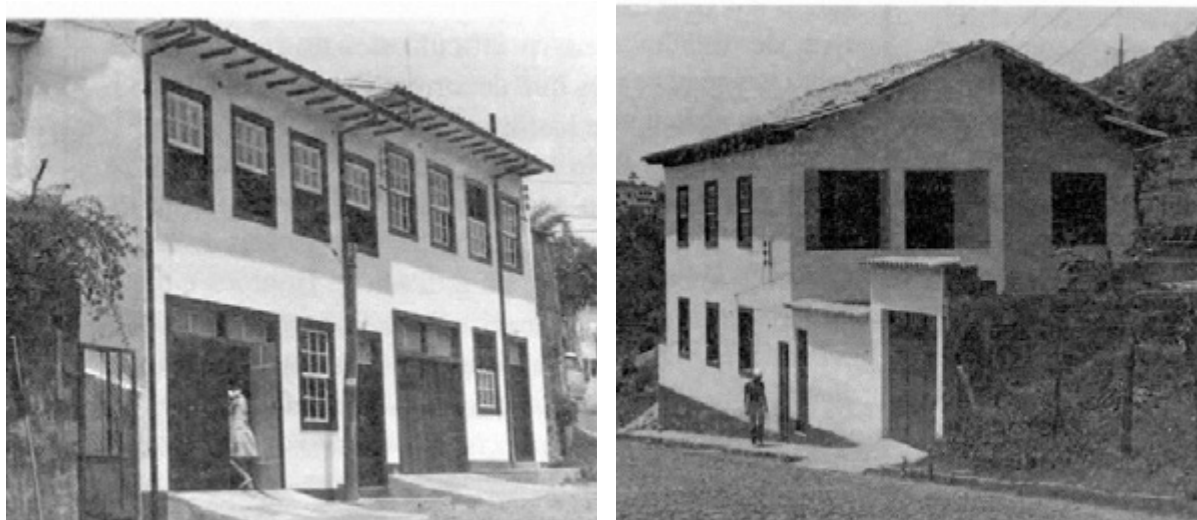
Motta (1987) aponta três principais conseqüências da atuação do órgão do patrimônio com critérios rígidos e "fachadistas": descaracterização, falsificação e hibridismo. A descaracterização ocorre em termos urbanos e de paisagem, quando frente a uma grande demanda por moradia a cidade se expandiu desordenadamente, principalmente para as encostas no entorno imediato do centro histórico. A autora critica a atitude do IPHAN, que não tinha uma visão global do problema urbano, e ainda insistia em controlar a ocupação caso a caso, o que representava também uma continuação da negação da possibilidade de crescimento da cidade.

A falsificação, para a autora, se deu pelo controle das fachadas para a manutenção do estilo e estética colonial, mesmo diante do crescimento inevitável e acelerado e também das necessidades contemporâneas da população. Essa falsificação tende a enganar os espectadores e principalmente os turistas, comprometendo a originalidade e autenticidade do conjunto.

O controle da estética das fachadas aliados a uma nova forma de lote, Motta (1987) caracteriza a arquitetura híbrida, que surgiu pelas ruas históricas e nas áreas de expansão da cidade (ver figuras 25 e 26). Como os projetos eram aprovados somente pela fachada principal, as laterais não necessariamente seguiam os mesmos padrões estéticos, muitas vezes continham esquadrias de ferro, grandes vãos, varandas, e também diferentes volumes e formas de telhado. Além desses pontos colocados pela autora, podemos citar as inúmeras residências de fachadas "coloniais" com vãos de garagem que demonstram a contemporaneidade da edificação e o hibridismo de sua arquitetura. Para Motta (1987), essa

arquitetura não era apenas falsa em relação ao passado, mas também ao presente, sem personalidade ou marca cultural.

Simão (2006) também questiona a atuação do IPHAN com relação ao crescimento urbano desordenado de Ouro Preto, sendo para ela resultado da leitura fragmentada da cidade por parte do órgão, que desconsiderou muitas variáveis importantes para a preservação da paisagem tombada. A expansão desordenada pode ser entendida como um reflexo da falta de articulação do poder público atuante no município. Para Simão (2006), bem como para Castriota (2009), a prefeitura muitas vezes promovia obras públicas em desconformidade com a posição do órgão do patrimônio, que entravam em conflito. Esta desarticulação permitia que a própria população ouropretana se posicionasse conforme seus interesses individuais, do lado da prefeitura ou do IPHAN.



Figuras 25 e 26: Exemplos de edificações com arquitetura híbrida. Fonte: Motta (1987), p 117.

Outra questão que deve ser considerada, diz respeito à dificuldade do IPHAN em saber em quais áreas da cidade atuar, pois nesse período ainda não havia a delimitação do perímetro tombado. Além disso, é fundamental que se reconheça as dificuldades que haviam com relação à própria estrutura do órgão, tanto em termos de pessoal, quanto pelo fato de não possuir uma sede no município⁹, o que tornava sua atuação ainda mais complicada. Nesse sentido, Rafael Arrelaro¹⁰ faz uma crítica com relação à atuação do IPHAN nesse período, ao afirmar que "[...] o IPHAN se preocupava muito mais com a área histórica, preservava o

⁹ Ouro Preto só passou a possuir um escritório técnico do IPHAN a partir do título da UNESCO, nos anos 1980. Até então os técnicos que atuavam na cidade vinham de Belo Horizonte constantemente para fiscalizar, fazer análises e dar orientações.

¹⁰ Chefe do escritório do IPHAN em Ouro Preto, em entrevista cedida à autora, em março de 2012.

"filé mignon" e se preocupava menos com as áreas novas" - que apesar de possuírem uma importância paisagística, já estavam fora do controle do órgão. Além de todos esses fatores, ele também aponta para o fato de que, na época, havia uma mentalidade de otimismo com relação à indústria - que poderia ser a salvação para a economia de Ouro Preto - e de que a preservação não deveria ser um empecilho para o desenvolvimento da cidade e consequente crescimento urbano.

3.2.2 Os Planos Urbanos: Um novo tratamento para a cidade tombada

Frente ao crescimento acelerado de Ouro Preto nos anos 1960 e às novas noções referentes aos sítios históricos, como exposto no capítulo 2 se fez urgente alguma iniciativa em relação ao planejamento urbano no município.

No Brasil, segundo Villaça (1999), o período compreendido entre 1965 e 1971 foi caracterizado pelo planejamento integrado e pelos "superplanos". Estes planos tinham caráter tecnocrático e eram muitas vezes elaborados fora da administração pública, em escritórios privados. Segundo o autor, outra característica destes planos era o grande número de recomendações, que não se tornavam leis e eram na maioria das vezes engavetados.

Neste período, o arquiteto português Viana de Lima, consultor da UNESCO, deu início à elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Municipal de Ouro Preto em 1968, que foi concluído em 1970. Segundo Castriota (2009), o plano continha basicamente um zoneamento da cidade e dos arredores definindo áreas de conservação e expansão. Essa demarcação por "zonas" vai de encontro à Recomendação de Paris de 1968. No plano ficava clara a visão de segregar a parte antiga da cidade das áreas mais recentes, que seriam separadas por um cinturão verde. Essa seria a grande diretriz do plano - a divisão física entre o novo e o velho.

O plano também previa manter a população da cidade antiga e suas funções, e distribuir equilibradamente os equipamentos culturais e de lazer entre as duas zonas. Previa também a recuperação das habitações existentes e outras melhorias em termos de equipamentos urbanos, além de ações de restauração e conservação. Motta (1987) ressalta que no plano de Viana Lima, a cidade ainda era considerada como objeto idealizado, independente das

evidências da realidade que demonstravam o seu crescimento. O arquiteto propôs ações corretivas para as áreas de entorno dos principais monumentos - que muito se assemelhavam às aquelas iniciativas do IPHAN nos primórdios de sua atuação em Ouro Preto - como a remoção de platibandas e frontões e até mesmo demolição de edificações consideradas por ele sem qualidade arquitetônica. Já para as áreas localizadas fora do centro histórico, Viana Lima propôs loteamentos menos densos, integrando as edificações com as áreas verdes existentes.

O plano também continha propostas de normas para as novas edificações que viessem a ocupar os vazios urbanos existentes nos alinhamentos das ruas. O controle deveria ser apenas através de gabaritos, materiais de construção e cores, sem exigências de caráter estilístico das fachadas.

Mais tarde, entre 1973 e 1975, um novo plano foi elaborado, e se tratava de uma proposta de planejamento regional abrangendo as cidades de Ouro Preto e Mariana. O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, foi elaborado pela Fundação João Pinheiro a partir de um convênio entre o IPHAN, o IEPHA e as prefeituras dos municípios. Para a elaboração do plano formou-se uma equipe multidisciplinar, com arquitetos, historiadores, geógrafos, economistas e sociólogos, que contaram com a consultoria do arquiteto Viana de Lima. Fazia parte do plano um extenso diagnóstico baseado em profundos levantamentos. Segundo Motta (1987), além de fazer referência à conservação do patrimônio cultural, o plano ia além do acervo físico, indicando que a conservação representasse melhoria nas condições de vida das populações locais, o que mostra o reflexo do pensamento da época, que considerava os aspectos sociais na proteção do patrimônio.

Como no plano anterior, este também previa a separação física entre a parte antiga da cidade e as áreas de expansão, que deveriam se localizar fora do raio de visão da parte antiga. Esses aspectos dos dois planos demonstram a preocupação com a manutenção do entorno natural do núcleo histórico, como parte do bem a ser protegido, conforme recomendava a Carta de Paris. A expansão principal se daria em Passagem, distrito de Mariana, e a secundária se daria na região do Buraco Quente em Ouro Preto. Além disso, o plano considerava que não deveriam existir novas construções no centro histórico, e era nesse aspecto, mais radical do que o primeiro plano de Viana Lima.

Para Motta (1987), os critérios propostos no plano eram menos detalhistas que as normas até então vigentes, as questões de harmonia das áreas novas eram resolvidas a partir do

traçado urbano, do alinhamento das edificações, da limitação do gabarito, telhados, cores e forma das aberturas. Porém com a negação da possibilidade de se construir no centro histórico, os critérios deveriam ser aplicados nas áreas periféricas, mesmo naquelas sem visibilidade para os monumentos, representando uma continuidade do tratamento que induzia ao hibridismo das construções.

Como outros planos brasileiros da época (Vilaça, 1999), estes dois também não foram implementados. Segundo o autor, os planos dessa época foram marcados por legislações de obediência flexível, com grande número de recomendações que não se tornavam leis, com isso, os planos tinham como destino as prateleiras.

Simão (2006) ressalta ainda que os planos eram elaborados sob a ótica moderna, contemplando grandes diagnósticos setoriais descolados da realidade, o que resultou num arquivamento quase total. Castriota (2007) aponta outra razão para o arquivamento dos planos: dificuldades de ordem institucional e mais uma vez a desarticulação entre os órgãos responsáveis pela preservação e administração da cidade: municipal - responsável pela administração e controle do uso do solo; estadual – responsável pelo plano, representado nesse caso pela Fundação João Pinheiro; e federal – representado pelo IPHAN, que tinha a responsabilidade pela conservação da cidade tombada.

3.2.3. Crescimento desordenado



Figura 27: Bairro Padre Faria nas primeiras décadas do século XX. Autor: Luiz Fontana. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.



Figura 28: Ocupação atual das encostas no mesmo bairro. Fonte: Acervo da autora, 2012.

A falta de planejamento urbano, aliada à demanda crescente por novas construções na cidade, levaram à continuidade do crescimento desordenado, tendendo principalmente para as periferias no entorno do centro histórico. Na década de 1970, bairros como a Vila Aparecida, Vila São José, Morro Santana, Padre Faria (figuras 27 e 28), entre outros - localizados no entorno imediato do núcleo histórico - já estavam ocupados e em processo de adensamento.

O controle das fachadas e das tipologias arquitetônicas por parte do IPHAN, não garantia a preservação da paisagem, que foi se descaracterizando cada vez mais, fugindo do controle do órgão. Frente à ameaça a estes problemas, em 1980 a proteção do acervo arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto foi reforçada: a UNESCO aprovou o pedido do governo brasileiro e concedeu à cidade o título de "Patrimônio Cultural da Humanidade", sendo a primeira cidade brasileira a fazer parte da recém criada Lista do Patrimônio Mundial¹¹. Fazer parte da lista significa "[...] como um rito de consagração do valor patrimonial, conferindo destaque e status para determinados bens ou lugares dentro dos roteiros turísticos internacionais." (SCIFONI, 2004, p.5). Além disso, o tombamento internacional também age como instrumento para o fortalecimento das políticas nacionais de proteção ao patrimônio, principalmente em situações de conflitos de interesses internos.



Figura 29: Vista a partir do Bairro Antônio Dias em 1948. Autor: Luiz Fontana. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.



Figura 30: Vista atual do mesmo local, com o bairro Vila Aparecida na encosta ao fundo. Fonte: Acervo da autora, 2012.

¹¹ A lista do Patrimônio Mundial foi criada pela UNESCO em 1972. Ouro Preto foi a terceira cidade das Américas a compor a lista, precedida por Quito (Equador), e a segunda Guadalajara (México), respectivamente.

Nos anos 1980, o IPHAN começou a adotar em seu discurso, as novas noções de patrimônio e conservação, de acordo com as discussões internacionais. Segundo Simão (2006), houve uma reestruturação do instituto preservacionista, com a ampliação do quadro técnico, seguido de uma fase de grandes questionamentos sobre a política anterior. Nesse período, o diretor do órgão era Aloísio de Magalhães, que segundo Motta (1987) encarava a cidade com mais realismo, considerando o inegável crescimento pelo qual a cidade passava em decorrência do ciclo do alumínio. Sua primeira grande ação foi tentar promover diálogo com a comunidade e com a municipalidade.

Em 1986, o "Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Cidade de Ouro Preto" foi inscrito nos "Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico", reflexo da mudança do entendimento sobre os núcleos históricos, não mais entendidos como obras de arte.

Outra mudança ocorrida em Ouro Preto, devido às recentes discussões sobre os sítios históricos e as noções de vizinhança e visibilidade, foi no marco legal de preservação - a delimitação da área protegida. Na portaria nº 11 de 1986 do IPHAN foi colocada a necessidade de caracterizar de forma precisa o objeto sobre o qual recairia a proteção, tanto em argumentação (motivação para o tombamento do bem) quanto aos limites até onde recaem as restrições impostas pelo tombamento e onde o IPHAN exercerá suas atribuições. Para as áreas urbanas, a delimitação diz respeito à demarcação cartográfica das poligonais de tombamento e entorno, além de sua descrição em forma de texto, para que se tenha uma compreensão clara destes limites.

No caso de Ouro Preto, havia a necessidade de se conhecer a área de influência do IPHAN, tendo em vista que até então se considerava o tombamento "até onde as vistas alcançam". Com o crescimento da cidade, não era mais possível trabalhar com esse conceito tão vago, que dava margem a interpretações divergentes e pouco precisas. Para traçar a poligonal do tombamento foi necessário então, definir o objeto que havia sido tombado pelo IPHAN na década de 1930, que era compreendido pelo "[...] arruamento setecentista, implantado sobre uma topografia totalmente atípica, com uma riqueza de edificações civis, edificações residenciais e edificações religiosas, circundada por uma paisagem natural preservada". (Rafael Arrelaro, 2012)

Então, a delimitação foi feita considerando toda a abrangência visual ao redor da cidade do século XVIII. A poligonal então foi traçada em 1989, as principais visadas¹² foram definidas pela cumeada dos morros, compreendendo a maior parte da malha urbana da cidade, o que totalizou em 22km², conforme figura 31.



Figura 31: Delimitação do perímetro de tombamento sobre a malha urbana da cidade. Fonte: Imagem do Google Earth (2011), modificado pela autora.

Ainda na década de 1980, foram criadas no entorno do perímetro tombado três unidades estaduais de conservação: o parque do Itacolomi, a sul, a Estação Ecológica do Tripuí, a oeste, e a APA (Área de Proteção Ambiental) das Andorinhas, a norte.

Vale ressaltar que, quando essa delimitação foi feita, a cidade já havia crescido consideravelmente, principalmente nas áreas de encosta do centro colonial, o que confirmou as áreas de ocupação recente como parte da área protegida. As áreas do entorno do centro histórico, faziam parte do tombamento inicial (era paisagem natural circundante) e por isso são consideradas fundamentais para a fruição do conjunto tombado, devendo responder às normas impostas pelo IPHAN.

"Uma área de entorno como a de Ouro Preto, por exemplo, definida pela cumeada dos morros que envolvem a cidade, visa, sobretudo, preservar a relação perceptível entre esta e seu sítio, uma vez que

¹² O pico do Itacolomi, que possui grande influência na paisagem da cidade, estava inicialmente contido na poligonal, contudo, este faz parte do território do município de Mariana. Recomendou-se então, que este fosse protegido separadamente.

se entende ser fundamental a manutenção das encostas verdes para a fruição do conjunto urbano." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p.14)

Contudo, segundo Simão (2006), a mudança teórica no discurso do IPHAN, com relação aos novos conceitos, que encaram a cidade como objeto dinâmico e vivo, não teve reflexos significativos na prática, e a mesma rotina de trabalho anterior, de análise caso a caso, se manteve. Além disso, as normas para as novas construções se tornaram mais detalhadas, tendendo mais uma vez à imitação do estilo colonial.

"No afã de controlar a possível criatividade dos novos arquitetos que chegavam à instituição com o estabelecimento da Fundação Nacional Pró-Memória e consequente ampliação dos quadros, foram retomadas as normas mais rígidas, já sob a forma de cartilha, listando os detalhes que deveriam ser empregados na construção." (MOTTA, 1987, p.120)

As áreas dentro do perímetro tombado, mesmo que recentes, eram de certa forma¹³ tratadas com o mesmo rigor do arruamento setecentista, por falta de uma normativa que tratasse essas áreas com a devida distinção. A falta de parâmetros urbanísticos, aliadas às normas estilísticas e fachadistas, fez com que nas áreas do entorno do centro colonial, continuassem a surgir arquiteturas híbridas, da mesma forma que acontecia no centro. Chuva (2009) alerta para este risco, de que a proteção de uma grande área de entorno pode gerar uma forma de "contágio" para as áreas circundantes dos monumentos, o que ela chama de "contágio sagrado":

"Os próprios objetos sacralizados tornaram-se contagiosos, espalhando este caráter às zonas ao seu redor, onde até mesmo a vista ligada aos sítios patrimoniais tornou-se inviolável, por certo, também visando evitar o seu oposto - o contágio do profano." (CHUVA, 2009, p.55)

Como agravante, a prefeitura não assumia a responsabilidade de gestão do patrimônio e era omissa em relação à fiscalização, deixando essa função somente a cargo do IPHAN. Continuava também sem haver participação da população no processo de preservação, que segundo Grammont (2006), percebe o tombamento como um sacrifício pessoal feito em nome da "nação". Villaça (1999) ressalta que o destino do planejamento, o perfil, a credibilidade, e o conteúdo dos planos estão diretamente ligados aos avanços da consciência de classe e da organização do poder político das classes populares. Sem haver apropriação por parte da população, o processo de preservação e de planejamento urbano se torna cada vez mais difícil.

¹³ Certa forma, pois a fiscalização nessas áreas não ocorria como no núcleo original.

Ainda na década de 1980, foram realizados alguns estudos visando o desenvolvimento urbano de Ouro Preto. Em 1983, foi elaborado o Estudo de Transportes Urbanos de Ouro Preto, que foi implantado sem aparato legal, pelo município. Outro estudo importante foi feito em 1985, em relação às ocupações de áreas de risco geológico com base em parâmetros de declividade e tipo de solo, dando origem a uma Carta Geotécnica, para ser utilizada como referência para análise de projetos. Esses estudos com relação às áreas de risco, não evitaram que estas continuassem sendo ocupadas desordenadamente, pois a obrigatoriedade da consulta da referida Carta, só teve validade legal a partir de 2006, e durante anos não foi considerada.

Em 1988, a Constituição Federal, pelo Art. 216, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atribui competência comum à União, aos Estados e aos Municípios na gestão do patrimônio cultural. Contudo, a Constituição confere a execução das políticas de desenvolvimento urbano como competência exclusiva dos Municípios, e ainda institui a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Neste contexto, em 1990, foi promulgada a Lei Orgânica Municipal, que trata do Plano Diretor e dos instrumentos de planejamento urbano. No ano seguinte, a Prefeitura Municipal encomendou a elaboração do Plano Diretor Urbano. Segundo Simão (2006), o plano não chegou a ser aplicado, resultando em mais um arquivamento, levando a cidade a continuar a crescer sem devido planejamento.

Alguns anos depois, houve uma importante experiência em termos de administração no município, ocorrida durante a primeira gestão do prefeito Ângelo Oswaldo (1993/1996). De acordo com Simão (2006), durante este mandato, o discurso e a atuação técnica da administração foram influenciados pela ideia de proteção do patrimônio da cidade. Baseou-se na valorização do patrimônio cultural como alavanca de melhorias nas condições de vida da população, decorrentes do turismo ou da preservação enquanto qualidade do ambiente urbano.

Para a autora, a prefeitura tinha algumas estratégias de solução de problemas urbanos. Dentre essas estratégias vale mencionar o interesse do município em articular os órgãos interessados na proteção do patrimônio urbano e ambiental do município, e ainda, a criação de uma legislação urbanística municipal com diretrizes para intervenções urbanas e arquitetônicas na cidade. Essa legislação deveria ser apresentada à comunidade e ao legislativo de forma gradual, evitando-se um plano fechado e coeso, como havia sido feito em experiências anteriores.

Nesse período, houve por iniciativa da Prefeitura, um convênio entre diversas instituições até então que atuavam separadamente formando o GAT - Grupo de Assessoramento Técnico, composto pela Prefeitura, IPHAN, IEPHA-MG, UFOP, e o IEF-MG. O GAT tinha por objetivo analisar projetos arquitetônicos e urbanísticos e coordenar a elaboração do planejamento territorial e da legislação urbanística.

Até 1996, já haviam sido aprovados os perímetros urbanos da sede e de alguns distritos. Neste ano, as diretrizes básicas do plano diretor com o macrozoneamento do distrito sede foram levadas à aprovação e a proposta foi aprovada com algumas modificações. Foram criadas uma Zona de Proteção Especial, três Zonas de Proteção Paisagística e Ambiental, cinco Zonas de Controle Paisagístico e Ambiental e três Zonas de Adensamento, além de uma Zona de Expansão. Os estudos para regulamentação das diretrizes de uso e ocupação do solo para a região mais central e antiga da sede foram interrompidos em estágio adiantado e não foram concluídos.

No governo seguinte, o GAT foi extinto, e o Plano Diretor de 1996, apesar de aprovado foi, segundo Grammont (2006) ignorado pelas gestões seguintes. Além disso, faltavam leis complementares de uso e ocupação do solo, que seriam determinantes para ordenar o crescimento da cidade, que mais uma vez continuou a crescer desordenadamente.

Entre o final dos anos 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000 os problemas urbanos se agravaram. Além da falta de planejamento urbano por parte da municipalidade, o IPHAN também não tinha estrutura para controlar esse crescimento desordenado na área tombada. Em 2002 por exemplo, quando a população da cidade já passava os 66 mil habitantes o IPHAN contava somente com faxineiro, uma historiadora, uma secretária e um técnico.

"[...] Com o quadro técnico que a gente tem, é impossível! A gente não dá conta nem de fiscalizar a cidade... É quase como pegar uma pessoa e lhe entregar uma arma e soltar na Amazônia e lhe dizer: vigie a Amazônia!..." (Benedito Tadeu de Oliveira, diretor do IPHAN de 2002 a 2009, em entrevista a RESENDE, 2006, p.209)

Com esse reduzido quadro de funcionários, segundo Oliveira (2003) o escritório local do IPHAN conseguia fiscalizar com muito esforço apenas parte das obras em andamento na Zona de Proteção Especial¹⁴. Ou seja, as áreas do entorno da parte antiga da cidade, embora dentro do perímetro de tombamento, estavam cada vez mais ilegalizadas, à revelia de qualquer legislação e fiscalização.

¹⁴ Estabelecida no plano de 1996, a Zona de Proteção Especial compreende áreas de arruamento original do século XVIII.

"A morosidade de andamento dos processos na Justiça, a ausência de legislação de ocupação e de uso do solo e a falta de controle de toda a área situada no perímetro tombado contribuem para a ocupação desordenada e geram sensação de impunidade que dificulta ainda mais a atuação desse órgão na cidade." (OLIVEIRA, 2003, s/pg)

Somente em 2006, o Plano Diretor Municipal foi aprovado, juntamente com as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, além das normativas do IPHAN para o perímetro tombado, que serão tratadas mais adiante. Até então o que se viu foi a dificuldade do IPHAN, desarticulado com a administração municipal, para controlar a paisagem tombada da cidade, que se modificou em um processo irreversível. Neste sentido, a legislação recente, tem o papel de evitar danos ainda maiores na paisagem, controlar e propor soluções para os problemas urbanos que se deram e para as novas ocupações da cidade, que continua a crescer.

3.2.4. Quadro atual do controle do solo em Ouro Preto

Com relação à atuação do IPHAN e da municipalidade na proteção da paisagem e nas ações referentes ao espaço urbano da cidade de Ouro Preto, o que se tem a partir da primeira década deste século é uma melhor articulação entre os órgãos, muito diferente das décadas anteriores. Uma demonstração da preocupação com a questão patrimonial por parte da Prefeitura foi a criação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, pela Lei Complementar nº 15/2005. Esta Secretaria é responsável pela política de proteção e conservação do patrimônio histórico, por ações de planejamento urbano, análises e aprovações de projetos e pela fiscalização das obras no Município, ações que até então se encontravam dispersas em outras secretarias, como a extinta Secretaria de Cultura e Patrimônio, e a Secretaria de Obras.

Um aspecto importante é que, dentro do perímetro tombado, somente arquitetos podem ser responsáveis técnicos por projetos arquitetônicos, segundo a resolução nº128/73 do Confea e a Decisão Normatizadora nº 10/98 da Câmara Especializada de Arquitetura do Crea-MG. Essa exigência, apesar de bastante polêmica entre os profissionais da cidade, é importante para a melhor qualidade arquitetônica das edificações, ao entender que por uma questão de atribuição e formação profissional, os arquitetos estão mais bem preparados para atender a tais demandas. Em 2010, foi aprovado o Serviço de Engenharia e Arquitetura Públicas, instituído pela lei 610/2010, que assegura assistência técnica e acompanhamento gratuitos às famílias de baixa renda.

Os projetos inseridos no perímetro tombado devem passar pela aprovação do escritório local do IPHAN, e pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Os projetos são protocolados na Secretaria, onde são repassados ao IPHAN, e o processo de aprovação acontece em paralelo. A Secretaria é responsável principalmente pela aprovação de parâmetros urbanísticos, dentre eles questões de salubridade, afastamentos, gabarito, de acordo com a lei de uso e ocupação do solo. O IPHAN fica a cargo da definição da volumetria, do ritmo das fachadas, cores, e análise da harmonia com o conjunto, sob os critérios das portarias do órgão federal.

"Cabe ao município legislar sobre a ocupação do solo urbano, como os morros que circundam a área tombada. Entretanto, cabe ao IPHAN definir áreas onde essa ocupação é prejudicial ao patrimônio cultural, dando diretrizes que orientem as políticas urbanas de uso do solo." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p.21)

Essa parceria entre IPHAN e Prefeitura foi muito elogiada pelo atual chefe do escritório do IPHAN de Ouro Preto, Rafael Arrelaro¹⁵ : "[...] é muito mais lógico para o cidadão, ele ter o projeto aprovado pela prefeitura e pelo IPHAN ao mesmo tempo [...] se não tiver isso [a parceria entre os órgãos], nós estamos perdidos...já é difícil, é um ônus que tem que carregar e durante anos o IPHAN assumiu isso sozinho [...]". A parceria também é fundamental para as fiscalizações, tendo em vista o corpo técnico reduzido do IPHAN, que em março de 2012 contava apenas com uma estagiária, uma historiadora - responsável pelos programas de educação patrimonial e apoio de pesquisa histórica, um fiscal de nível médio, e um arquiteto - que também é o chefe do escritório.

Já com relação ao papel da UNESCO na preservação da cidade, Rafael aponta para uma deficiência da atuação do órgão das Nações Unidas, que deveria ser mais efetiva na colaboração com o escritório local do IPHAN, não por questões financeiras, mas no sentido de estabelecer discussões e trazer referências para as ações relativas à proteção do patrimônio na cidade. Para ele, falta um posicionamento estratégico da UNESCO além de simplesmente conceder o título, e cobrar ações do IPHAN: por normatizações, fiscalização, etc. Apesar disso, a referência da cidade de Ouro Preto como "Patrimônio da Humanidade", apesar de ser apenas um título, foi apontado por ele como um fator positivo: a cidade tem mais visibilidade dentro das estruturas do governo, o que facilita a obtenção de financiamentos e serve para justificar a vinda de recursos para a cidade. Há ainda uma maior sensibilização da população com relação ao valor do patrimônio, de importância no cenário internacional.

¹⁵ Em entrevista concedida à autora em Março/2012.

A visão atual do IPHAN (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011) aponta para questões mais amplas referentes ao patrimônio das cidades. A questão do tombamento, passa a ser entendida como o início de um processo, e se entende que, mais importante que o tombamento, é a gestão desse bem. Com relação às áreas ocupadas no entorno do centro histórico de Ouro Preto, o chefe do IPHAN local, aponta para o fato de que não adianta mais ignorar a sua existência. Elas fazem parte do sítio tombado, ocupando aquela que já foi a paisagem natural envolvente da época do tombamento. Não existe outra solução se não atuar para evitar que novas construções sem qualidade arquitetônica sejam construídas:

"[...] a atuação do IPHAN hoje é analisar os projetos que chegam. Então a gente precisa de uma normatização para a gente dar resposta a esses projetos... pra gente responder com o mínimo de qualificação arquitetônica." (Rafael Arrelaro, 2012)

Além disso, o IPHAN caminha para novas ações, que vão além da normatização, fiscalização e punição. Existem no órgão, iniciativas para o desenvolvimento de projetos de requalificação urbanística e paisagística para os bairros destas periferias, tendo em vista não apenas o impacto destas na paisagem, mas também para questões relativas à qualidade de vida dentro da cidade tombada.

"É uma ocupação desordenada,[...] que precisa ter um tratamento como tal [...] em outras cidades - independente de um valor de tombamento, como é trabalhado isso: com um plano, não adianta trabalhar a edificação isoladamente [...] a diferença é que tem a peculiaridade do tombamento, da contribuição paisagística, e isso que a gente vai ter que trabalhar." (Rafael Arrelaro, 2012)

Havia inicialmente no IPHAN uma ideia de se fazer um trabalho de requalificação urbana do bairro Vila Aparecida. Porém, tendo em vista o grande risco que se correria caso o projeto não fosse bem sucedido, por se tratar de uma experiência inédita no Brasil, foi escolhida uma área menor, e mais fácil de ser trabalhada para um projeto piloto: uma área ocupada de forma irregular entre o bairro Alto das Dores e a rua Santa Efigênia (figura 32). Segundo Rafael, é uma ação que requer fôlego institucional, parceiros, recursos, além de gerar grande expectativa na população.

"[com relação à requalificação das áreas periféricas] duas coisas são óbvias: algumas casas vão ser removidas [...]; e que seria melhor se esse crescimento estivesse dado em áreas mais afastadas, sem estar tão visível assim, sem ter essa relação tão próxima [...] está lá, não adianta a gente falar 'ah não, o problema não existe', é tampar o sol com a peneira, porque o problema está ali..." (Rafael Arrelaro, 2012)

Outras ações importantes do IPHAN são os programas de educação patrimonial, em que são feitas atividades, oficinas, roteiros, com crianças e principalmente com adolescentes e

jovens (de 13 a 25 anos). Entre os jovens, o público alvo são os estudantes da UFOP e IFMG provenientes de outras cidades, para que estes tomem conhecimento do patrimônio o qual eles passam a habitar ao se mudarem para Ouro Preto.



Figura 32: Ocupação irregular próxima à Igreja de Santa Efigênia. Fonte: Acervo da autora, 2012.

3.2.4.1 Normativas do IPHAN:

A fim de uniformizar os procedimentos a serem adotados para aprovação de projetos e para execução de obras no conjunto tombado pelo IPHAN, foi estabelecida a Portaria nº122 de 02 de abril de 2004. Essa portaria tem origem mais antiga, começou a ser debatida em 1996, pelo GAT, quando foram ouvidos técnicos da UFOP, IEPHA, IPHAN e da Prefeitura Municipal, ela foi publicada em 2004 após ser revisada. A portaria institui diretrizes somente para intervenções urbanísticas e arquitetônicas para a Zona de Proteção Especial, já delimitada pelo Plano Diretor de 19 de dezembro de 1996. Essa zona, compreende as áreas com traçado original do século XVIII.

A legislação considera que:

"Art. 4º. A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico dá-se pela unidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui esse patrimônio cultural, bem como beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere." (IPHAN, 2004)

Para que haja a notabilidade a qual se refere, deve ser garantida a manutenção das seguintes características:

- a) quadro natural e paisagem envolvente;
- b) a morfologia e o traçado dos logradouros;
- c) a unidade dos conjuntos urbanos;
- d) a relação entre as áreas edificadas e as não-edificadas;
- e) as tipologias arquitetônicas;
- f) a diversidade e a multiplicidade dos usos;
- g) os espaços públicos de reunião e encontro;
- h) as manifestações culturais." (IPHAN, 2004)

Na análise dos projetos, a portaria prioriza a harmonia do conjunto urbano, em detrimento da edificação individualizada, sempre considerando a escala volumétrica do conjunto e as principais visadas e perspectivas. Como metodologia de análise dessas intervenções, ficou estabelecida a Face de Quadra, definida da seguinte forma (ver figura 33):

"Art. 10. Face de Quadra é o segmento contínuo entre duas ruas ou entre duas mudanças de direção do logradouro, tendo como referência o boletim de cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Art. 11. A cada intervenção em edificação corresponderá um projeto específico que será analisado e aprovado individualmente, tendo como parâmetros os critérios da Face de Quadra, a adequação ao conjunto onde está inserido e as especificidades existentes." (IPHAN, 2004)



Figura 33: Ilustração das "faces de quadra" consideradas para verificação do impacto das propostas dentro da ZPE. Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011

A portaria dispõe, dentre outros fatores, sobre o parcelamento do solo, que dentro dos limites da ZPE, são vetados, a fim de preservar os valores culturais, urbanísticos e ambientais da área. A portaria também dá diretrizes sobre a ocupação do solo, e estabelece

o coeficiente de aproveitamento¹⁶ 1.0 para a ZPE. O alinhamento, afastamentos, a implantação no terreno, volumetria, são definidos pela Face de Quadra.

Além de estabelecer parâmetros urbanísticos para as construções na ZPE, o que até então não existia na cidade, a portaria teve outra importante contribuição ao normatizar a respeito da tipologia arquitetônica nessa área, pois os critérios até então eram subjetivos. São colocados os seguintes parâmetros: os telhados devem ser de material cerâmico tipo colonial e ter forma prismática, com declividade entre 25% e 40%, sendo o desenho da cobertura definido em função do conjunto urbano onde está inserida. Também pela face de quadra serão definidas as formas e as disposições das aberturas, as possibilidades de abertura de garagem, que devem seguir o ritmo de cheios e vazios. As alvenarias devem ser rebocadas e pintadas com cores claras, as esquadrias devem ser em madeira, sem haver condicionante para a cor. A portaria também define parâmetros para letreiros e placas publicitárias, instalações de piscinas, placas solares, todos, etc. Como não haviam diretrizes para as outras zonas dentro do perímetro tombado, os mesmos critérios relativos à tipologia (tipo de telhado, cores, esquadrias, etc.) foram aplicados para as outras áreas.

A normativa do IPHAN em vigor na cidade é a Portaria nº 312, de outubro de 2010, fruto da revisão da portaria nº 122/2004, e de discussões e consulta com a comunidade.

"As propostas foram apresentadas em três consultas e uma audiência pública, onde talvez o maior ganho para todos tenha sido a compreensão dos diferentes papéis do IPHAN e do município, na preservação do patrimônio cultural." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p.29)

Este novo instrumento tem como objetivo "instituir medidas gerais de preservação, regulamentar a ocupação urbana, as construções arquitetônicas e transformações de qualquer natureza promovidas no sítio tombado denominado 'Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto'", ou seja, diferente da portaria anterior, que somente colocava parâmetros para a ZPE, a de 2010 aplica-se à todo o sítio delimitado pelo perímetro de tombamento do IPHAN, levando em conta as peculiaridades de cada uma das áreas contidas no perímetro.

¹⁶ "Coeficiente que, multiplicado pela área do lote, determina a área líquida edificada, admitida no terreno." (OURO PRETO, 2006)

MAPA 02 PLANTA DE MACROSETORIZAÇÃO - IPHAN

Fonte: IPHAN, 2010, modificado pela autora.



Bairro Vila São José, setorizado como AP 02 assim como a Vila Aparecida.
Fonte: Google Street View, 2012.



Bairro São Cristóvão, setorizado em parte como AP 01 e AP 04. Fonte: Acervo da autora, 2012.

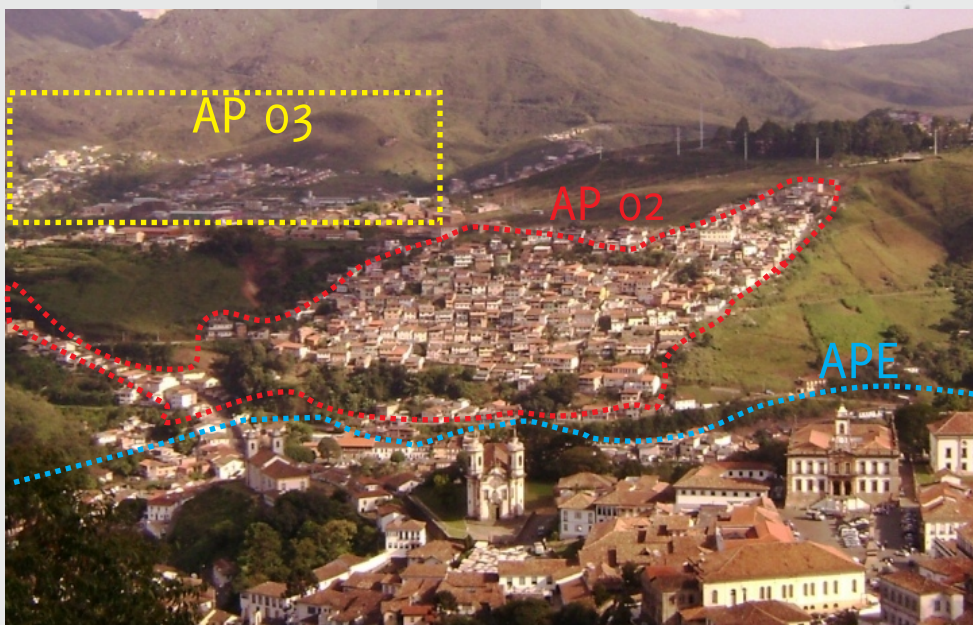
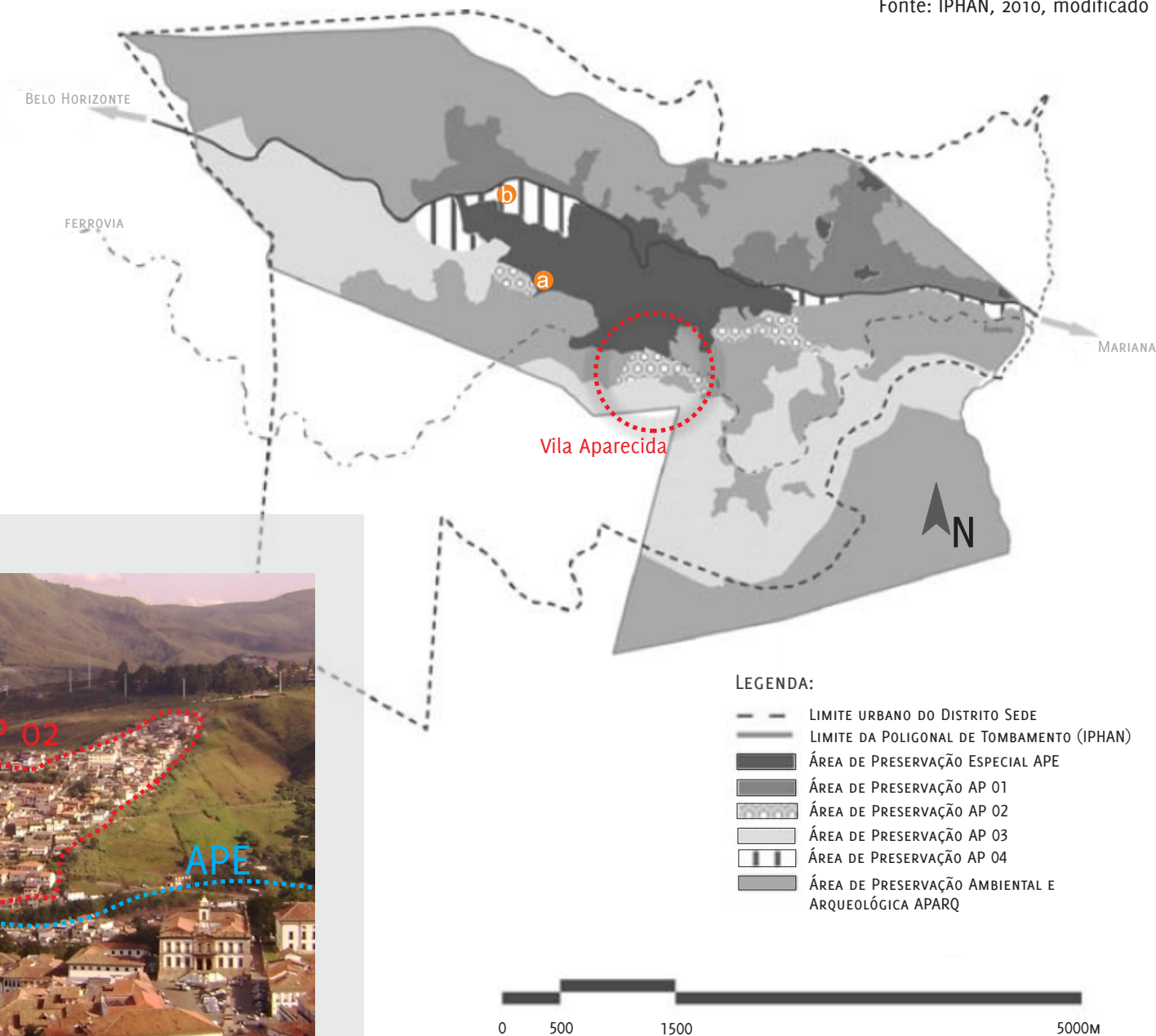


Foto panorâmica da cidade exemplificando a setorização do IPHAN - de acordo com a influência na paisagem. Fonte: Acervo da autora, 2008.



"Art. 6º O SÍTIO TOMBADO ilustra características da arquitetura e urbanismo lusobrasileiro implantado no estado de Minas Gerais desde o século XVIII. É parte do conjunto tombado a formação geográfica e paisagística do sítio, limitado pela Serra de Ouro Preto, ao Norte, e pela Serra do Itacolomi, ao Sul. Inserem-se no interior do perímetro tombado: áreas de ocupação urbana consolidadas, áreas de ocupação recente, áreas propícias à expansão urbana, áreas verdes de elevado valor histórico, paisagístico e ambiental, áreas de interesse arqueológico, além de áreas com restrições à ocupação, pelas condições geológicas ou por afetarem a paisagem do conjunto." (IPHAN, 2010)

Dentro do sítio tombado são estabelecidas três áreas de preservação (ver mapa 02, p. 66 - Planta de Macrosetorização IPHAN):

- Área de Preservação Especial - APE: corresponde ao núcleo onde há maior concentração de bens de interesse cultural, o arruamento de origem do século XVIII, áreas verdes de interesse paisagístico, e bens tombados individualmente. Se subdivide em APE 01 e APE 02;
- Área de Preservação - AP: áreas que limítrofes à APE, com menor incidência de bens arquitetônicos de interesse cultural, estejam elas consolidadas ou em consolidação. Se subdivide em AP 01, AP 02, AP 03 e AP 04;
- Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental - APARQ: áreas pouco urbanizadas ou de baixa densidade construtiva, com relevante formação geológica, interesse arqueológico, histórico, paisagístico e/ou ambiental.

Os parâmetros para as tipologias arquitetônicas nas APE's, se assemelham com os dispostos na portaria anterior. Porém, a portaria recente tem parâmetros mais específicos: seja pela subdivisão entre APE 01 e APE 02, seja pelo fato de que se considera, desta vez, um marco histórico, para se tratar de forma distinta as construções novas das antigas. O marco colocado para esta diferenciação é a década de 1960 - na qual a cidade passou por transformações significativas decorrentes do processo de industrialização.

A grande contribuição da nova portaria foi a definição de parâmetros para as áreas do entorno do núcleo colonial, que até então não tinham parâmetros específicos para a aprovação dos projetos. As áreas contidas nas AP's, passaram a ser tratadas considerando sua importância para a noção de conjunto e vizinhança e pela necessidade de harmonização arquitetônica e urbanística, a fim de minimizar o impacto no Centro Histórico.

As referidas Áreas de Proteção são subdivididas em AP01, AP 02, AP 03, AP 04, e possuem parâmetros específicos para cada uma delas, de acordo com a relação de

visibilidade entre essas áreas e as APE's. Diferentemente da área de proteção especial - APE, não há diretrizes a respeito da volumetria. Nessas áreas todas as edificações devem possuir cobertura cerâmica, alvenarias em cores claras, não são permitidos pilotis, estrutura aparente ou terraços superiores. Além disso, em algumas dessas áreas são feitas exigências quanto ao material e forma das esquadrias. O gabarito máximo permitido nas áreas é de até 3 pavimentos, não ultrapassando 12 metros de altura a partir da cota mais baixa de implantação.

A portaria faz menção à legislação municipal, que deve ser respeitada quanto a questões referentes ao parcelamento, altura das edificações, de acordo com as capacidades de carga e abastecimento de cada área, o que evita conflitos entre as legislações.

3.2.4.2 Legislação Municipal

Para seguir as orientações do Estatuto da Cidade, em 2003, deu-se início ao processo de revisão do Plano Diretor de 1996. Esse novo plano foi elaborado de forma participativa, e foi aprovado em dezembro de 2006, juntamente com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Estando em acordo com o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica Municipal, este plano tem por objetivos fixar "diretrizes, estratégias e instrumentos para pleno desenvolvimento do Município, em consonância com as funções sociais da cidade e da propriedade."

O plano diretor coloca a preservação e a valorização do Patrimônio Cultural e Natural do município, como fator determinante para o desenvolvimento econômico e social da cidade, e é uma componente balizadora do plano:

"Art 2º Os bens artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos de relevante valor cultural e natural localizados no Município e tombados individualmente ou em conjunto, são considerados bens inalienáveis de sua população, cabendo a ela exercer, de forma concorrente às diferentes esferas da Administração Pública, a sua guarda, proteção e gestão.

"Art 3º A preservação e a valorização do Patrimônio Cultural e Natural do município são fatores determinantes para o seu desenvolvimento econômico e social, para geração de empregos e para a melhoria da qualidade de vida da população." (OURO PRETO, 2006)

Dentre os objetivos do plano está ainda a necessidade de dinamização econômica do município, de forma compatível com a proteção do patrimônio, além de adequar a ocupação

do solo à função social da propriedade e promover melhorias nas condições de vida da população.

Dentre os diversos itens do plano, a preservação do patrimônio cultural está presente, desde as funções sociais da cidade, até mesmo em questões referentes ao desenvolvimento econômico e à estruturação territorial. O capítulo IV do plano diretor é específico para o tema da preservação do patrimônio cultural, abordando o espaço urbano como "patrimônio cultural dinâmico, registro de diversos tempos históricos e lugar da vida e das manifestações da cultura."

Quanto à produção da cidade, o plano não estabelece diretrizes específicas, que são detalhadas na Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo. No Plano Diretor são detalhados os instrumentos relativos à política urbana, para o cumprimento da função social da propriedade, conforme dispõe o Estatuto das Cidades: utilização compulsória¹⁷; IPTU progressivo no tempo; direito de preempção; operação urbana consorciada; estudo de impacto de vizinhança.

Para a gestão urbana, o Plano propõe uma gestão participativa, e a promoção de "integração entre as Secretarias Municipais e outros organismos de natureza governamental ou não governamental, visando à otimização dos processos de gestão urbana". Além disso, é reforçado o papel do GAT, como instância consultiva de apoio ao Poder Público Municipal. Mais tarde, em 2011, pela Lei Complementar nº91 de 28 de dezembro de 2010, o GAT passa a ser denominado GT - "Grupo Técnico" que, mantém sua função e se compõe de técnicos de diversos órgãos e secretarias da Prefeitura, além do IPHAN, IFMG, UFOP e IEF.

Juntamente com o Plano Diretor, foi aprovada a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo. Esta lei dispõe a respeito dos parcelamentos do solo, normas para edificações, parâmetros urbanísticos, e localização de usos e atividades, instrumentos fundamentais no ordenamento do espaço urbano, e que até então não existiam na cidade.

A lei dispõe sobre o zoneamento das áreas urbanas, que foram definidas de acordo com as condicionantes geo-ambientais, capacidade de adensamento, da infra-estrutura existente e também das demandas de preservação e proteção do patrimônio cultural, natural e ambiental, além da localização dos usos. Desta forma, ficaram instituídas as seguintes zonas:

¹⁷ Segundo o Estatuto da Cidade dispõe no Art. 5º sobre o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, o Plano Diretor de Ouro Preto, trata apenas a utilização compulsória.

- Zona de Proteção Especial - ZPE: compreende as áreas resultantes da presença de traçados originais e tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas, abrangendo o traçado datado do século XVIII, sem a ele se limitar, e corresponde ao mesmo zoneamento mencionado na portaria 122/2004 do IPHAN;
- Zona de Proteção Ambiental - ZPAM: Áreas que devem ser preservadas ou recuperadas ambientalmente. Essas áreas são definidas por suas características topográficas, geológicas e ambientais, e/ou pela necessidade de preservação do patrimônio paisagístico ou arqueológico.
- Zona de Adensamento Restrito - ZAR: são áreas em que se exigem adoção de parâmetros de ocupação de baixa densidade. A ZAR1 e ZAR2 são áreas desocupadas com condições de relevo e características de risco geológico ou desarticuladas do sistema viário, já a ZAR3 são áreas predominantemente construídas, contíguas à ZPE, em que o potencial de interferência na paisagem tombada deve ser objeto de controle.
- Zona de Adensamento - ZA: são as áreas com características favoráveis ao adensamento;
- Zona de Especial Interesse Social - ZEIS: regiões onde há interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária, ou implementar programas de habitação de interesse social;
- Zona de Intervenção Especial - ZIE: áreas com demanda para recuperação ambiental.

Por este zoneamento, percebe-se que, dentro do perímetro tombado pelo IPHAN, a ocupação por novas construções não é incentivada. As áreas já ocupadas e com maior visibilidade a partir do núcleo histórico, passam a ser restritas quanto ao adensamento (como no caso da Vila Aparecida e Vila São José por exemplo). Já as áreas vazias, mesmo que sem cobertura vegetal, se tornaram zonas de proteção ambiental. Percebe-se um grande cuidado com relação à manutenção da paisagem tombada. Porém, no zoneamento, não há previsões de área de expansão da cidade, apenas a permissão para adensar um pouco mais alguns bairros já consolidados.

A ZPE possui parâmetros próprios para intervenção, devido suas peculiaridades. Esses parâmetros vão de encontro com as definições da portaria nº122/2004 do IPHAN.

Considera-se que "A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico dá-se pela unidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui o patrimônio e pela beleza e harmonia na qual ele se insere." A metodologia de análise de novos projetos na ZPE, assim como na portaria do IPHAN também é a face de quadra. Nesta lei também são colocados parâmetros urbanísticos para essa Zona, e não vão necessariamente de encontro com a portaria do IPHAN: por exemplo, na portaria 122/2004, o coeficiente de aproveitamento para toda a ZPE é 1,0, enquanto na legislação municipal, este é 0,8. Neste caso, vale o menos permissivo, este conflito dificultava a execução e a aprovação dos projetos por parte dos órgãos.

Em 2009, o artigo nº 58 do Plano Diretor - que dispõe sobre a regularização dos imóveis construídos em desconformidade com as normas de uso e ocupação do solo - foi regulamentado. Essas edificações são passíveis de regularização, mesmo que em desconformidade com a legislação desde que: estivessem concluídas¹⁸ até dezembro de 2006, apresentem condições de salubridade, segurança, estabilidade, higiene, acessibilidade, não estejam em áreas de risco, ou APP, e devem também atender aos seguintes parâmetros:

- Taxa de ocupação e Coeficiente de aproveitamento entre 25% e 50% do permitido para a Zona;
- Permeabilidade mínima de 10% (com exceção da ZPAM);
- Altura máxima de 15m para áreas dentro do perímetro tombado e 18m para as demais;
- Para as áreas no perímetro tombado, estas devem se adequar às exigências do IPHAN (normalmente exige-se esquadrias de madeira, telhado cerâmico, cores e volumetria compatíveis).

Caso esses requisitos não sejam preenchidos, no ato da regularização, a Prefeitura pode exigir um projeto de reforma para a devida adequação.

Em 2011, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo foi revista, e foram feitas algumas modificações com relação à anterior, principalmente no que diz respeito à articulação com a normativa do IPHAN.

¹⁸ A referida lei considera concluídas as edificações que estejam com as paredes erguidas, esquadrias instaladas e cobertura executada.

O zoneamento foi modificado, porém mantiveram-se os mesmos princípios para definições das Zonas: em função dos condicionantes geo-ambientais, capacidade de adensamento, infra-estrutura existente e potencial, demandas de preservação e localização de usos (ver mapa 03, p.74 - zoneamento do distrito sede). Uma importante mudança foi a diminuição da área da ZPE, algumas das áreas até então pertencentes a esta Zona passaram a fazer parte das ZAR's. Além disso, o novo zoneamento contemplou duas novas zonas que podem ser sobrepostas às demais:

- ZDE - Zona de Desenvolvimento Educacional: áreas destinadas à implantação de *campi* de instituições de ensino técnico e/ou superior, com características próprias de ocupação;
- ZIM - Zona de Interesse Mineral: Aquelas áreas em que há predominância de atividade mineral geradora de emprego e renda. Não há ZIM no zoneamento do Distrito Sede;

As ZEIS, já previstas na legislação anterior, também passam a ser sobrepostas a outros zoneamentos. Outro ponto importante da legislação de 2011, que não consta na anterior, é a previsão de duas áreas para expansão urbana no distrito sede, fundamentais frente à demanda por moradia e às restrições dentro da área tombada. Os parâmetros urbanísticos para essas áreas não são definidos na lei, devendo ser analisados pela Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e pelo GT, mediante deliberação do Conselho Municipal de Política Urbana - COMPURB.

Com relação à lei de 2006, a estrutura se manteve. Houve apenas pequenas mudanças em algumas definições¹⁹, e a instituição de novos parâmetros urbanísticos (ver tabela 2), que se mantiveram quase idênticas para as áreas de adensamento restrito e ZPE, e ficaram mais permissivos para as áreas de adensamento. A mudança desses parâmetros demonstra que se passa a considerar o crescimento inevitável da cidade, porém sem que este confronto com a questão da preservação da paisagem tombada, pois as áreas de adensamento não tem grande influência na paisagem. Para incluir parâmetros mais permissivos, portanto, é necessário que a infraestrutura desses locais acompanhem as novas formas de ocupação que passam a ser permitidas. Além disso, alguns parâmetros para as áreas de grande

¹⁹ Como por exemplo, as áreas destinadas aos estacionamentos passaram a contar no C.A., a altura nas divisas passou a desconsiderar o telhado para se articular com a portaria do IPHAN, dentre outras questões importantes para a eficiência da legislação urbanística.

declividade ficaram menos restritivos, o que demonstra uma preocupação da legislação com as ocupações das encostas e áreas de risco geológico.

Visando preservar a horizontalidade dominante do conjunto urbano da cidade, a altura permitida para novas construções e aquelas reformadas e/ou ampliadas é de 14m para ZA's (áreas não visíveis a partir da ZPE) e 12m para demais zonas. Na ZAR 3 e na ZPE, o critério é o da face de quadra. O afastamento mínimo frontal é de 3m, podendo variar de acordo com demais construções já consolidadas na via, também analisado de acordo com a face de quadra.

Tabela 2: Parâmetros urbanísticos das Leis de Uso e Ocupação do Solo de 2006 e 2011.

Zona	Coeficiente de Aproveitamento		Taxa de Ocupação (%)		Permeabilidade (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
ZAR 1	0,8 - 0,4*	<u>0,7-0,5</u> *	50-30*	<u>50-40</u> *	30	<u>35-30</u> *
ZAR 2	1,0	1,0	50	50	30	30
ZAR 3	1,0	1,0	60	60	20	20
ZA 1	1,0	<u>1,5</u>	60	60	20	20
ZA2	1,5	<u>2,0</u>	80	<u>70</u>	20	20
* varia de acordo com a declividade do terreno.						

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ouro Preto (2006), e Ouro Preto (2011).

MAPA 03 ZONEAMENTO DO DISTRITO SEDE

Fonte: OURO PRETO, 2011, modificado pela autora.



Bairro Alto das Dores, localizado parte na ZPE e parte na ZAR 3.
Fonte: Acervo da Autora, 2012.



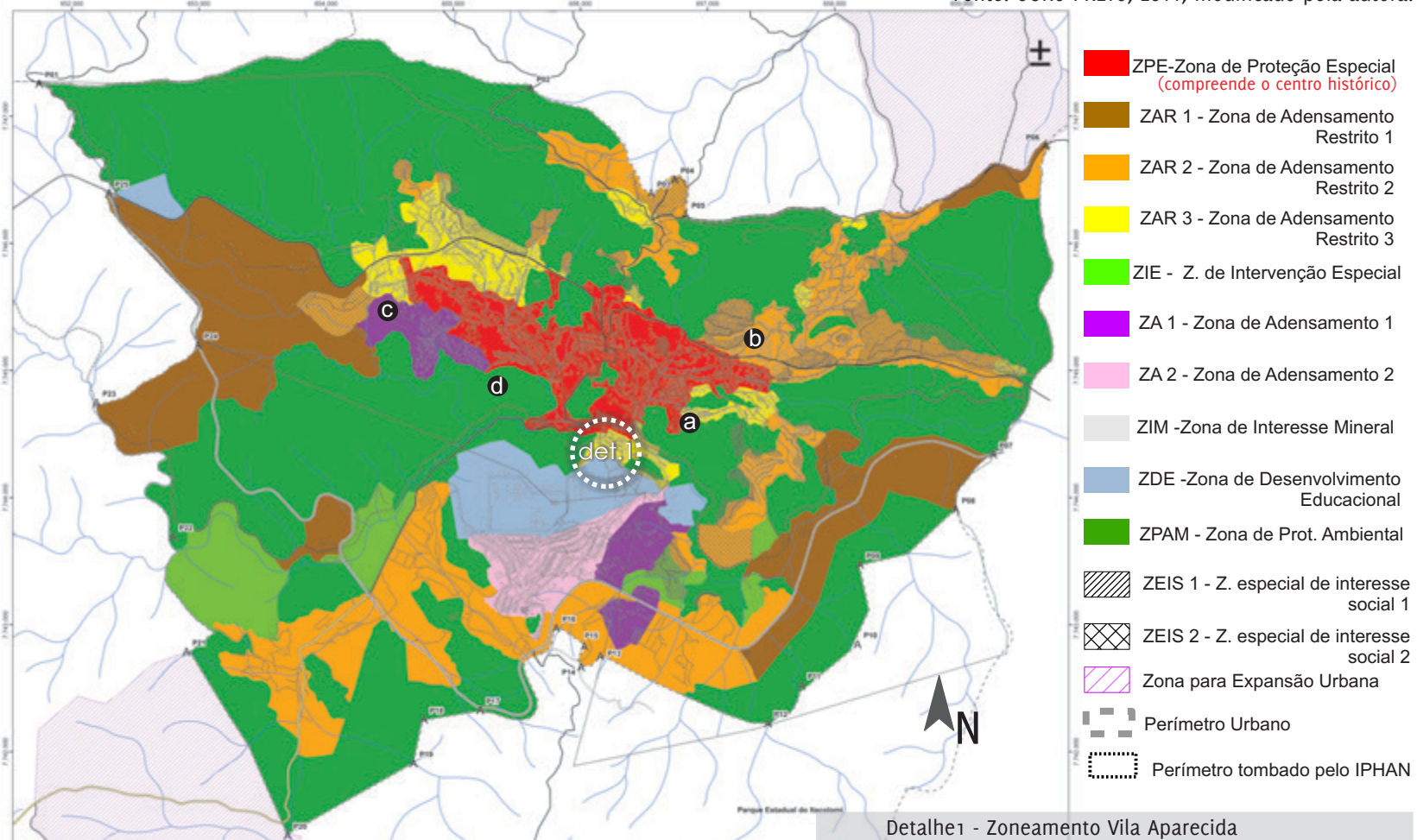
Bairro Morro Santana, ao fundo localizado na ZAR 2.
Fonte: Acervo da Autora, 2012.



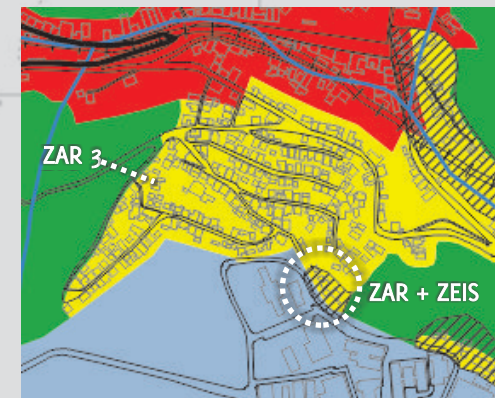
Bairro Jardim Alvorada, área com potencial de adensamento.
Fonte: Google Street View, 2012.



Encosta íngreme, sem ocupação no entorno do centro histórico, localizada na ZPAM.
Fonte: Acervo da Autora, 2012.



Detalhe1 - Zoneamento Vila Aparecida



4. As bordas da cidade colonial : Um estudo do bairro Vila Aparecida

Pretende-se neste capítulo compreender o processo da ocupação desordenada que ocorreu em Ouro Preto na segunda metade do século XX, e analisar o quadro atual do controle da ocupação do solo na cidade. Para isso, foi feita a análise de um bairro representativo do processo de crescimento urbano recente - a Vila Aparecida. Por meio da análise do bairro, pretende-se compreender as relações deste com o núcleo histórico e como o tratamento relativo às questões patrimoniais e a legislação podem vir a modificar a paisagem das áreas das "bordas" da cidade colonial.

4.1 Entendendo o bairro

O bairro Vila Aparecida está localizado em uma área de encosta no Morro do Cruzeiro, muito próxima ao centro colonial, o que faz com que este exerça um papel importante na ambiência dos monumentos e na paisagem tombada. Como já mencionado anteriormente, os bairros existentes nas áreas do entorno do centro histórico - mesmo que de ocupação recente - estão contemplados dentro do perímetro de tombamento delimitado pelo IPHAN em 1989. (ver figura 34)



Figura 34: Foto aérea da cidade com localização do perímetro tombado pelo IPHAN e do bairro Vila Aparecida. Fonte: Google Earth, 2012, modificado pela autora.

A implantação do bairro em uma encosta no entorno imediato do centro histórico, conforme figura 35, faz com que ele possua uma relação conflitante e inevitável com o núcleo colonial, sendo este um dos principais motivos pela escolha do bairro como paradigma do processo de ocupação das "bordas".

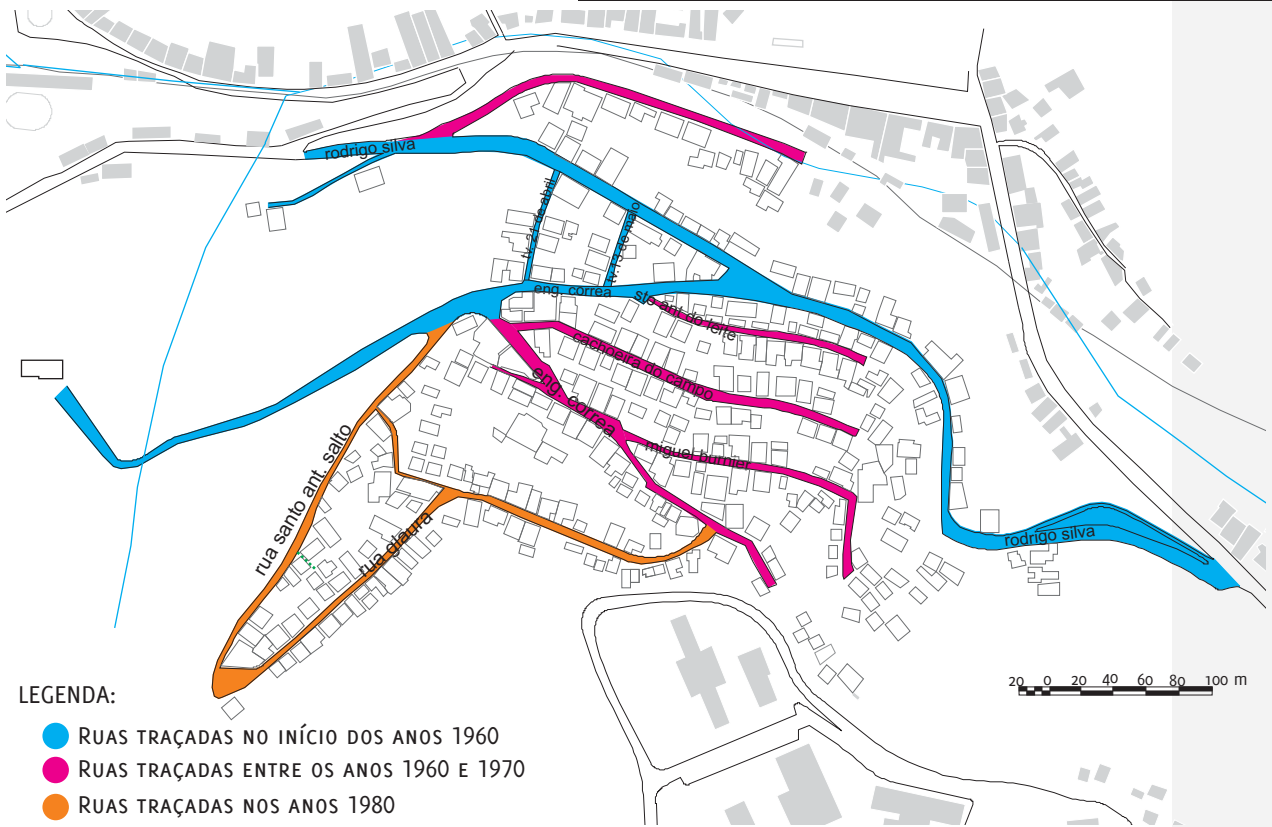
O bairro possui uma ampla vista para a cidade, uma das mais privilegiadas de Ouro Preto, da mesma forma em que ele é visto de diversos pontos da cidade. Por este motivo, no zoneamento municipal, o bairro, faz parte da ZAR 3 - Zona de Adensamento Restrito 3 e na setorização do IPHAN, na AP 02 - Área de Preservação, ou seja, as duas legislações o consideram como uma área onde o adensamento deve ser controlado em prol da preservação da paisagem (ver mapas 02 e 03 - p.66 e p.74 com respectivos zoneamentos).



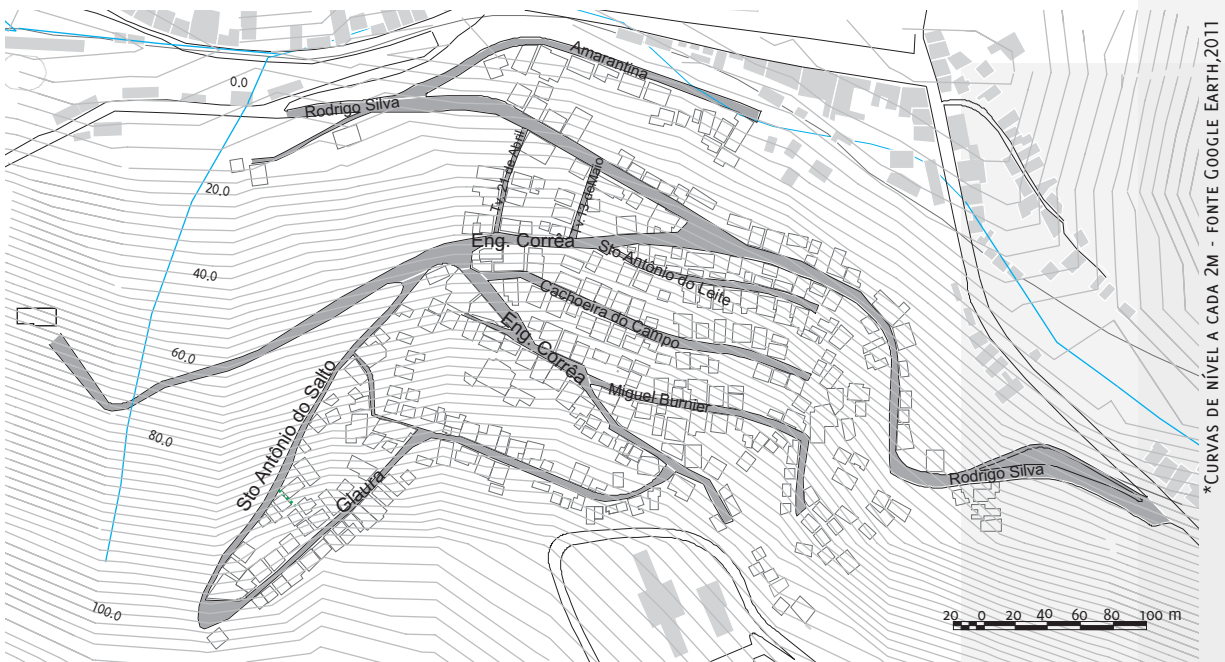
Figura 35: Foto panorâmica da cidade com a localização da Vila Aparecida. Fonte: Acervo da autora, 2008.

A Vila Aparecida possui limites claros e bem definidos, fazendo fronteira com as seguintes regiões da cidade: a sul se encontram os *Campi* do IFMG e da UFOP, nos pontos mais altos do Morro do Cruzeiro. A norte, separado pela linha férrea, em uma área de vale, está o bairro Barra, que faz parte da ZPE (no zoneamento municipal) e APE (na setorização do IPHAN) e a leste a rua Pandiá Calógeras, uma extensa ladeira que pertence ao bairro Bauxita mas situa-se no mesmo zoneamento do Bairro Vila Aparecida. A oeste, há uma encosta verde, com forte declive, onde não há ocupação, zoneada como ZPAM.

MAPA 04 VILA APARECIDA - HISTÓRICO DAS RUAS



MAPA 05 VILA APARECIDA - TOPOGRAFIA



ENCOSTA DESOCUPADA ENTE 1923 E 1950. FONTE: IFAC/UFOP.



IMAGEM RECENTE DO BAIRRO. FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2008.

O acesso ao bairro se dá pela rua Rodrigo Silva, que de um lado liga à rua Pandiá Calógeras, e de outro tem acesso pela Avenida Lima Júnior, que pertence ao bairro Barra. Além destes acessos, é possível chegar à Vila Aparecida pelos *Campi* do IFMG e da UFOP, por entradas alternativas a estes, mas sem acesso de veículos.

O bairro é decorrente do período de maior desenvolvimento da indústria na cidade, quando ocorreu um acelerado processo de crescimento urbano, principalmente entorno do centro histórico. Segundo Ézio Gonçalves, de 64 anos, um dos primeiros moradores do bairro²⁰, os lotes foram cedidos pela prefeitura durante o mandato do prefeito Genival Ramalho, no início dos anos 1960. Segundo o morador, o bairro foi ocupado aos poucos, e os preços dos terrenos variavam de acordo com a localização: os lotes situados na parte mais baixa do bairro tinham valores mais elevados que os das partes mais altas.

Segundo Costa (2011), de acordo com os livros de Provisão de Aforamento²¹ os lotes em terrenos públicos eram concedidos à população por meio do Regime Foreiro, mediante ao pagamento do foro (imposto sobre os terrenos aforados). Segundo o autor, entre as décadas de 1950 e início da década de 1970, foram concedidos pela Prefeitura 216 terrenos no bairro Vila Aparecida.

Segundo o morador Ézio, a primeira rua a ser traçada foi a rua Rodrigo Silva, que é a via de acesso ao bairro, em seguida foi traçada parte da rua Engenheiro Corrêa, até a capela de Nossa Senhora Aparecida. Não houve projeto das ruas, algumas delas foram traçadas pelos próprios moradores, conforme os lotes iam sendo ocupados. Algumas vias não possuem saída pois, quando foram traçadas estavam condicionadas às casas que já estavam construídas. (Ver mapa 04 - p.77)

No início da ocupação do bairro, não havia calçamento nas ruas, que eram apenas becos e trilhas, ocupadas por moradias precárias, conforme descreve outro antigo morador do bairro, Antônio Capistrano, em entrevista para Costa (2011): "Quando eu vim pra cá só tinha barraco de lata coberto de lona, era uns 30 barracos desses e quatro ou cinco casas

²⁰ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012. Ézio é natural do município de Barra Longa/MG, e aposentado da Alcan. Sua família foi uma das cinco primeiras a se instalar no bairro na primeira metade da década de 1960.

²¹ "[...] os livros de Provisão de Aforamento são os registros dos terrenos que estão dentro do limite da sesmaria concedida à Câmara Municipal de Ouro Preto, pela Coroa Portuguesa, quando da criação de Vila Rica, cedida aos cidadãos ouropretanos para que pudessem ser ocupados, com a condição de que pagassem o foro, que é o imposto sobre os terrenos aforados, é o chamado Regime Foreiro, que foi extinto por Lei Municipal em 1971". (COSTA, 2011, p.339)

pequenas. [...] Aqui não tinha rua, era tudo trilhas que ia para as casas." (COSTA, 2011, p. 375)

O bairro possui uma importante construção do século XVIII, que se encontra isolada da malha urbana do bairro: a Casa dos Inconfidentes, local onde aconteciam algumas das reuniões secretas que culminaram na Inconfidência Mineira. Atualmente no imóvel, funciona um museu, mas já funcionou também como casa de hóspedes da prefeitura. O acesso a esta edificação²² se dá pela Vila Aparecida, por uma estrada traçada nos anos 1970, quando um governador do Estado foi visitar a casa dos Inconfidentes. Nesta época, foi feito o calçamento das ruas que dão acesso à casa.

Segundo o morador Ézio Gonçalves, até os anos 1970, haviam mais de 20 famílias no bairro, que ocuparam a área ainda de forma dispersa. Não havia energia elétrica, nem abastecimento de água e coleta de esgoto. No início, os moradores buscavam água no bairro Barra, e mais tarde foi fornecido um ponto de água pela antiga Escola Técnica (na segunda metade dos anos 1960), quando foram disponibilizadas duas torneiras para os moradores: uma na rua Miguel Burnier e outra na rua Engenheiro Correa, havia também uma fonte de água vinda de uma gruta perto da Casa dos Inconfidentes. Os moradores armazenavam a água em tambores e como não havia coleta de esgoto, construíam fossas.



Figura 36: Foto panorâmica da cidade em 1965. Em destaque início da ocupação da Vila Aparecida. Fonte: IFAC/UFOP.

²² Na época dos inconfidentes, o acesso à casa se dava por meio de trilhas.

Segundo o morador José Marques²³, no início da década de 1970, passou a haver abastecimento de energia elétrica em parte do bairro. Somente nos anos 1980, passou a haver fornecimento de água encanada para as casas e foi construída a rede coletora pluvial, seguida pela rede de esgoto. Nos anos 1970, mais famílias chegaram ao bairro, e os moradores colaboravam entre si, construindo as casas em sistema de mutirão. Data deste período também, o início da construção da Capela de Nossa Senhora Aparecida (figura 37), que dá nome²⁴ ao bairro, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

A construção da capela foi de iniciativa de duas moradoras do bairro, e a capela passou a fazer parte da Paróquia do Antônio Dias. A sua construção teve um pequeno apoio da prefeitura, mas a força de trabalho maior foi por mutirão dos próprios moradores, com fundos provenientes de doações. Segundo o Sr. Ézio, para que não houvessem problemas com o IPHAN, o prefeito da época, recomendou que a construção tivesse uma fachada revestida em pedra, para parecer algo antigo e não chamar atenção. Então, quando finalizada a construção, foi feito um revestimento em pedra canga, em toda fachada da capela, que não teve projeto analisado pelo órgão.



Figura37: Foto da Capela no início da reforma em 2009 ainda com a pedra canga recobrimdo a fachada. Fonte: <http://www.paroquiansdc.com.br/index/destaque.php?iddestaque=17>. Acesso em 20/02/2012

²³ Em entrevista concedida à autora em fevereiro de 2011. José Marques é aposentado da Alcan, morador do bairro desde 1973.

²⁴ Antes da construção da Capela o bairro era conhecido como "morro do burbulho", e "morro dos atrevidos", nomes dados pelos moradores de Ouro Preto pela forma de ocupação do bairro, desordenada, e em uma área de encosta.

Os anos 1980 foram, segundo os moradores entrevistados, a época de maior adensamento do bairro, que já estava dotado de melhor infraestrutura e saneamento. Datam desse período as ruas Santo Antônio do Salto e Glaura. (Ver mapa 04 - p.77) Segundo Ézio: "de 1977, pra 1985, 1987...foi a época em que nós mais enchemos laje aqui....nessa época a vila cresceu entorno de 60 a 70%". A exemplo de outros bairros que surgiram em Ouro Preto na mesma época, os primeiros moradores da Vila Aparecida, eram provenientes das zonas rurais dos distritos e de outras cidades da região, sendo que, a maioria destes, foram para Ouro Preto atraídos pela oferta de emprego da Alcan.



Figura 38: Foto panorâmica da cidade em 1975. Em destaque o bairro Vila Aparecida, com ocupação mais visível. Fonte: Acervo IFAC/UFOP.

Ainda que os terrenos tenham sido cedidos de forma legal pela Prefeitura, as construções do bairro, em sua maioria são irregulares, conforme afirma Costa (2011). Segundo os moradores, no início não havia fiscalização, e construíam-se as casas sem aprovação dos órgãos competentes. Somente no final dos anos 1980, o IPHAN começou a fiscalizar as construções no bairro e embargou algumas obras, orientou outras, mas ainda assim, não impediu que as construções fossem levadas adiante.

Para Costa (2011), quanto ao crescimento desordenado, a municipalidade se manteve omissa durante muitos anos, não se preocupando com os possíveis impactos do bairro na paisagem da cidade, e muito menos com as condições de vida e moradia das famílias. Já o

IPHAN, que era o órgão mais atuante com relação à fiscalização das formas de ocupação da cidade, não tinha na época, estrutura para atender à demanda de novas construções. O autor confirma que, mesmo as obras embargadas não eram impedidas de prosseguimento construtivo. Outra dificuldade foi o fato de que, somente em 1989, foi feita a demarcação do perímetro de tombamento que incluía a Vila Aparecida oficialmente dentro da área a ser preservada. A legislação de uso e ocupação do solo e as normas específicas do IPHAN para essas áreas, vieram ainda mais tarde.

Nas décadas finais do século XX, além dos antigos moradores que continuam no bairro, este também passou a ser ocupado por funcionários da UFOP, IFMG, e por estudantes dessas instituições, devido à proximidade dos *campi* e do centro da cidade. Esta proximidade é a grande responsável pela demanda de moradias de aluguel no bairro, que fez com que este se adensasse ainda mais nos últimos anos. (ver figuras 40 e 41)



Figura 39: Foto panorâmica da cidade com o bairro já consolidado. Fonte: Revista Sagarana, s.d. Disponível em: <http://www.revistasagarana.com.br/revista22/> Acesso em 23/03/2012.



Figura 40: Foto aérea do bairro em 2003. Fonte: Google Earth, 2012.



Figura 41: Foto aérea do bairro em 2011 - Se percebe maior adensamento de algumas áreas, mudança do tipo de cobertura de algumas edificações, o que demonstra que as edificações vem passando por reformas e ampliações. Fonte: Google Earth, 2012, modificado pela autora.

4.2 Legislação para a área

A Vila Aparecida consta no zoneamento em âmbito municipal - de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2011 - como ZAR 03, por ser uma área predominantemente construída, contígua à ZPE e com grande potencial de interferência na paisagem tombada, e por isso deve ser objeto de controle, com adoção de parâmetros de ocupação de baixa densidade. Além disso, uma parcela do bairro possui, na legislação municipal de 2011, uma sobreposição de ZEIS, por se tratar de uma área de interesse público de urbanização e regularização fundiária. (Ver mapa 03 - p.74)

A altura máxima, bem como os afastamentos frontais das edificações, nessa Zona, são condicionados à análise de face de quadra. Já os afastamentos laterais e de fundos devem ser de 1,50m para edificações com até 6m de altura, e 2,30m para as demais.

Os índices urbanísticos para a área correspondem à necessidade de ocupar com pouca densidade, mas ainda assim, é o menos restritivo se comparado às demais ZAR's:

- Coeficiente de Aproveitamento = 1,0;
- Taxa de Ocupação = 60% do terreno;
- Quota de terreno por unidade habitacional = 80m²/unidade;
- Taxa de permeabilidade mínima = 20%;
- Testada mínima (para novo parcelamento) = 10m;
- Lote mínimo (para novo parcelamento) = 250m²;

Cabe ressaltar, que tais índices não sofreram mudanças em relação à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2006 para a de 2011.

Já de acordo com a Portaria nº 312 de 20 de outubro de 2010 do IPHAN, o bairro se encontra na AP-02, que compreende a área urbanizada das encostas visíveis a partir do centro colonial, nessas áreas a portaria propõe "[...] o reforço da noção de conjunto e vizinhança das áreas edificadas, primando pela harmonização arquitetônica e urbanística, a fim de minimizar o impacto no Centro Histórico" (IPHAN, 2010). A Vila Aparecida é considerada pela portaria como uma das áreas preferenciais da cidade para ações de requalificação urbanística e paisagística. (ver mapa 02 - p.66)

As intervenções e as construções novas no bairro devem seguir os seguintes critérios:

I – Os planos de cobertura deverão ser em telha cerâmica e ter inclinação média entre 25% e 40%, com pano voltado para a via pública, sendo vetadas a construção de terraços superiores e o uso de coberturas metálicas ou em fibrocimento;

II – As fachadas deverão ter esquadrias em madeira, alvenarias externas rebocadas e pintadas em cores claras. As aberturas das fachadas deverão privilegiar vãos predominantemente verticais e manter a proporção e o ritmo de cheios e vazios;

III – Não será permitida a inserção de edificações com trama estrutural vazada e elementos estruturais aparentes, como pilares, pilotis, vigas e outros. A respectiva área deverá ter fechamento em alvenaria, rebocada e pintada com cores claras;

IV – As edificações poderão ter uma altura máxima de até 12(doze) metros, a partir da menor cota de implantação, limitadas a três pavimentos, considerando todos os volumes construídos;

Tais critérios deixam claro a intenção do órgão em controlar, acima de tudo, a estética das construções e homogeneizar a paisagem. A legislação é questionável ao se tratar da produção de novas arquiteturas na cidade, pois essas exigências tendem a incentivar mais uma vez uma imitação do estilo colonial nas construções, como já se fazia nas décadas anteriores, conformando-se em arquiteturas híbridas e sem personalidade, conforme apontou Motta (1987). Contudo, é importante mencionar que há uma evolução em relação àquele tratamento, pois passam a ser consideradas as volumetrias e as formas de ocupação do lote na definição dos parâmetros urbanísticos.

Cabe ressaltar que em um bairro de ocupação consolidada como a Vila Aparecida, as legislações são no sentido de evitar que a situação se agrave, que o bairro adense, e que as construções possam impactar de forma ainda mais negativa na paisagem da cidade. Neste caso o objetivo é que no ato das reformas das edificações ou das construções que venham a ocorrer, haja uma melhoria na qualidade estética e urbanística do bairro de uma forma geral.

4.3 A forma urbana da Vila Aparecida

Assim como a proposta de análise da forma da cidade de Ouro Preto, o estudo do bairro também será apoiado na morfologia urbana, de acordo com a dimensão urbana - na escala do bairro e com a dimensão setorial - escala da rua.

4.3.1 O traçado do bairro

Como já descrito no histórico do bairro, a Vila Aparecida foi fruto de um loteamento espontâneo, que mais tarde foi regularizado pela prefeitura. Os becos, que haviam no início, foram transformados em ruas, o que reflete em um arruamento desalinhado e irregular, em que as casas foram condicionantes das ruas.

A exemplo de outras formas de ocupação espontânea, e da parte antiga da cidade de Ouro Preto, as ruas em sua maioria seguem as curvas de nível, com exceção de algumas ladeiras que as interligam. Em geral, a distribuição dos lotes configurou terrenos de meia encosta, com aclive de um lado e declive de outro. Uma distinção importante que existe com relação ao traçado do centro histórico, é o fato de que no traçado da Vila Aparecida se formaram quarteirões, o que é quase inexistente no traçado urbano original do século XVIII.

As ruas são estreitas, com largura variando entre 4 e 5m, contudo, o tráfego de veículos tem sentido de mão dupla, e quatro das oito ruas do bairro não possuem saída, o que torna o trânsito de veículos complicado e inviabiliza a circulação do ônibus por elas. O trajeto do ônibus se limita à rua Rodrigo Silva e a uma parte da rua Engenheiro Corrêa. (ver mapa 06, p.87 - arruamento e acessos)

Algumas casas possuem acesso apenas por escadarias ou por entradas secundárias pelas laterais de alguns lotes. As calçadas também são irregulares, estreitas, e em alguns trechos são inexistentes, sendo comum que estas sejam rompidas por rampas que dão acesso às garagens. O pavimento das ruas é em pedra fincada e não há condições de acessibilidade.



Acesso alternativo para o IFMG. Fonte: Tamara Marques, 2012.



Acesso ao bairro pela Barra. Fonte: Tamara Marques, 2012.



Acesso alternativo para a UFOP. Fonte: Tamara Marques, 2012.



Rua Glaura: alta declividade. Fonte: Acervo da autora, 2012.

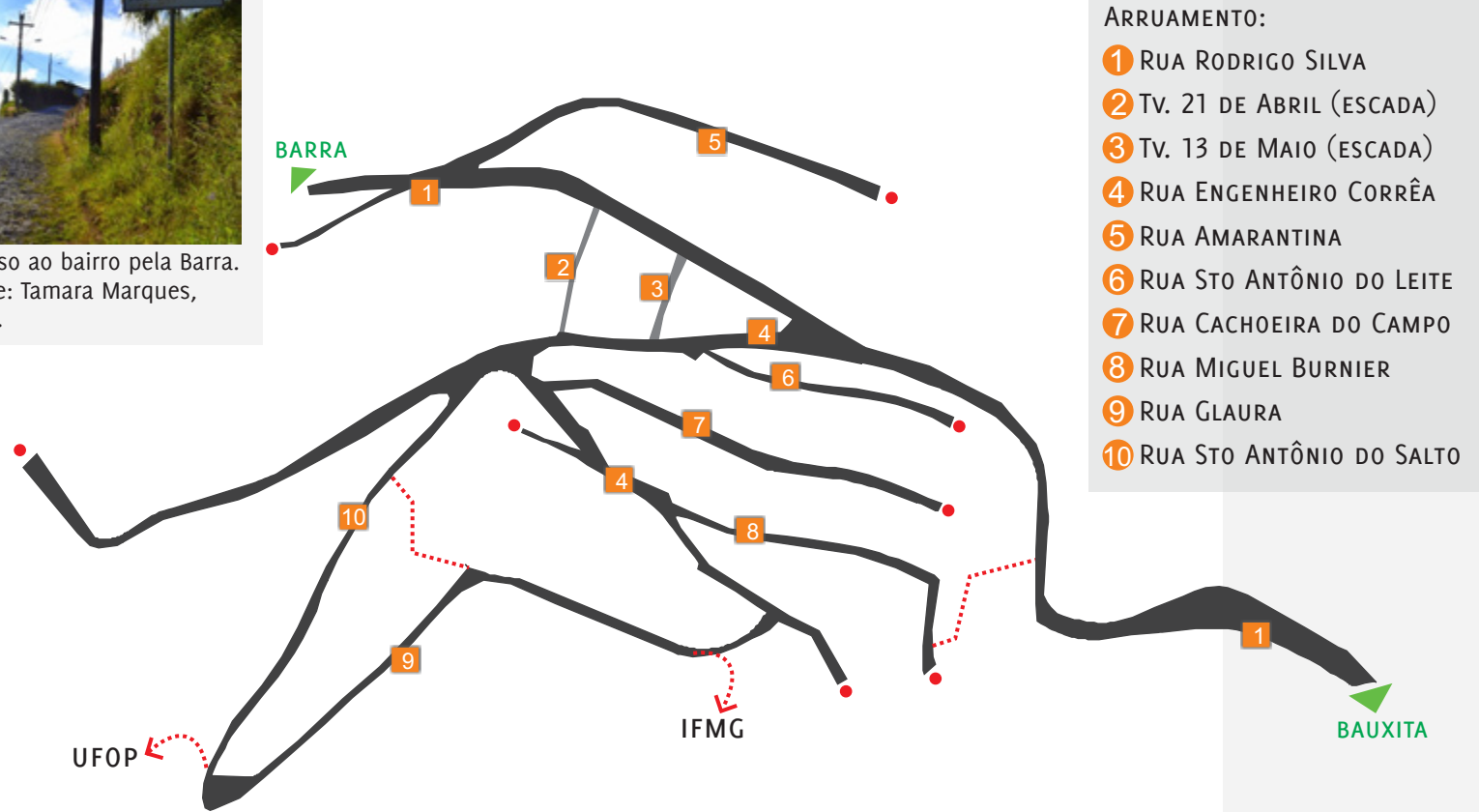


Rua Miguel Burnier: em destaque atalho para a rua Rodrigo Silva. Fonte: Tamara Marques, 2012.



Escadaria da Travessa 21 de Abril. Condições de acessibilidade precárias. Fonte: Acervo da autora, 2012.

MAPA 06 VILA APARECIDA - ARRUAMENTO E ACESSOS



20 0 20 40 60 80 100 m

À disposição dos lotes, se deve a principal característica do bairro, principalmente quando visto a partir do centro da cidade. O traçado das vias dispostas em paralelo às curvas de nível configuram uma grande massa edificada, em que as ruas e praças não podem ser vistas, que contrasta fortemente com as formas urbanas decorrentes do período colonial (figura 42).



Figura 42: Vista panorâmica da Vila Aparecida. Fonte: Marcelo Toledo, 2011.

4.3.2 As praças do bairro

Não existem praças típicas no bairro - projetadas para tal, conforme definição de Lamas (2004), apenas três largos que se formam no encontro das ruas, que de certa forma assumem papel de praça, como locais de encontro, permanência e de acontecimentos. Um deles está localizado no encontro da rua Rodrigo Silva com a Pandiá Calógeras, com jardins e alguns bancos (figura 43). Porém, por ser distante da maioria das residências do bairro, o local é pouco usado.



Figura 43 e 44: Jardim no início da Rua Rodrigo Silva e mobiliário urbano improvisado, respectivamente. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Já o largo existente no encontro da rua Rodrigo Silva com a rua Engenheiro Correa, possui um banco improvisado (figura 44), e um oratório, provavelmente construídos pelos próprios moradores. Existe também um bar, um ponto de ônibus e um telefone público o que permite concluir que esse largo funciona como ponto de encontro e local de permanência. Há um outro largo em frente à Capela, onde acontecem festividades religiosas, principalmente no dia de Nossa Senhora Aparecida, quando moradores de outros bairros também participam das festividades (figura 45). Esses dois largos se assemelham quanto à forma urbana e quanto à função, aos largos do centro colonial da cidade.



Figura 45: Largo em frente à Capela durante a celebração da festa de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Tamara Marques, 2011.

MAPA 07 VILA APARECIDA - USO DO SOLO



Bar situado no largo entre a rua Rodrigo Silva e Eng. Corrêa. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Capela de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Sede da TV Inconfidentes. Fonte: Tamara Marques, 2012.



Museu Casa dos Inconfidentes. Fonte: Tamara Marques, 2012.

LEGENDA:

● RESIDENCIAL ● COMERCIAL ● MISTO ● INTITUCIONAL ● SERVIÇOS

4.3.3 O uso do solo

Pelo mapa 07 (p.90), é possível visualizar que o bairro possui uso predominantemente residencial, com apenas alguns comércios de pequeno porte. Dentre os tipos de comércio local encontrados se destacam os de produtos de uso cotidiano, como pequenas mercearias que vendem produtos diversificados. São encontrados também alguns bares e salões de beleza. De uso institucional destacam-se a Capela de Nossa Senhora Aparecida, uma creche, e também a sede da televisão local - a TV Inconfidentes e sede da rádio Província FM. Os poucos comércios estão dispostos nas ruas de maior movimento do bairro, que dão acesso as de tráfego local: na Engenheiro Corrêa, Rodrigo Silva.

O comércio precário e a falta de uma maior diversidade de usos do bairro, pode ser justificado pela proximidade ao bairro Barra, que faz divisa com a Vila Aparecida. Este bairro, tem características de uso mais variadas, e predominância do uso comercial nas ruas de maior fluxo e de ligação entre os bairros próximos. Nessas ruas existem supermercados, padarias, açougue, lojas diversas, clube de esportes, uma escola da rede municipal, entre outros serviços que são demandados pela população do bairro Vila Aparecida.

4.3.4 Padrão Fundiário



Figura 46: Disposição dos lotes na quadra delimitada pelas ruas Cachoeira do Campo e Miguel Burnier. Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, 2012.

Os lotes no bairro, conforme os mapas cadastrais do município, possuem áreas variáveis entre 200 e 300m² em média. É possível notar que alguns lotes eram inicialmente maiores e iam de uma rua à outra, porém mais tarde foram subdivididos.

A figura 46 ilustra os pequenos lotes nos restritos quarteirões, que são dispostos de formas variáveis e irregulares, muito diferente dos lotes estreitos e profundos do núcleo colonial. A forma e as dimensões dos lotes é uma das mais importantes variáveis da forma urbana, tendo em vista a colocação de Lamas (2004) de que o lote é a gênese e fundamento do edificado e são condicionantes da ocupação peculiar e adensada do bairro.

4.3.5 Volumetria e estética das construções

A legislação de 2010 do IPHAN estabelece padrões estéticos para as construções com objetivo de compor a ambiência com o núcleo tombado. Porém, como essa legislação é muito recente, as construções existentes no bairro foram condicionadas às normas anteriores impostas pelo IPHAN. Segundo Motta (1987), a imitação do estilo colonial nas construções, mesmo para as que não passavam pela aprovação do órgão, acabou por se enraizar na rotina de construção na cidade: " [...] com as normas incorporadas à rotina de construção do ouro-pretano, aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição." (MOTTA, 1987, p.113).



Figuras 47 e 48: Exemplos de imitação do estilo colonial nas construções. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Assim, é possível perceber em algumas construções da Vila Aparecida, a influência do "estilo patrimônio" descrito pela autora (figuras 47 e 48). Pela análise do mapa 08 (p. 94) nota-se que a maioria das coberturas possui telhado cerâmico, porém suas formas são variadas. Para melhor aproveitar o espaço sobre a laje superior e usufruir da bela vista que se tem a partir do bairro para o centro histórico, os terraços superiores (proibidos pelo IPHAN) são comuns em diversas edificações.

Em decorrência da obediência de tais padrões construtivos, é possível notar que na Vila Aparecida surgiram edificações com arquitetura híbrida, como descreve Motta (1987) a respeito das edificações que ocuparam os vazios do centro colonial: edificações com esquadrias em madeira, telhado colonial, cores claras nas alvenarias, porém com volumes que nada se assemelham à arquitetura tradicional da cidade, e que privilegiam apenas a fachada principal.

Nota-se também que muitas edificações vêm sofrendo intervenções recentes, alterando a conformação das coberturas ou mesmo deixando a edificação sem telhado, apenas com a laje de concreto - que pode ser entendida como uma situação temporária, aguardando a construção de um novo telhado ou um novo pavimento. Em muitos casos, as caixas d'água ficam expostas, e compõem junto com antenas, varais, fios, uma poluição visual que degrada a qualidade do espaço urbano.



Figuras 49 e 50: Edificações com distinção entre os pavimentos, interpretados como elementos independentes na composição da fachada, com a mistura de esquadrias arqueadas e retangulares. Fonte: Google Street View, 2012.

MAPA 08 VILA APARECIDA - MATERIAIS DAS COBERTURAS



Varanda na cobertura da edificação já consolidada. Fonte: Acervo da autora, 2012.



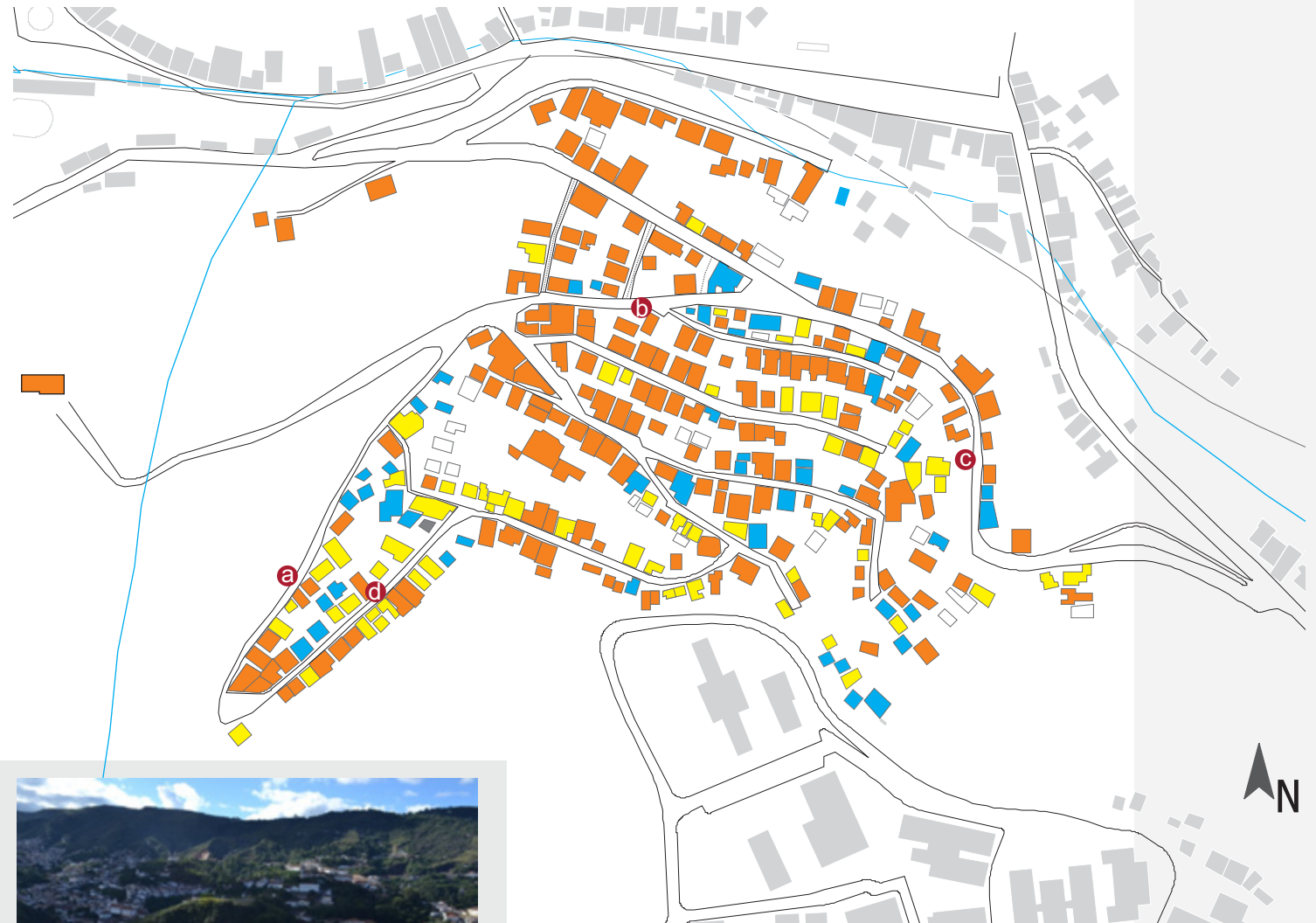
Terraço com cobertura cerâmica. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Conjunto de edificações com telha cerâmica. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Conjunto de edificações com lajes, telhas metálicas e de amianto. Fonte: Tamara Marques, 2012.



20 0 20 40 60 80 100 m

LEGENDA:

● TELHA CERÂMICA ● OUTROS MATERIAIS ● LAJE

MAPA 09 VILA APARECIDA - MATERIAIS DAS ESQUADRIAS



Esquadrias arqueadas em madeira.
Fonte: Google Street View, 2012.



Esquadrias em madeira com vãos verticais
conforme exigências atuais do IPHAN.
Fonte: Acervo da autora, 2012.



Exemplo de uso de esquadrias metálicas.
Fonte: Acervo da autora, 2012.



LEGENDA:

● MADEIRA

● METÁLICA

MAPA 10 VILA APARECIDA - CORES DAS ALVENARIAS



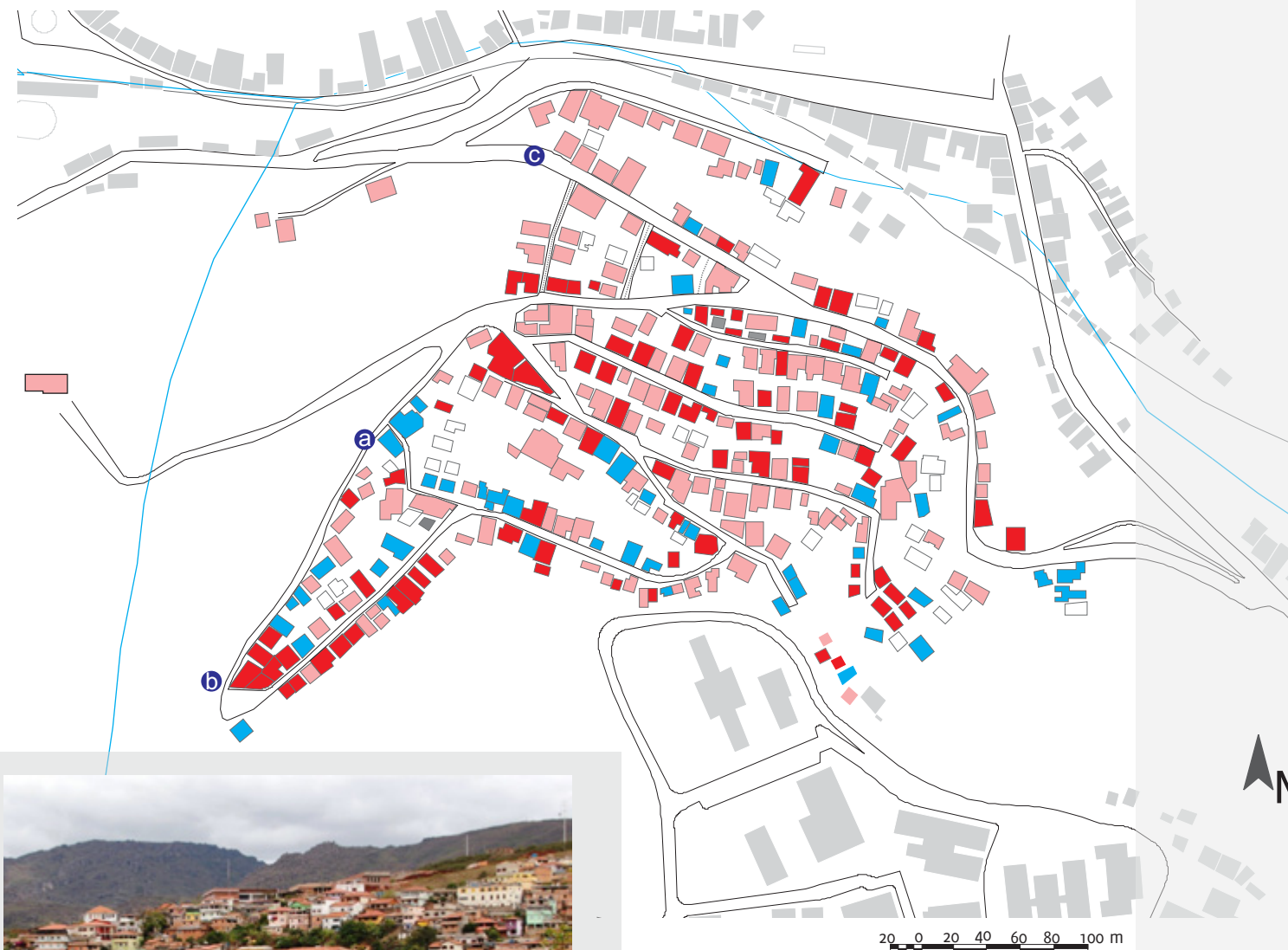
Edificações consolidadas sem pintura e reboco. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Conjunto de edificações com cores fortes. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Edificação de acordo com as exigências do IPHAN. Fonte: Acervo da autora, 2012.



Panorâmica do bairro - Percebe-se grande variedade de cores. Fonte: Rogério Costa, 2011.

LEGENDA:

● CORES CLARAS ● CORES FORTES E/OU REVESTIMENTO ● SEM PINTURA

Pela leitura das fachadas é possível perceber uma semelhança com as do núcleo colonial: nota-se em algumas residências da Vila Aparecida, a diferenciação entre o primeiro e o segundo pavimento, por seus materiais e/ou tipos de esquadrias. Essa composição, demonstra que inicialmente se construiu um primeiro pavimento para a família, e mais tarde, com o aumento do poder aquisitivo, se fez um segundo pavimento com melhores instalações, para o qual os donos se mudam. Nesses casos, a casa do piso térreo passa a ser alugada, garantindo o aproveitamento do lote para uma renda extra aos proprietários. Contudo nem sempre há, como no núcleo colonial, a sobreposição dos cheios e vazios, os pavimentos são interpretados como independentes na composição das fachadas, conforme figuras 49 e 50.

Em alguns trechos do bairro, onde percebe-se poder aquisitivo mais baixo (principalmente nas ruas Glaura e Santo Antônio do Leite) é comum o uso de telhas metálicas e de amianto e também de esquadrias metálicas, que têm o custo inferior ao das telhas cerâmicas e esquadrias em madeira. Ainda assim, a predominância no bairro, conforme mapa 09 (p.95), é do uso de esquadrias de madeira. Nas edificações mais antigas, é comum o uso de janela tipo guilhotina, com vãos predominante verticais, que são compatíveis aos parâmetros da legislação. Nas edificações mais recentes ou que passaram por reformas, é comum o uso de esquadrias de madeira arqueadas e com venezianas.

Há também a predominância de cores claras como branco, ou bege. Porém é marcante do bairro, observado à distância, o uso de cores fortes e contrastantes nas alvenarias, além de diversos tipos de revestimento das fachadas (ver mapa 10, p.96). Esse tipo de tratamento é comum em edificações onde se percebe um poder aquisitivo maior ou nas edificações que demonstram ter passado por reforma recente, em que a cor da fachada serve para realçar aquela casa das demais.

Essas questões relativas ao tipo de telha, uso de esquadrias em madeira e cores claras nas alvenarias são exigências do IPHAN desde o início da ocupação do bairro. Pela análise dos mapas é possível perceber ilegalidade em muitas edificações por não cumprirem tais exigências, o que impede que essas venham a ser regularizadas pelo artigo nº 58 do Plano Diretor. A sobreposição desses aspectos pode ser visualizada no mapa 11 (p.100), que mostra a situação de irregularidade²⁵ do bairro.

²⁵ O mapa mostra as edificações irregulares somente pela análise quanto aos aspectos exteriores mais visíveis (cores, telhados, esquadrias, com a sobreposição dos mapas 08, 09, e 10). Porém acredita-se que esse número seja maior, principalmente se analisadas também questões de salubridade, coeficientes de aproveitamento, permeabilidade, entre outros. Os dados oficiais de

4.3.6 A ocupação do solo

O gabarito predominante, conforme pode ser visualizado no mapa 12 (p.101) é de um pavimento, a partir do nível da rua. Nos casos de terrenos em declive, as casas são construídas com um ou mais pavimentos abaixo da rua, conforme figura 51, logo pode-se concluir que a predominância real é de 3 pavimentos, o que é confirmado pela observação das edificações pelos fundos das quadras.

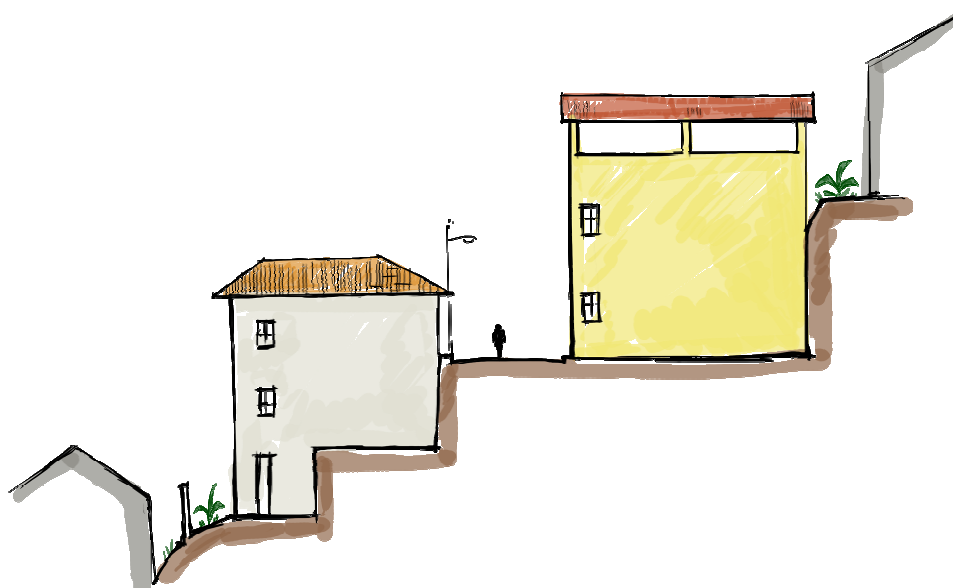


Figura 51: Corte esquemático de uma rua. Fonte: Croqui da autora, 2012.

Muitas casas de dois ou três pavimentos são de uso residencial multifamiliar, com algumas moradias de aluguel. Com esse objetivo, também existem casos de "puxadinhos" e construções nos fundos de diversas edificações, que têm acesso pelo afastamento lateral. É predominante no bairro casas que possuem apenas afastamentos laterais e de fundos, sem recuo frontal.

regularidade não foram obtidos, pois os órgãos competentes não possuem esses dados sistematizados.



Figura 52: Croqui da rua Cachoeira do Campo, na qual se percebe predomínio de 3 pavimentos de um lado, e 1 pavimento de outro. Fonte: Croqui da autora, 2012.



Figura 53: Edificações na rua Santo Antônio do Salto, dispostas sem alinhamento ao longo da via. Fonte: Acervo da autora, 2012.

As construções em algumas ruas não possuem alinhamento umas com as outras. Isto se deve ao fato de que a ocupação do bairro se deu espontaneamente, e que as ruas foram abertas posteriormente a essas construções. As formas irregulares dos lotes também proporcionam construções desalinhadas e com afastamentos desiguais. (ver figura 53)

A ocupação do bairro é adensada, e restam poucas áreas verdes no interior das quadras maiores, como pode ser visualizado no mapa 13 (p.102) - densidade de ocupação. Em alguns casos, a alta declividade dos quintais, inviabilizou novas construções e proporcionou a manutenção dessas áreas. Muitas edificações ocupam 100% do terreno, sem afastamentos e áreas permeáveis, sendo esse adensamento devido às próprias dimensões reduzidas dos lotes e também pela inexistência de parâmetros urbanísticos e de fiscalização, principalmente na época de consolidação do bairro entre os anos 1960 e 1990.

Durante os levantamentos realizados no bairro, no início de 2012, foi possível notar que várias edificações se encontravam em obras, sendo a maioria delas reformas, pois existem poucos terrenos vazios disponíveis para novas construções.

MAPA 11 VILA APARECIDA - SOBREPOSIÇÃO DOS MAPAS 08,09 E 10



a
Esquadrias e telhado de acordo, porém a alvenaria foi pintada com cor escura.
Fonte: Tamara Marques, 2012.



b
Telhados, cores, e esquadrias adequadas aos padrões exigidos.
Fonte: Google Street View, 2012.



c
Edificação não atende aos três parâmetros avaliados.
Fonte: Acervo da autora, 2012.



d
Pelas fachadas das edificações nota-se a irregularidade da aplicação dos parâmetros do IPHAN.
Fonte: Acervo da autora, 2012.

LEGENDA:

- ATENDEM AOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS:
(TELHA CERÂMICA/CORES CLARAS NAS ALVENARIAS/
ESQUADRIAS EM MADEIRA)
- AUSÊNCIA DE ALGUM DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS.

MAPA 12 VILA APARECIDA - GABARITO (NÍVEL DA RUA)



Conjunto de Edificações em 3 pavimentos.
Fonte: Google Street View, 2012.



Edificações de 1 pavimento - nível da rua.
Fonte: Google Street View, 2012.



Panorâmica mostra as mesmas edificações e seus pavimentos abaixo do nível da rua.
Fonte: Tamara Marques, 2012.



LEGENDA:

● 1 PAVIMENTO ● 2 PAVIMENTOS ● 3 PAVIMENTOS

MAPA 13 VILA APARECIDA - DENSIDADE DE OCUPAÇÃO



Parcial do bairro. Destaque para vegetação no interior de quarteirões.
Fonte: Acervo da autora, 2008.



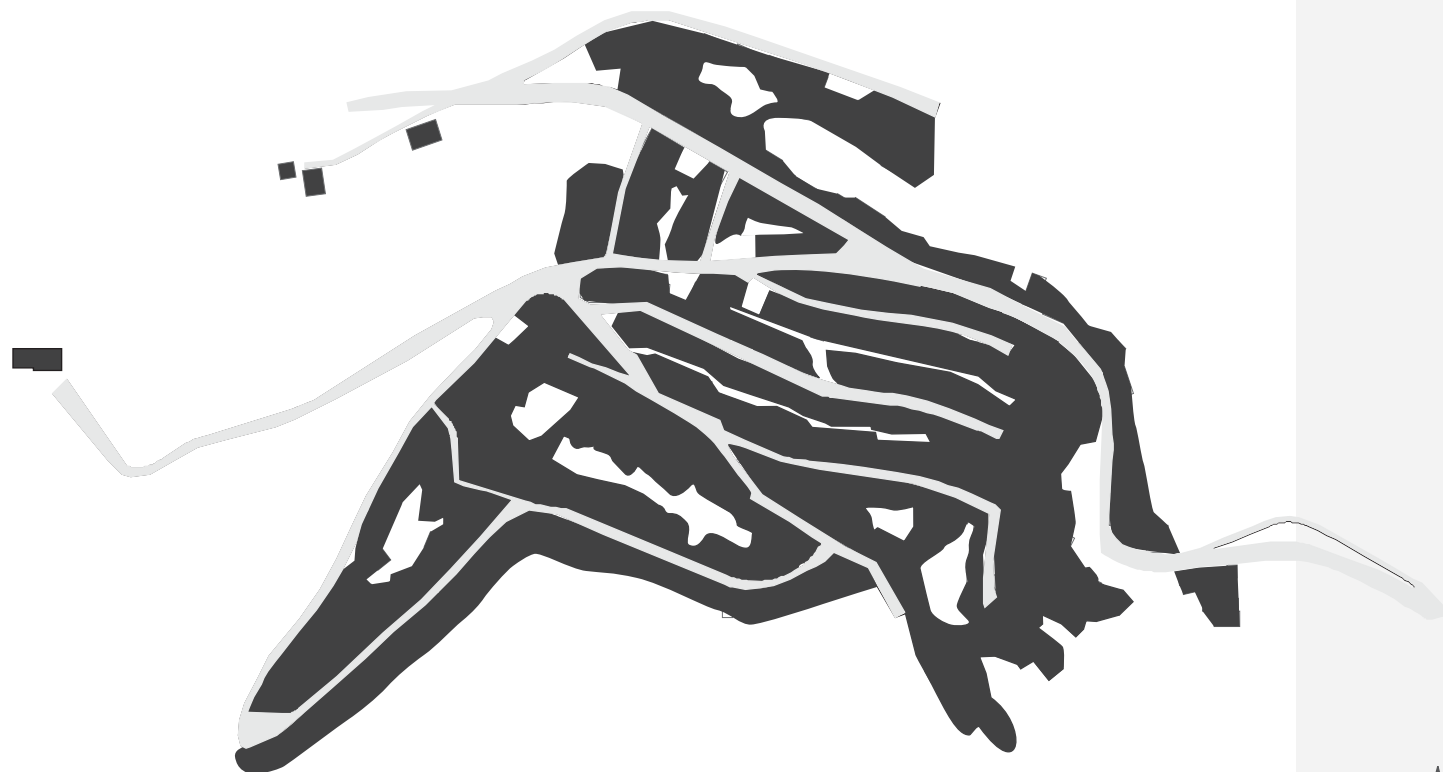
Vista Parcial do bairro. Grande adensamento no interior dos quarteirões.
Fonte: Acervo da autora, 2008.



Vista Parcial do bairro. Destaque para as áreas verdes em locais mais íngremes.
Fonte: Marcelo Toledo, 2011.



Vista panorâmica do bairro a partir do centro histórico.
Acervo da autora, 2008.



20 0 20 40 60 80 100 m

LEGENDA:

● ÁREA OCUPADA ● ARRUEAMENTO



4.4 Análises gerais do bairro

Como pode ser visto, a Vila Aparecida foi configurada de forma espontânea, em uma trajetória contrária da que se espera de um novo loteamento: primeiro vieram as casas, depois as ruas, depois a capela, e ainda mais tarde a infraestrutura. Esta descrição muito se assemelha a de uma favela em uma grande cidade, porém, a Vila Aparecida possui edificações de boa qualidade construtiva, ou seja, não se trata de um aglomerado de barracos e sim de um bairro cada vez mais consolidado e valorizado, principalmente por sua localização.

Pela análise deste recorte urbano, nota-se que há uma grande diferença entre o bairro e a parte central da cidade, o que gera conflito na paisagem, não conformando um todo homogêneo, como almejado pelo IPHAN. Mesmo nas edificações onde há o uso de cores claras nas alvenarias, telhas cerâmicas, e esquadrias em madeira, conforme exigências antigas do órgão, não há, necessariamente, harmonia com o conjunto, por uma série de outros condicionantes. Estes fatores estão relacionados principalmente ao traçado urbano, às características dos lotes, que condicionam por sua vez em uma forma de ocupação fortemente adensada, em contraponto ao tecido urbano colonial alongado e entremeado de áreas verdes.

O contraste também existe dentro do próprio bairro, onde edificações menores construídas de forma precária, e mal conservadas, convivem com outras, maiores e com um melhor padrão de acabamentos e de materiais. Contudo, mesmo as edificações com melhores condições, propriedade daqueles de maior poder aquisitivo, extrapolam os limites de área construída, com muitos pavimentos, sem afastamentos e áreas permeáveis, além de pouca qualidade arquitetônica, com volumes desalinhados, elementos estruturais e caixas d'água aparentes, cores e materiais diversos nas fachadas, etc. Estas construções maiores colaboram de forma mais decisiva para a formação da grande massa edificada que é o bairro.

Percebe-se ainda, que a maioria das edificações foi construída de maneira improvisada e sem orientação técnica. As casas situadas em aclives ou declives, possuem problemas de infiltração e umidade, que poderiam ser evitados com projeto arquitetônico adequado e orientação técnica.

Pela análise do conjunto, notou-se uma ampla liberdade nas construções, o que não vai de encontro com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN desde o início de sua atuação. A

falta de fiscalização aliada à falta de planejamento para a área, permitiram que os proprietários construíssem sem imposição de parâmetros e sem a preocupação dos impactos que cada uma dessas construções causariam na paisagem tombada.

Além disso, é necessário ressaltar a falta de qualidade do espaço urbano no bairro como um todo: ruas estreitas e sem saída; inexistência de calçadas e de acessibilidade; ausência de locais de lazer; mobiliário urbano precário e falta de manutenção dos espaços públicos. Todas estas questões mostram a ausência da atuação do poder público, seja por parte da prefeitura, seja por parte do IPHAN, com o bairro que, arcou com as consequências de pertencer a uma cidade que cresceu sem devido planejamento e controle, como tantas outras cidades brasileiras.

5. Considerações Finais

Os bairros que surgiram no período colonial, são sem dúvida, responsáveis pela imagem mais marcante da cidade de Ouro Preto. Essas áreas conferem identidade para a cidade e atraem para ela inúmeros turistas que buscam conhecer um pouco mais sobre a história do Brasil colonial, ou mesmo para apreciar esta belíssima paisagem.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, evidenciou-se um importante acervo de estudos sobre o espaço urbano da cidade de Ouro Preto, porém poucos tratam das ocupações de suas bordas, por seus aspectos históricos e de influência na paisagem. Contudo, as novas formas de ocupação da cidade, decorrentes do desenvolvimento econômico, iniciado com a industrialização e impulsionado pelo turismo em meados do século XX, vêm a acrescentar uma nova imagem para essa cidade, conformando a Ouro Preto contemporânea, que não deve ser ignorada.

Ao final deste trabalho, sugere-se que em futuras pesquisas possam ser feitas comparações entre o tratamento dado à questão da paisagem tombada da cidade de Ouro Preto, e as demais cidades coloniais mineiras que foram tombadas no mesmo período: Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro, e Tiradentes, tendo em vista que estas estão submetidas ao mesmo órgão de salvaguarda do patrimônio - o IPHAN, Além disso, sabe-se que com a exploração da atividade turística nessas cidades, estas vêm se expandindo para além dos seus núcleos históricos, tal qual Ouro Preto, sendo interessante comparar como estas áreas se relacionam, e quais medidas adotadas para a proteção das paisagens, em termos de planejamento e controle das áreas urbanas.

O bairro Vila Aparecida, como amostra da "borda" da cidade colonial, se mostrou como um paradigma do processo contínuo de ocupação desordenada nas encostas de Ouro Preto. Cabe ressaltar, que a opção metodológica adotada se ateve às características visuais e físicas, apoiadas na morfologia urbana, sem aprofundar nos aspectos sociais e econômicos. A partir desta análise, foi possível compreender as relações entre as áreas da borda e a cidade colonial, em termos de impacto na paisagem, permitindo entender suas diferenças, mas também similaridades. Contudo, seria igualmente interessante, que em pesquisas futuras, outras análises dessas áreas também fossem feitas a partir da percepção dos moradores da cidade, a respeito das áreas do entorno do núcleo colonial e suas relações com o patrimônio cultural, bem como sobre o papel do IPHAN e da Prefeitura.

encostas no entorno do centro histórico, que fazem parte do tombamento desde o início, como a paisagem natural que envolvia e emoldurava a cidade setecentista, é agora formada por uma urbanização consolidada, e que deve ser tratada com devido controle, contemplada no planejamento urbano. Como foi visto, estas áreas são consideradas pelo IPHAN e pela municipalidade como um problema urbano, por seu impacto na paisagem, que prejudica a leitura do patrimônio tombado e a qualidade ambiental da cidade. Outros problemas, deixados de lado pelo poder público acontecem nessas bordas, como ocupações irregulares e improvisadas, parte delas em áreas de risco, sem o devido acompanhamento técnico e fiscalização. Precariedade de infraestrutura e de mobilidade também são características comuns.

Pela análise do bairro, notou-se a ausência da administração municipal tanto em termos de controle do uso e ocupação do solo, bem como em benfeitorias e fornecimento de infraestrutura, embora este, tenha sua origem atrelada à iniciativa da Prefeitura. Entretanto, o que se percebeu, é que de certa forma, o IPHAN se mostra mais presente no estilo das construções, que foi influenciado pelos ideais da instituição, ou seja, as construções em "estilo patrimônio" não ficaram restritas apenas aos vazios ocupados na área colonial.

Vale lembrar que essas ocupações nas encostas fugiram do controle do IPHAN, que desconsiderou as possibilidades de crescimento da cidade. Porém, quando esse crescimento ocorreu, as ideias internacionais de preservação de conjuntos históricos já haviam avançado consideravelmente. Pelos estudos bibliográficos realizados, principalmente nas cartas patrimoniais, é possível afirmar que não foi por falta de discussões e recomendações internacionais e nacionais, que essas áreas foram ocupadas de tal maneira, mas pela falta de aplicação prática do discurso, por parte do IPHAN, que tampouco teve parceria da prefeitura.

Pelos aspectos analisados neste trabalho, pode-se considerar que foi a desarticulação entre Prefeitura e o IPHAN, um dos fatores responsáveis pela falta de controle das expansões no entorno do centro histórico, e conseqüentemente pela descaracterização da paisagem tombada. Tais fatores aliados à falta de fiscalização, às deficiências de estrutura administrativa do IPHAN, e à descontinuidade das ações municipais, fez com que, mesmo quando da existência dos planos e legislação urbanísticas, estes não fossem aplicados. O exemplo da ocupação da Vila Aparecida ilustra de forma clara a desarticulação entre os órgãos, em que a prefeitura buscava soluções imediatistas para atender à demanda por moradia, decorrente do crescimento econômico da cidade, enquanto o IPHAN buscava controlar a ocupação da cidade, para proteger o patrimônio tombado.

A aparente situação fora de controle que houve na época da recuperação econômica, gerou uma postura de negligência com relação às áreas de entorno, como se este quadro já estivesse fora de controle e não pudesse se agravar. A história mostrou o contrário, que o quanto antes se tomassem iniciativas a favor de um planejamento e de um controle da ocupação do solo efetivos, menores seriam os impactos na paisagem. Se de acordo com Motta (1987) nos anos 1980, já existia uma percepção de que a cidade estava ocupada de forma desordenada, ao analisarmos o quadro atual, percebe-se que a situação vem se agravando ainda mais nas primeiras décadas do século XXI.

Por outro lado, é necessário que se reconheça que nos últimos anos o planejamento urbano em termos de legislação urbanística e de articulação entre os órgãos responsáveis pelo controle do solo na cidade avançaram consideravelmente. A legislação urbanística municipal atualizada e consistente atrelada às normativas do IPHAN, específicas para cada área da cidade, tende a evitar maiores danos na paisagem relativos à ocupação urbana.

É preciso lembrar que a existência de leis não implica na sua aplicação. É necessário que haja sobretudo, conscientização da população no ato de suas construções e reformas e principalmente fiscalização. É preciso também que o poder público intervenha com ações corretivas no espaço urbano da cidade, com devida participação popular. É necessário que se façam obras de infraestrutura, acessibilidade, calçamento, paisagismo, regularização fundiária, entre outras ações que venham a refletir inclusive na arquitetura das edificações e melhorar a qualidade das bordas da cidade colonial. Como foi visto, a própria noção de intervenção no patrimônio a partir da segunda metade do século XX caminha neste sentido, em que o patrimônio cultural é diretamente associado à qualidade de vida das populações à qual pertence.

Ao analisar o arcabouço legal em vigor, verifica-se um avanço considerável em relação às normas e exigências anteriores. Porém, na legislação do IPHAN ainda se percebe uma intenção de homogeneizar e harmonizar a paisagem por parâmetros estilísticos. A simples utilização de alguns elementos nas edificações, não resulta em uma paisagem harmônica, que poderia ser alcançada por questões de forma e ocupação dos lotes e consequentes volumetrias e relações de cheios e vazios. Ou seja, mesmo que as edificações no entorno do núcleo colonial tivessem arquitetura contemporânea, é a forma urbana a principal condicionante do impacto destas na paisagem.

A ação homogeneizadora do IPHAN em termos de estilo, vem a ser mais agressiva, e mostra uma visão que ainda considera a cidade como um mero cenário. É preciso que se

entenda, que essas áreas, mesmo que nas bordas da cidade colonial, possuem sua história própria, bem como sua identidade, e devem marcar sua época. O que traria melhorias à paisagem tombada de Ouro Preto, não seria a criação de novas áreas com estilo "colonial", mas sim de áreas preenchidas com arquiteturas de boa qualidade, conscientes do seu papel como coadjuvantes na paisagem tombada. Retomando a colocação de Lúcio Costa:

"(...) a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior - o que não combina com coisa nenhuma é falta de arquitetura." (Lúcio Costa, *in* MOTTA, 1987)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Álvaro J. P. de. O desenho das cidades na Nova Inglaterra e na Capitania de Minas Gerais. **Anais...** V Jornada Setecentista. Curitiba, 2003.

ARAÚJO, Marinella M. ; BORGES, Michele de A. A.; CONRADO, Denísia M. B.; SILVA, Sandra P. da.; PÁDUA, Valéria G. de. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacionais. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (orgs). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: **Forum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust.** Belo Horizonte, 2007.

_____. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

CASTRO, Deborah; SAYEGH, Liliane; CANUTO, Cristiane; GONÇALVES, Denise. Cidades históricas na contemporaneidade - O estudo de caso de Tiradentes - MG. **Anais...** I Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP. Campinas, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Everaldo B. da. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CURY, Isabelle (Organizadora). **Cartas Patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 2ª edição – Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.

FERES, Luciana Rocha. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, Edésio, RUGANI, Jurema M. (orgs), **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

GRAMMONT, Anna Maria de. Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI. In: **Turismo - Visão e Ação**, 2006.

_____. A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. In: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 2006. (b)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº122 – IPHAN, 02 de abril de 2004. Dispõe sobre as diretrizes e critérios para intervenções urbanísticas e arquitetônicas em área do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, tombado em nível federal. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=3789>>. Acessado em 13 de maio de 2008.

_____. Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal.

LAMAS, J.M.R. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.

LIMA, Kleverton T. de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. **Anais...II Encontro Memorial: nossas letras na história da educação**, Mariana, 2009.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo / Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1985.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Ed. UnB. Brasília: 1996.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico.** Disponível em:
http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf.
Acessado dia 17 de junho de 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA - SICG/IPHAN. **Normatização de Cidades Históricas:** orientações para elaboração de Diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, 2010.

MOREIRA, H; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2a Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987.

_____. **Cidades Mineiras e o Iphan.** In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Benedito T. de. **Em defesa de Ouro Preto.** In: **Revista Arquitetura e Urbanismo, 2003.** Disponível em:
<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/113/em-defesa-de-ouro-preto-23543-1.asp> Acesso em 17/03/12.

_____. É urgente uma ação conjunta para reverter a deterioração de Ouro Preto. In: **Projeto Design, 2003 (b).** Disponível em:
www.arcoweb.com.br/artigos/benedito-tadeu-de-oliveira-e-urgente-09-05-2003.html Acesso em 20/12/11.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de. Arquitetura da Mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, Briane E. P.; Bicca Paulo R. S.(orgs) **Arquitetura na formação do Brasil.** Brasília: UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, Rogério P. D. de. O equilíbrio em Camillo Boito. In: **Vitruvius, 2009.** Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>. Acesso em:
18/03/2012.

OURO PRETO. Decreto nº13 de 19 de setembro de 1931. Dispõe sobre normativas para construção na cidade de Ouro Preto, objetivando conservar o seu aspecto colonial.

_____. Lei Complementar nº 29 de 28 de Dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto.

_____. Lei Complementar nº 30 de 28 de Dezembro de 2006. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto.

_____. Lei nº 534 de 14 de Dezembro de 2009. Regulamenta o art. 58 da Lei Complementar nº29, de 28 de dezembro de 2006, que estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto, definindo as condições e os procedimentos para a regularização de imóveis construídos em desconformidade com as normas de uso e ocupação do solo.

_____. Lei nº 610 de 29 de novembro de 2010. Cria o Serviço Municipal de Engenharia e Arquitetura Pública que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e o acompanhamento da construção de habitação de interesse social.

_____. Lei Complementar nº91 de 28 Dezembro de 2010. Altera a Lei Complementar Municipal nº 29 de 28 de dezembro de 2006, que estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº93 de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006

PESSÔA, José S. de B. Os vazios nos centros históricos brasileiros. **Anais...**Anpur. Salvador, 2005.

PINHEIRO, Antônio L.; SOBREIRA, Frederico G.; LANA, Milene S. Riscos geológicos na cidade histórica de Ouro Preto. **Anais...**Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais. Florianópolis, 2004.

PINTO, Alice Regina et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, 2011. Disponível em:<<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 21/04/2012.

REIS FILHO, Nestor G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2000.

RESENDE, Cláudio R. **Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: *O Patrimônio histórico e turismo*. In, FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. edição. São Paulo: Contexto, 2005.

SAYEGH, Lilliane M. L. **A expansão urbana numa cidade histórica**: Plano de Ação para os bairros periféricos de Ouro Preto/MG e proposta para o bairro Água Limpa. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2006.

SCIFONI, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. **Anais...II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba, 2004.

SILVA, Patrícia R. **A postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SIMÃO, Maria Cristina R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SPHAN. Decreto-Lei nº25 de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio artístico nacional.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. Perspectiva. São Paulo: 1977.

VILAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999.

WAISBERG, Myriam I. Breves referencias al concepto de patrimonio arquitectónico en las últimas décadas. In: **Revista Archivum**, 2004.